

UNIVERSIDADE DO MINHO

Instituto de Educação e Psicologia

Mestrado em Psicologia da Justiça

Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos
da Psicologia

Ana Catarina Entrudo Pires de Almeida

Braga, 2003

Índice

Introdução	4
1. Evolução histórica/legal/científica e social do conceito de abuso sexual de crianças	6
1.1. Perspectiva histórica	11
1.1.1. <i>A (re)descoberta do abuso sexual de crianças (1970-80)</i>	11
1.1.2. <i>Difusão (1980-1990)</i>	14
1.1.3. <i>Consolidação /Reificação (1990-2003)</i>	16
1.2. Evolução do conceito legal de abuso sexual de crianças	18
1.3. Definições técnicas	25
1.4. Discursos e reacções sociais ao abuso sexual	29
1.4.1. <i>Mitos que dificultam o reconhecimento do abuso</i>	29
1.4.2. <i>Mitos que promovem atitudes desfavoráveis à recuperação da vítima</i>	44
2. Discursos e atitudes do psicólogo perante o abuso sexual de crianças e suas vítimas	53
2.1. As teorias actuais da vitimação infantil	53
2.1.1. <i>As teorias psicodinâmicas</i>	53
2.1.2. <i>As teorias cognitivo-comportamentais</i>	53
2.1.3. <i>As teorias sistémicas</i>	65

2.1.4.	<i>As teorias humanistas</i>	70
2.1.5.	<i>As teorias feministas</i>	72
2.1.6.	<i>As teorias construtivistas/narrativas</i>	75
2.2.	Revisão da investigação acerca das percepções sobre o abuso sexual de crianças	79
2.2.1.	<i>Variáveis que interferem na percepção social do abuso sexual de crianças</i>	79
2.2.2.	<i>Variáveis do psicólogo que interferem na percepção e atendimento às vítimas de abuso</i>	85
3.	Síntese crítica	98
4.	Estudos empíricos	100
4.1.	<i>Primeiro Estudo</i>	101
4.2.	<i>Segundo Estudo</i>	112
	Conclusões	118
	Bibliografia	122
	Anexos	134

Introdução

Este trabalho pretende analisar os discursos sociais e culturais sobre o abuso sexual de crianças, reflectindo sobre o seu impacto nas vítimas. A pertinência deste estudo prende-se com o facto de os discursos sociais sobre o abuso sexual de crianças influenciarem e limitarem a construção das narrativas pessoais da criança abusada, já que esta aprende com os adultos com quem interage as palavras para dizer e significar a sua experiência (Machado & Gonçalves, 1999).

No caso do abuso sexual de crianças, o constrangimento dos discursos sociais é muito maior, porque os únicos referentes interpretativos que a criança possui são os disponibilizados pelos adultos que a rodeiam (Machado & Gonçalves, 1999), nomeadamente pelo agressor, que visa manter a criança no segredo e no isolamento, sendo o abuso uma experiência silenciada. Por este motivo, o abuso sexual de crianças é considerado “o segredo mais bem guardado” (Rush, 1980 cit. in Salter, 1988, p.16).

Assim, discursos que, muitas vezes, alimentam e perpetuam estereótipos e mitos sobre o abuso, poderão contribuir para agravar o impacto dos factos e para acentuar as dinâmicas traumáticas que lhes estão associadas.

Procuraremos assim, na primeira parte desta tese, reflectir sobre os discursos do senso comum mais problemáticos a propósito do abuso sexual de crianças, após termos tentado perceber a forma como este foi histórica e legalmente entendido ao longo do tempo.

Contudo, não são só os discursos do senso comum que contribuem para compôr o significado da experiência abusiva; os discursos científicos também participam deste processo. Procuraremos, então, na segunda metade da parte teórica

deste trabalho, perceber os discursos e atitudes do psicólogo perante o abuso sexual de crianças e as suas vítimas. O nosso objectivo nesta fase será o de perceber as diferenças entre as diversas orientações teóricas, bem como compreender a influência de algumas variáveis do psicólogo que podem alterar a sua percepção do abuso sexual de crianças. Dedicámos também a nossa atenção às variáveis, quer da vítima, quer do agressor, que podem influenciar as percepções do psicólogo acerca do abuso sexual.

A parte empírica foi centrada no aprofundamento destas questões, tendo sido, num primeiro estudo, estudadas algumas variáveis do psicólogo, tais como o sexo, a formação e a orientação teórica, que poderiam influenciar as suas percepções e os seus discursos acerca do abuso sexual de crianças. Foram também, num segundo estudo, analisadas dimensões relativas à formação dos estudantes que poderiam contribuir para a sua maior ou menor tolerância face ao abuso sexual, considerando aspectos referentes à formação universitária, à especificidade do treino em Psicologia, e à formação em questões referentes à Vitimologia.

1. Evolução histórica/legal/científica e social do conceito de abuso sexual de crianças

O abuso sexual de crianças não é um fenómeno que seja consensual e a sua definição tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo. Esta dificuldade de conceptualização deve-se em parte à variedade de experiências abusivas que têm sido incluídas no conceito de abuso e que têm alterado a forma como este tem sido percebido. Este fenómeno evoluiu acompanhando, inevitavelmente, a evolução do conceito de criança. A legislação também tem reflectido a evolução do conceito de abuso sexual de crianças ao longo dos tempos. Quanto aos discursos científicos, estes têm vindo a alterar sistematicamente este conceito, o que por vezes torna difícil uma adequada compreensão do fenómeno.

Devido a este carácter mutável do fenómeno e à forma como este tem vindo a ser diferentemente percebido ao longo dos tempos, analisaremos esta variabilidade a quatro níveis:

- Ao nível histórico
- Ao nível legal
- Ao nível das definições técnicas
- Ao nível do discurso social

1.1. Perspectiva histórica

Ao analisar a existência e prevalência do abuso sexual de crianças ao longo dos tempos, será imprescindível falar acerca das concepções da infância, enquadrando a sua relação com as concepções de abuso e protecção legal à criança.

Até por volta do séc. XII, no *Período Medieval*, as crianças eram consideradas “adultos de dimensões reduzidas”, não sendo diferenciadas na vida quotidiana, que reunia ao mesmo tempo crianças e adultos no grupo de trabalho, de ócio ou jogo (Ariés, 1988). O tempo da infância não era valorizado, pois era considerado um período de rápida transição, do qual a memória se desvanecia com rapidez.

A sobrevivência das crianças era, nesta altura, muito problemática, e durante muito tempo permaneceu o sentimento de que se geravam muitos filhos para conservar apenas alguns. A mortalidade infantil era muito elevada e “não era possível as pessoas afeioarem-se muito àquilo que consideravam um eventual desperdício” (ibidem, p.59).

Apesar de existirem algumas transformações já emergentes no séc. XIII, onde alguns historiadores situam o começo do interesse pela criança, só nos sécs. XV e XVI é que podemos falar da valorização da criança, nomeadamente pelo favorecimento de práticas de higiene, permitindo um recuo na mortalidade.

Uma outra transformação importante verificada nessa época prende-se com a educação infantil. É de notar que, até ao séc. XV, as crianças eram conservadas em casa dos pais até cerca dos 8 anos, altura em que a criança entrava no mundo dos adultos, servindo em casa de outras pessoas, às quais as crianças ficavam ligadas pelo período de cerca de 7 anos (portanto, até por volta dos 15 anos). Em

todos os locais de trabalho e de divertimento as crianças estavam misturadas com os adultos. Assim aprendiam a viver no contacto de cada dia. A criança saía muito cedo da sua família, ainda que pudesse regressar a esta mais tarde, já adulta (o que nem sempre acontecia). Não era possível, pois, nesse tempo, alimentar um sentimento profundo entre pais e filhos. A família era assim mais uma realidade moral e social do que sentimental.

A partir do séc. XV, as realidades e os sentimentos da família vão transformar-se, embora lentamente, sendo o acontecimento essencial a extensão da frequência escolar, ou seja, o facto de a educação se processar através da escola, e já não pela aprendizagem no mundo dos adultos, tornando-se aquela no instrumento de iniciação social, de passagem da condição de criança a adulto. Esta evolução correspondeu a uma nova exigência de rigor moral por parte dos educadores: “a preocupação de isolar a juventude do mundo corrupto das pessoas crescidas, para a manter na sua inocência primitiva; a vontade de a preparar para melhor resistir à tentação dos adultos” (Ariés, 1988, p.266). Mas também correspondeu ao empenho dos pais em velar mais escrupulosamente pelos seus filhos, em ficar perto deles, em não os abandonar, ainda que temporariamente, aos cuidados de uma outra família. Esta substituição da aprendizagem no meio dos adultos pela escola exprime igualmente uma aproximação entre a família e o sentimento de infância, outrora separados. Nessa altura, com os tratados de educação, procura-se inclusivamente informar a família acerca dos deveres e das suas responsabilidades, aconselhando-a quanto ao comportamento a adoptar para com as crianças.

Assim, apesar de no séc.XV ainda persistirem alguns hábitos medievais de aprendizagem feita numa casa estranha, já começa a aparecer um “embrião” de um novo conceito de educação através da escola, sendo que a família da segunda

metade do séc.XVII já é organizada em torno dos filhos. Deste modo, é só no séc. XVII que podemos falar na emergência de um real sentimento de infância, a par da emergência do espaço privado, conceito inexistente até então. Estas transformações no sentimento de infância e funções da família foram acompanhadas por mudanças na forma como eram encarados os actos sexuais e a infância.

Até ao séc. XVII, as crianças eram associadas às brincadeiras sexuais dos adultos, fazendo tal parte dos costumes de então. Diante delas, “os adultos permitiam-se a tudo: palavras cruas, acções e situações escabrosas; as crianças ouviam e viam tudo” (ibidem, p.145). Nesta altura, as crianças não eram protegidas e existem evidências documentadas de que as crianças eram frequentemente objecto de abuso sexual, sendo a socialização das crianças no sentido de se envolverem desde tenra idade em actividades sexuais, denotando o seu tratamento à semelhança dos adultos (Kratcoski & Kratcoski, 1990; Kahr, 1991 cit. in Gabel, 1997). Exemplo disso eram os abusos físicos a que sujeitavam as crianças que não queriam trabalhar, e o facto de as penas pelos crimes serem aplicadas sem distinção de idade.

No entanto, curiosamente, quando a criança atingia os 7 anos, ou seja quando se considerava que atingia a puberdade, estes gestos e contactos passavam a ser proibidos, tendo a criança que “aprender a decência das maneiras e da linguagem”(Ariés, 1988, p.154). Este tardio “escrúpulo de decência”(ibidem, p. 156) deve ser atribuído a um começo de reforma dos costumes, sinal da renovação religiosa e moral do séc. XVII. Isto porque até então se considerava a criança impúbere como estranha e indiferente à sexualidade. Assim, considerava-se que quaisquer actos sexuais não tinham consequências para ela, “tornando-se gratuitos e sem especificidade sexual”(ibidem, p.160). Como não existia o sentimento de

inocência infantil, não existia ainda a noção de que a referência a assuntos sexuais poderia perturbar a criança.

No séc. XVII dá-se uma grande transformação nos costumes, emergindo um grande movimento que impõe a noção de inocência infantil. Esta noção levou a uma dupla atitude moral perante a infância: preservá-la dos aspectos “ímpuros da vida, em particular da sexualidade, e fortalecê-la, desenvolvendo-lhe o carácter e a razão” (Ariés, 1988, p.170).

Os ideais de democracia, patentes na Revolução Francesa e Americana, também contribuíram como padrões de comportamento que resultaram na concepção da infância e adolescência como sendo períodos distintos e privilegiados. Por esta razão, no séc. XVIII e inícios do séc. XIX, considerados por Kahr (1991 cit. in Gabel, 1997) como correspondendo ao *Início do Período Moderno*, o incesto tornou-se um aspecto inaceitável da cultura, embora o problema do abuso não fosse discutido abertamente e fosse essencialmente ignorado. Isto muito embora algumas publicações indicassem uma substancial prevalência de abuso sexual de crianças naquela época (Green, 1993). Contudo, apesar de este crime ser severamente condenado, na prática poucos eram os casos a ser punidos pelo tribunal. Uma explicação para tal poderá ter a ver com o facto de este crime, apesar de tudo, estar ainda muito envolvido por uma concepção religiosa de pecado, pecado este que se alastrava para a própria vítima, como que contaminando-a. A condenação social da vítima era grande, pelo que as denúncias eram raras (Vigarello, 1998 cit. in Fergusson & Mullen, 1999).

No início do séc. XIX, apesar de a violência psíquica já ser referida nos discursos legais, ainda não servia como factor relevante na condenação, dependendo esta do uso de violência física. Só a partir de 1832 é que o código francês definiu

que qualquer acto sexual cometido contra um menor de 11 anos deveria ser punido com prisão, quer tivesse existido violência física quer coacção psicológica (Fergusson & Mullen, 1999).

Foi na última metade do séc. XX, ao qual Kahr (1991) chamou de *Final do Período Moderno*, que o abuso sexual de crianças foi publicamente equacionado como um problema muito sério. No início dos anos 60, com o trabalho pioneiro de Kempe e dos seus associados sobre o síndrome da criança maltratada (Kempe, Silverman, Steele, Droegemueller, & Silver, 1962) houve um crescendo de interesse e preocupação com o abuso físico das crianças. No entanto, só uma década mais tarde focaram a atenção no abuso sexual de crianças (Fergusson & Mullen, 1999).

Scott (1995, cit. in Fergusson & Mullen, 1999) sugeriu que a (re)descoberta do abuso sexual de crianças nos finais do séc. XX poderia ser percebido como tendo passado por 4 fases: (re)Descoberta, Difusão, Consolidação e Reificação, que descreveremos de seguida.

1.1.1. A (re)descoberta¹ do abuso sexual de crianças (1970-80)

O ímpeto inicial do interesse contemporâneo pelo abuso sexual de crianças aconteceu graças aos relatos de mulheres sobre as suas experiências pessoais de abuso (Armstrong, 1978; Butler, 1978; Rush, 1974, 1980; Russel, 1986 cit. in Fergusson & Mullen, 1999). Estes relatos estavam directa ou indirectamente ligados a temas emergentes do movimento feminista e à proeminência dada por este ao ponto de vista das mulheres sobre as suas histórias de vida. Nesta altura, o foco

¹ Fala-se de (re)descoberta porque o fenómeno do abuso sexual de crianças não é novo e tem sido descoberto e redescoberto ao longo da história, oscilando o interesse sobre ele consoante o contexto histórico.

primário de interesse estava relacionado com o incesto pai-filha, mais do que com o abuso sexual de crianças num sentido mais alargado.

Nesta (re)descoberta do abuso sexual de crianças enquanto problema social, a “voz” da criança sexualmente abusada era, pois, a de um adulto que recordava a sua vitimização e o impacto desta na sua vida. Este processo contrastava amplamente com a forma como o problema do maltrato físico da criança tinha sido descoberto na década anterior. Nessa altura, os profissionais de saúde descreviam o maltrato, *medicalizavam-no*, e tomavam o papel de defesa das vítimas em tão larga medida que a “voz” da criança fisicamente maltratada se tornou a do médico e a do assistente social. Pelo contrário, na descoberta do abuso sexual de crianças, a “voz” da criança abusada sexualmente pertencia à mulher “sobrevivente” e através dela, ao movimento feminista e ao terapeuta (Fergusson & Mullen, 1999).

Sendo assim, em certa medida, as preocupações relacionadas com o maltrato físico de crianças foram, nos anos 60, protagonizadas por profissionais clínicos, centrados na identificação e tratamento do maltrato. Em contraste, a teorização e discursos sobre o abuso sexual de crianças estavam intimamente relacionados com preocupações acerca das políticas de género e das políticas de vitimação.

Segundo Fergusson e Mullen (1999), a dimensão positiva destas agendas *adultocêntricas* que caracterizaram a redescoberta do abuso sexual de crianças deveu-se ao papel activo desempenhado por pessoas que foram elas próprias vítimas de abuso. As vítimas de abuso sexual podiam falar por si próprias e, de alguma forma, direccionar a narrativa que dava sentido ao abuso, competindo com os profissionais e cientistas na modelagem do discurso acerca do abuso sexual. Este papel central desempenhado pelas vítimas adultas conseguiu benefícios reais, quer na modelagem da investigação empírica, quer na condução da política social. No

entanto, esta perspectiva também contribuiu para uma disparidade entre a energia social e os recursos financeiros que eram dedicados ao tratamento de adultos sobreviventes, por comparação aos que eram dedicados à protecção e tratamento das crianças abusadas (Fergusson & Mullen, 1999).

Por outro lado, a forma como o abuso sexual de crianças foi descoberto nos anos 70 teve um poderoso impacto nas construções culturais do poder, da sexualidade masculina e da natureza da vitimação. Uma dimensão central na descoberta do abuso sexual de crianças foi o pressuposto de que os adultos podiam adequadamente recordar as suas experiências de uma forma que reflectia realisticamente os acontecimentos ocorridos na infância, ou seja a ênfase dada aos relatos retrospectivos.

Um outro aspecto interessante foi que, nos anos 70, as pesquisas anglo-saxónicas acerca do abuso sexual de crianças, voltavam-se igualmente para grupos de risco: prostitutas, fugitivas, mulheres com risco suicidário, toxicodependentes, a fim de determinar se existiria uma relação entre os abusos sexuais sofridos na infância e esses tipos de comportamentos. Os estudos mais recentes demonstram, no entanto, que se o dano sofrido pela vítima é uma realidade, nem por isso existe uma causalidade entre abuso sexual de crianças e condutas desviantes posteriores (Gabel, 1997).

Outra dimensão essencial foi a construção do abuso sexual de crianças como um problema social e político. O resultado foi que, nos finais dos anos 70, a redescoberta do abuso sexual de crianças conduziu a um corpo de evidências e teoria, amplamente baseado nos relatos de mulheres adultas, cuja validade era subscrita pelas feministas que encaravam o abuso sexual de crianças como uma das

manifestações da estrutura social patriarcal que oprimia as mulheres. Esta perspectiva é traduzida, entre outros, por Herman (1981):

“Não é possível escrever desapaixonadamente acerca do incesto. O assunto está imerso não só em mito e folclore mas também em ideologia. Descobrimos que a perspectiva feminista fornece francamente a melhor explicação para a informação existente. Sem a compreensão da supremacia masculina e da opressão feminina, é impossível explicar-se que a grande maioria de perpetradores de incesto (tios, irmãos mais velhos, padrastos e pais) sejam de sexo masculino e o porquê da maioria das vítimas (sobrinhas, irmãs mais novas, e filhas) serem do sexo feminino. Sem uma análise feminista, teremos dificuldade em explicar a ausência da realidade do incesto no discurso dos profissionais responsáveis pela investigação, e o porquê do discurso público associado ao movimento de libertação das mulheres” (p. 4).

1.1.2. Difusão (1980-1990)

A redescoberta do abuso sexual de crianças nos anos 70 criou as bases para a difusão do conhecimento acerca deste junto do público em geral, que ocorreu predominantemente nos anos 80. Neste processo, o abuso sexual de crianças foi activamente apresentado ao público e aos profissionais como sendo suficientemente prevalente, destruidor e importante para ser visto como um problema da maior relevância e significância social. Começou a existir uma crescente atenção por parte dos *media* (Haugaard & Reppucci, 1988; McDevitt, 1996 cit. in Fergusson & Mullen, 1999) e algumas revistas femininas revelaram histórias de abuso sexual de crianças e começaram a sondar os seus leitores, geralmente através de questionários, acerca das suas experiências pessoais de abuso sexual.

Dois aspectos caracterizaram esta fase de difusão do conhecimento sobre o abuso sexual de crianças. O primeiro é que a definição de abuso sexual começou a alargar-se e a incluir uma série de experiências sexuais infantis não desejadas, desde a exposição a comportamentos indecentes, até à violação brutal e repetida. Paralelamente ao alargamento da definição, as histórias difundidas pelos *media* transmitiam a ideia de que uma parte substancial da população feminina teria sido vítima de abuso sexual. Estas histórias comunicaram ao público a ideia de que um grande número de crianças estaria exposta a sérias agressões sexuais, sendo estas geralmente cometidas por membros da família, muitas vezes o pai (Fergusson & Mullen, 1999).

A crescente consciência do abuso sexual de crianças enquanto realidade levou a um aumento do envolvimento científico, particularmente no que diz respeito à atenção ao papel do abuso na génese de problemas de saúde mental (Haugaard & Reppucci, 1988; Olafson et al., 1993 cit. in Fergusson & Mullen, 1999). Este entusiasmo dos profissionais levou a excessos de zelo quanto à certeza de abuso sexual e à perseguição de potenciais abusadores, traduzindo-se num aumento de pedidos de avaliação de crianças devido a alegações de abuso sexual. Esta atitude persecutória era encorajada pela crença de que se devia sempre acreditar na criança (Bruck & Ceci, 1996) e, em parte, foi o resultado de um compreensível desejo de criar um precedente na protecção das crianças quanto à questão da prova.

Por outro lado, com o aumento da consciência colectiva desta problemática, houve um aumento exponencial da investigação nesta área, com os investigadores a procurarem conhecer a prevalência do abuso sexual de crianças, o contexto social em que este ocorre, e as suas consequências no desenvolvimento pessoal. Os estudos iniciais nesta área restringiam-se então a amostras pequenas e seleccionadas

de pacientes mas, com o andar do tempo, foram elaborados estudos junto da população em geral, em que se examinavam a prevalência, as correlações e as consequências do abuso sexual de crianças (Green, 1993).

1.1.3. Consolidação/Reificação (1990-2003)

Nos finais dos anos 80, nos EUA, já existia alguma investigação (Fergusson & Mullen, 1999) que suportava três grandes conclusões acerca do abuso sexual de crianças. Primeiro, que a exposição a experiências sexuais não desejadas em criança não era, de forma alguma, incomum. Segundo, que crianças criadas em certas circunstâncias, quer familiares quer sociais, estavam mais expostas ao risco de abuso sexual. Terceiro, que a exposição ao abuso sexual de crianças estava associada ao aumento do risco de problemas desenvolvimentais e de saúde mental, a curto e a longo prazo. Estas conclusões levaram a uma crescente consciência de que as vítimas de abuso sexual têm direito a terapia e apoio, o que por sua vez fez desenvolver serviços específicos para dar resposta a tais necessidades.

A literatura nos anos 80 era dominada por estudos de prevalência do abuso, quer na população em geral quer em populações clínicas seleccionadas, e preocupava-se em documentar a extensão das dificuldades desenvolvimentais nas suas vítimas. O resultado deste processo de consolidação foi o desenvolvimento de serviços que fossem ao encontro das necessidades das vítimas. Isto, por sua vez, levou a uma proliferação de pedidos no sentido do tratamento do abuso sexual de crianças, bem como suscitou questões relacionadas com o facto de as terapias já existentes poderem ou não responder a estas necessidades. Muito embora o grande investimento em métodos e terapias, tudo aponta para que a investigação necessite,

ainda hoje, de se debruçar mais sobre a avaliação destes programas (Furniss, 1993; Fergusson & Mullen, 1999)

Contudo, um olhar mais atento à própria investigação e às práticas sociais actuais mostra-nos que, paralelamente ao desenvolvimento da investigação, este é também um momento de risco quanto à reificação do conceito de abuso sexual (Fergusson & Mullen, 1999). O facto é que as pessoas, nomeadamente jornalistas, político e profissionais de saúde falam do abuso sexual de crianças, assumindo que este é um objecto fácil de identificar e cujas características são reconhecíveis por todas as pessoas. Assim, apesar de não existir consenso sobre o que é o abuso sexual de crianças, nem sobre quais são as suas fronteiras, os discursos sociais apropriaram-se do conceito e este tem vindo a ser utilizado para designar fenómenos diferentes.

Uma destas confusões prende-se com a distinção entre abuso sexual e pedofilia. Ou seja, os ofensores sexuais de crianças devem ser diferenciados dos pedófilos. Um ofensor sexual de crianças cometeu um acto criminal. Ele pode ou não ser um pedófilo. É o seu contacto sexual que é penalizado por lei. O pedófilo tem uma preferência sexual anómala, descrita nos manuais de diagnóstico psicopatológico. Se o pedófilo não ceder aos seus impulsos, nunca será um ofensor sexual. Por outro lado, os pedófilos constituem um grupo heterogéneo, não existindo um único tipo de personalidade do abusador sexual de crianças (Howitt, 1995).

Dada esta confusão conceptual, antes de qualquer abordagem mais aprofundada acerca do abuso sexual de crianças, será importante enquadrá-lo do ponto de vista quer da evolução das suas definições legais, quer da evolução das definições técnicas decorrentes dos diversos estudos.

1.2. Evolução do conceito legal de abuso sexual de crianças

O crime de “*Abuso sexual de crianças*” tal como aparece definido no Código Penal, diz respeito a quaisquer actos sexuais de relevo praticados com menores de 14 anos. Este crime insere-se nos “*Crimes contra a autodeterminação sexual*” que, por sua vez, se inserem nos “*Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual*”.

Contudo, nem sempre o *abuso sexual de crianças* foi entendido desta forma. Até 1852, os *crimes sexuais* como são entendidos hoje eram denominados de “*Crimes morais*”, pois atentavam contra a formação da moralidade social. No Código Penal de 1852 e no Código Penal de 1886 eram chamados de “*Crimes contra a honestidade*”, uma vez que se protegia a “honra sexual da mulher contra a desfloração por meio de sedução” (Alves, 1995, p.87). Deste modo, assistimos a uma progressiva passagem da protecção de bens sociais para bens tidos como individuais.

Já no Código Penal de 1982 eram chamados de “*Crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade*”, pois se entendia que o bem jurídico tutelado em tais tipos legais era a honra e a formação moral da vítima.

Recentemente, na revisão de 1995, foram chamados de “*Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual*” e estão enquadrados nos “*Crimes contra as pessoas*”. Concedeu-se assim, aos crimes sexuais, um capítulo autónomo no Título reservado aos crimes contra as pessoas, e esta alteração profunda nos tipos e molduras penais traduz uma das mudanças mais radicais introduzidas com a revisão de 1995. Com esta revisão do Código Penal (DL 48/95), os crimes sexuais saíram do capítulo destinado aos fundamentos ético-sociais da vida social, assumindo o

legislador que o bem jurídico tutelado em tais tipos legais não é a honra ou a formação moral da vítima mas sim o seu direito a dispor livremente da sua sexualidade (Alves, 1995). Por sua vez, a diferenciação entre crimes contra a liberdade sexual e os crimes contra a auto-determinação sexual diz respeito à irrelevância do acordo da vítima, passando a ser crucial a imaturidade desenvolvimental desta e a sua incapacidade de consentimento.

O facto de o valor tutelado ser a *autodeterminação sexual* significa que se considera que abaixo dos 14 anos as vítimas, atendendo à idade, não detêm a capacidade de se auto-determinar sexualmente, pelo que, mesmo na ausência da utilização de qualquer meio violento, de coacção ou fraudulento, tais actos são susceptíveis de prejudicar o seu livre desenvolvimento (Carmo, 2000)

Nesta tipificação legal, existiram algumas discussões em torno da especificação quer do sexo da vítima, quer do sexo do agressor e da sua respectiva punição neste tipo de crime, chegando mesmo a considerar-se, no debate da revisão de 1995 que, sendo a vítima menor do sexo masculino, o agente mulher deveria ser punido mais severamente do que o homem que seduz menor do sexo masculino para sodomia (Alves, 1995). No entanto, a referência ao sexo feminino desapareceu da versão final aprovada e ao mesmo tempo incluiu-se o coito anal ao lado da cópula. Assim, o menor vítima deste crime pode agora ser de ambos os sexos e, quer a mulher quer o homem ofensor, são punidos de igual modo.

No que diz respeito à punição dos actos exibicionistas (art. 172º, alinea a) do C.P.), assistiu-se a uma discussão acerca do facto de estes actos só serem puníveis quando fossem adequados a “impressionar fortemente o menor”. Do mesmo modo, as conversas obscenas e os escritos, objectos ou espectáculos pornográficos sobre menor de 14 anos só seriam relevantes se produzidos “com o fim de o excitar

sexualmente”. Esta exigência do legislador prendia-se com o facto de se evitarem excessos, pois de outra forma poder-se-ia ir longe de mais, punindo o nudismo, por exemplo, ou ainda o banho dos pais perante os filhos. No entanto, entendeu-se que qualquer acção do tipo especificado deveria relevar, o que se mantém no Código Penal².

Finalmente, no aditamento de 1998 incluíram-se duas alíneas inexistentes nos Códigos Penais anteriores que dizem respeito à utilização de menores de 14 anos em fotografias, filmes ou gravações pornográficas ou à exibição ou cedência destes materiais, sendo a pena agravada se quaisquer destes actos forem praticados com intenção lucrativa. Aspecto interessante é o facto de se punir mais severamente aquele que não só perturba o menor no seu crescimento sexual como, para além disso, o que o faz por dinheiro. Para este aspecto contribuiu, em grande medida, o facto de existir um maior número de *sites* de pornografia infantil na internet, com um negócio lucrativo por detrás, o que obrigou o legislador a actualizar as respostas a esta nova forma de criminalidade. Para isto, foram muito válidas as recomendações em 1991 do Conselho de Ministros dos Estados Membros da União Europeia, que aconselhou aos governos a revisão da sua legislação e da sua prática no que dizia respeito à exploração sexual das crianças com fins lucrativos.

² Curiosamente, não é punida como coacção sexual a conduta daquele que, por meio de violência ou ameaça grave, constrange outrem a presenciar acto sexual de relevo, sendo a vítima menor de 14 anos, embora (na nossa opinião) o direito dos menores a um são e natural crescimento sexual seja posto em causa com a conduta referida, afigurando-se insuficiente a sua punição nos termos em que é feita no n.º 3, alínea a) deste artigo 172º. O simples presenciar poderia ser considerado um acto sexual de relevo; no entanto, como não é enquadrado nesta definição, consequentemente não é punível.

Analisando outras dimensões da tipificação legal destes crimes verificamos que a definição legal quer da idade quer do sexo do menor vítima de abuso nem sempre foi como a consideramos hoje. Por exemplo, no Código Penal de 1886, a idade da vítima de estupro (hoje em dia, “actos sexuais com adolescentes”), enquadrava “mulheres virgens” de 12 a 18 anos. No actual código penal o abuso sexual de crianças apenas diz respeito, como atrás referido, a menores com idades até aos 14 anos, e o crime de estupro deu lugar ao crime de actos sexuais com adolescentes, que abrange menores entre 14 e 16 anos.

As referências à especificação do sexo do menor vítima de abuso sexual de crianças e ao conceito de virgindade mantiveram-se durante algum tempo, sendo que no anteprojecto do Código Penal de 1982 existia uma referência a “menor virgem e impoluta”. Verifica-se alguma neutralidade nas palavras menor e virgem, no entanto a palavra impoluta pressupunha uma vítima do sexo feminino, assim como uma dada valorização moral da inexperiência sexual. As críticas a este anteprojecto apontaram o facto de que ao Estado não caberia garantir um “valor” considerado de reduzido significado social como é o da virgindade feminina e conduziram à supressão da designação supracitada (Alves, 1995).

Quanto ao facto de existir alguma relutância em incluir vítimas do sexo masculino, Alves (1995) considera que o Direito deverá saber conciliar a função de motor social com a de espelho da sociedade em que está inserido. Pois, segundo o autor, a sociedade não condena, antes encoraja as práticas sexuais dos rapazes e a sua precoce iniciação sexual. Ou seja, o autor considera que apesar de existirem vozes que pretendem defender a punição do estupro, seja a vítima de sedução do sexo feminino ou masculino, parece-lhe ser genericamente aceite que à moral sexual (valor envolvente do interesse pela norma jurídica incriminadora do estupro)

não repugna a prática de actos heterossexuais de mulheres adultas com menores do sexo masculino – dos 14 aos 16 – razão pela qual não lhe parece legítimo que o legislador proteja valores que a sociedade não sente como seus (Alves, 1995).

Muito embora a nossa legislação não acolha esta opinião, ela é relevante se pensarmos que tal concepção da sexualidade masculina dificulta o expressar dos menores do sexo masculino que são alvo de abuso e o reconhecimento pela sociedade do abuso de que eles são vítimas.

Actualmente, até aos 14 anos, os menores de ambos os sexos gozam de uma protecção absoluta no que concerne ao seu desenvolvimento e crescimento sexuais. A lei protege-os inclusive deles próprios, considerando irrelevante o eventual consentimento que prestem para a prática de actos sexuais. A partir dos 14 anos, a protecção, se bem que ainda visível e actuante, é relativa. Admitindo a relevância do consentimento do menor para a prática de actos sexuais, a lei procura rodeá-lo de garantias suficientes em ordem a assegurar a “inteira liberdade, esclarecimento e seriedade na formação da sua vontade” (Oliveira, 1994, p.58). Considera-se que o menor, num escalão etário em que a sua personalidade ainda está em formação, poderá consentir na prática do acto sexual em função do ascendente que sobre ele detém o agente. Isto é evidente nos artigos 173º, 174º, 175º e 176º, em que se considera que, muito embora tendo o menor mais do que 14 anos (e alargando-se no caso do art.173º até aos 18 anos), caso esteja confiado ao “ofensor” para educação ou assistência, tal ascendente é determinante no consentimento.

Indo um pouco mais longe na análise da evolução dos discursos e práticas legais sobre o abuso, parece-nos que a análise da forma de registo destes crimes nas Estatísticas da Justiça é um bom reflexo da evolução, quer do conceito legal de abuso sexual de crianças, quer da reacção social a este crime. Isto porque as

mutações na codificação legal, assim como a maior ou menor atenção específica a este crime, influenciam o seu conhecimento.³

Assim, em 1993 e em 1994, não existe a designação do crime de abuso sexual de crianças, existindo apenas o “crime de violação” e “outros crimes sexuais” incluídos nos “crimes e valores e interesses da vida em sociedade” (GEPMJ, 1993; GEPMJ, 1994). Sendo assim, os crimes de cariz sexual contra as crianças não são destacados, nem contabilizados, o que pode traduzir uma menor atenção específica a este fenómeno, que vai inevitavelmente contribuir para o seu desconhecimento e para que se considere que se trata de algo raro.

Em 1995 também não aparece descrito o abuso sexual de crianças, mas apenas os crimes sexuais em geral, incluindo-se estes agora nos “crimes contra as pessoas”. No entanto, nos números de vítimas de crimes sexuais já aparece a discriminação por idades, o que permite registar o número de vítimas até aos 14 anos (GEPMJ, 1995).

Em 1996 aparecem pela primeira vez os “crimes contra a liberdade e a auto-determinação sexual” e surge descrito o “crime de abuso sexual de crianças, de adolescentes e dependentes” (GEPMJ, 1996), mostrando que, com a revisão legislativa de 1995, se alterou o valor tutelado por esta regra legal.

É, contudo, de ressaltar, que em 1997, nos crimes registados pelas autoridades policiais, continuam só a constar os “crimes contra as pessoas” (violação e outros crimes sexuais). Quanto aos números da Comissão de Protecção de Menores, em 1997 aparece a designação geral de menores maltratados ou em perigo

³ Pareceu-nos que 8 anos (de 1993 a 2000) seriam suficientes para uma avaliação adequada acerca da evolução das estatísticas, após a entrada em vigor do Código Penal de 1982. Portanto, a partir de 1993 estaríamos em condições de analisar mais fidedignamente as alterações existentes, incluindo quer a revisão de 1995, quer os aditamentos de 1998.

(GEPMJ, 1997). Desta forma, apesar das alterações, ainda não se especificam os dados relativos às crianças vítimas de abuso sexual, o que contribui para a inexistência de dados que possam ajudar a uma adequada compreensão do fenómeno.

Em 1998 dá-se uma mudança. Nos crimes registados pelas autoridades policiais aparece a designação de “abuso sexual de crianças”. Este crime, diferencia-se agora dos “actos sexuais e homossexuais com adolescentes” (como já foi acima descrito). Também os dados das Comissões de Protecção de Menores já referenciam o “abuso sexual” como representando 3% das situações de perigo das problemáticas detectadas em crianças e jovens acompanhados. Da mesma forma, aparecem referenciadas pela primeira vez - nas estatísticas da justiça e nas estatísticas da APAV⁴ - quer as vítimas de abuso sexual de crianças, quer as vítimas adolescentes e dependentes (GEPMJ, 1998). Para esta mudança, muito contribuíram os aditamentos da Lei nº 65/98 que veio trazer as alterações acima referidas.

Em 1999 e em 2000, nas Estatísticas Criminais e nos crimes registados pelas autoridades policiais, aparecem destacados e especificados todos os crimes contra a auto-determinação sexual (GEPMJ, 1999; GEPMJ, 2000), sendo mais claros os números associados a cada crime em particular, nomeadamente ao de abuso sexual de crianças.

Sendo assim e apesar de os dois inquéritos de vitimação realizados, a nível nacional (em 1992 e 1994) não conterem informação sobre este crime, já que os sujeitos são apenas de idade adulta, (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995 in Machado, 2002), as estatísticas actuais permitem-nos saber que os crimes de abuso sexual denunciados abrangem sobretudo vítimas do sexo feminino, menores de 14

⁴ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

anos (GEPMJ, 1995; GEPMJ, 1996; GEPMJ, 1997; GEPMJ, 1998; GEPMJ, 1999; GEPMJ, 2000).

Esta breve análise mostra a forma como a legislação e a sociedade se interrelacionam, determinando entre elas a visibilidade dos fenómenos. Ou seja, à medida que a sociedade vai tomando consciência de um fenómeno, torna-se imprescindível encontrar respostas na legislação, o que provoca por sua vez um impacto na sociedade. É este ciclo que vai aperfeiçoando, ainda que lentamente, a evolução da protecção às crianças vítimas de crime, nomeadamente de abuso sexual.

1.3. Definições Técnicas

Apesar do que foi dito na parte anterior, embora o abuso sexual de crianças esteja definido na legislação (Código Penal), estas experiências não compreendem uma população homogénea. Em vez disso, este grupo representa um grupo heterogéneo de indivíduos que estão ligados pelo facto de terem estado expostos a comportamentos e a contactos sexuais na infância que são considerados, de alguma forma, inapropriados e socialmente inaceitáveis. Kempe (1978, cit. in Donnelly & Oates, 2000) indicou na sua definição que se tratava “do envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e imaturos no seu desenvolvimento, em actividades sexuais que eles não compreendem na sua totalidade, e em que não são capazes de dar um consentimento informado, ou que transgridem os tabus sociais ou os papéis familiares” (p.105).

Desta forma, as definições de abuso devem incluir não só aqueles actos cometidos por um adulto contra uma criança, mas também os abusos sexuais

cometidos entre crianças e adolescentes. Da mesma forma, impõe-se a distinção entre abusos sexuais cometidos dentro da família – e particularmente o incesto – e os que são perpetrados fora dela. A este propósito, alguns estudos epidemiológicos (Shalperin, 1990 cit. in Gabel, 1997) demonstram que a violência sexual exercida contra as crianças dentro das suas famílias representa 25% dos casos, enquanto 65% são exercidas por pessoas conhecidas das crianças, entre as quais as outras crianças, e 10% são por desconhecidos.

Como foi referido anteriormente, a tendência é para tratar o abuso sexual de crianças como sendo um síndrome perfeitamente identificável. No entanto, a definição de abuso sexual de crianças não reside em sinais e sintomas objectivos, mas em julgamentos normativos, decorrentes do contexto de investigação, do que resultam problemas técnicos de definição do conceito. Estas experiências, podem ir desde relatos de um incidente único (tal como ver um exibicionista a expor-se) até múltiplas agressões sexuais severas. Esta heterogeneidade na classificação conduz a muitas dificuldades em interpretar as estimativas de prevalência do abuso sexual de crianças, encontrando-se quer números inflacionados que incluem crianças que estiveram expostas a episódios intrusivos mas de carácter não físico, quer estimativas subrepresentativas, incluindo apenas incidentes severos de agressão sexual (Haugaard & Reppucci, 1998 cit. in Fergusson & Mullen, 1999). Estas dificuldades, reflectem a variabilidade dos estudos e os problemas de comparabilidade daí decorrentes (Haugaard, 2000 cit. in Machado & Gonçalves, 2002).

Desta forma, não existe uma definição universal de abuso sexual de crianças, sendo possível encontrar um espectro de opiniões que variam desde definições que consideram uma qualquer experiência sexual na infância enquanto

abuso, até definições que discutem que muitos dos incidentes comumente descritos como abuso sexual de crianças são, de facto, benéficos e bem acolhidos por aquelas (Yales, 1978 cit. in Fergusson & Mullen, 1999).

Por estas razões, a investigação começou a deslocar-se de definições que agregavam um conjunto diverso de experiências infantis numa só categoria de abuso sexual, para dados que descrevam a natureza e impacto de experiências sexuais não desejadas na infância e como é que estas experiências podem afectar crianças e adultos (Fergusson & Mullen, 1999).

Desta forma, a definição de abuso sexual de crianças supõe uma disfunção em três níveis (Gabel, 1997):

- No poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco);
- Na confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protector);
- No uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo o indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo.

No entanto, à dificuldade em se chegar a um consenso quanto à definição de abuso sexual de crianças, acrescentam-se outras questões metodológicas, como por exemplo a dificuldade de construção dos itens de um questionário que avalie estas experiências, que dificultam, por exemplo, estudos epidemiológicos internacionais (Peters, Wyatt & Finkelhor, 1986 cit. in Finkelhor, 1994), e levantam questões importantes acerca da comparação dos dados dos diferentes países. Ou seja, a variação nas proporções entre os países não reflecte a variação de uma real prevalência. No entanto, as sondagens internacionais parecem sustentar a ideia de que o abuso sexual de crianças é de facto um problema internacional. Em vários

países estudados⁵, uma importante percentagem da população adulta reconhece uma história de abuso sexual, incluindo quer países em que se assistiu a uma grande publicidade acerca do problema, quer outros em que a publicidade foi limitada.

Estes estudos comparativos são necessários, de forma a facilitar a consciencialização internacional, mas mais importantes são para responder a questões acerca de como variáveis sociais e culturais podem afectar este fenómeno. No entanto, é urgente seleccionar metodologias e instrumentos tendo em vista uma comparação internacional. Isto implicaria estudos em simultâneo, em diversos países, ou estudos que replicassem outros usados noutros países. Devem, da mesma forma, seleccionar-se definições consistentes de abuso sexual e a experiência actual sugere que a melhor maneira de monitorizar este crime é colocar questões múltiplas com uma linguagem muito específica acerca de uma variedade de contextos em que o abuso pode ter ocorrido, em oposição a uma única questão que pergunta acerca do abuso sexual ou acerca de algum outro conceito geral que deixa a quem responde a tarefa de definir (Peters et al, 1986 cit. in Finkelhor, 1994).

Podemos, desta breve análise, concluir que têm ocorrido diversas mutações na forma como o abuso sexual de crianças tem vindo a ser encarado, quer pelo senso comum, quer pelo discurso legal, bem como pelo discurso técnico. Estas mutações traduzem que o abuso não é um fenómeno simples ou linear, mas antes o produto de um conjunto de comportamentos e da reacção social a estes comportamentos, que é mutável e influencia de um modo determinante aquilo que

⁵ Este estudo de prevalência internacional (Finkelhor, 1994) incluiu 20 países (E.U.A; Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Costa Rica; Dinamarca; República Dominicana; Finlândia; França; Alemanha; Grécia; Grã-Bretanha; Irlanda; Holanda; Nova Zelândia; Noruega; África do Sul; Espanha; Suécia e Suíça.

conhecemos da realidade do abuso sexual de crianças, e provavelmente também influenciará a forma como a experiência de abuso é vivida. Esta é a hipótese que exploraremos de ora em diante neste trabalho.

1.4. Discursos e reacções sociais ao abuso sexual

Ao longo deste capítulo procuraremos abordar os efeitos de alguns mitos traduzidos nos discursos acerca do abuso sexual de crianças, cujos efeitos vão ter um maior impacto nas vítimas. Estes mitos podem interferir com o bem-estar das vítimas, quer porque dificultam o reconhecimento da experiência abusiva, quer porque promovem atitudes que aumentam o impacto negativo da vitimação.

Por esta razão, este capítulo foi subdividido em duas categorias: uma que caracteriza os mitos que dificultam o reconhecimento do abuso e outra categoria que caracteriza os mitos que promovem atitudes desfavoráveis à recuperação da vítima.

1.4.1. Mitos que dificultam o reconhecimento do abuso

a) Fantasia infantil

Durante a primeira metade do séc. XX havia pouco interesse no abuso sexual de crianças, muito embora existissem publicações de alguns estudos conduzidos nos anos 40 e 50 que indicavam uma substancial prevalência do mesmo (Green, 1993). Foi sugerido que essa falta de interesse profissional no abuso sexual de crianças teria a ver com o facto de os relatos desta experiência serem considerados fantasias ou serem reconstruídos como comportamentos que não

causavam dano nas crianças. Tal deveu-se em grande parte à teoria psicanalítica (Olafson et al., 1993 cit. in Fergusson & Mullen, 1999).

O abuso sexual, a questão da sua realidade ou não e o seu impacto no desenvolvimento da personalidade, ocupam um lugar importante na teoria psicanalítica, lugar esse ilustrado pela teoria da sedução (Freud, 1895-1897) e sua evolução. Mas se inicialmente, para Freud, a sedução parental infantil era real, depois aquele considerou que os relatos dos seus pacientes eram fantasias, e o seu interesse mudou para os desejos incestuosos da criança. Este novo foco na teoria psicanalítica, que se traduziu na teoria edipiana, levou a que se considerassem a maior parte dos casos de incesto como sendo fantasias infantis.

Nesta teorização ocupa um lugar central o conceito do Complexo de Édipo, que diz respeito à relação triangular pai-mãe-filho. O seu aparecimento situa-se entre os 3 e os 5 anos e consiste no desejo sexual que a criança sente por um dos pais, o do sexo oposto, associado ao desejo de morte do rival que representa o progenitor do mesmo sexo. O seu declínio marca o início da fase da latência, que se caracteriza por uma sublimação das pulsões sexuais através das actividades intelectuais. Na obra de Freud, o superego ou a consciência moral é herdeira do Complexo de Édipo: quando renuncia à satisfação dos seus desejos edipianos, a criança identifica-se com os pais e interioriza os seus interditos. Durante o desenvolvimento, o superego enriquece-se com as exigências sociais e culturais. Como consequência desta tese, os relatos de abuso foram considerados fantasias, que faziam parte do desenvolvimento e da sexualidade infantil⁶.

⁶ No entanto, autores como Laplanche e Pontalis (1984 in Gabel, 1997), referem que, embora Freud tenha abandonado a teoria da sedução, nunca deixou de sustentar a existência, a frequência e a realidade das cenas de sedução vividas por algumas crianças e a teoria da sedução foi retomada posteriormente por Ferenczi em 1933 (in ibidem).

Esta formulação teórica (que analisaremos com mais detalhe no ponto 2.1.1.) conduziu, do nosso ponto de vista, sobretudo na sua assimilação pelo discurso social, a diversas confusões conceptuais. Entre estes parece-nos que a faculdade de sentir prazer, como parte integrante da sexualidade infantil, não deve ser confundida com a sexualidade adulta, pois as crianças ainda não atingiram a maturidade, nem física nem psicológica, para se relacionarem sexualmente com um adulto. A responsabilidade do abuso é sempre por isso do adulto, mesmo que uma criança, pré-adolescente ou adolescente lhe mostre e lhe declare que deseja ter relações sexuais com ele. Além disso, caso uma criança o faça, tal é um sério indicador de um possível abuso prévio, e o adulto deverá por isso não aceder e tomar medidas no sentido de proteger a criança encaminhando-a para os serviços competentes.

b) Sugestionabilidade e falsas alegações

Outro aspecto importante para a minimização do abuso e a descridibilização de alguns relatos são os problemas referentes à memória infantil e à sua relação com eventos de abuso sexual. De facto, muitos técnicos do sistema de justiça têm assumido uma atitude céptica face às alegações de abuso por considerarem a memória infantil pouco credível e susceptível de distorções, em particular à manipulação intencional por parte de terceiros, nomeadamente adultos. Esta desconfiança tem sido particularmente acentuada nos casos em que a alegação de abuso é feita no contexto de uma regulação de poder paternal (Bruck & Ceci, 1996).

Efectivamente, as crianças pequenas são muito sensíveis ao estatuto e ao poder diferencial dos adultos e, conseqüentemente dos seus entrevistadores (ibidem). Alguns estudos referem que as crianças acreditam mais nos adultos do

que noutras crianças, e mais facilmente se deixam levar pelos desejos dos adultos e incorporam as crenças daqueles nos seus próprios relatos (e.g. Ackerman, 1983; Sonneschein & Whitehurst, 1980 cit. in ibidem). Isto é um aspecto particularmente importante no testemunho de crianças que são entrevistadas por polícias, juizes e pessoal médico. Ou seja, estes estudos consideram que a forma como a criança relata os acontecimentos pode ser influenciada pelo poder ou estatuto dos entrevistadores.

Por outro lado, diversos estudos têm demonstrado uma maior susceptibilidade das crianças a determinados erros de memória. Entre estes, são de mencionar, por exemplo, os que se prendem com a falsa atribuição do conhecimento a experiências pessoais, quando na verdade este foi obtido indirectamente (Leichtman & Ceci, 1995 cit. in ibidem).

A monitorização da fonte de memória foi inicialmente estudada no contexto da memória adulta, porque os adultos frequentemente identificam mal a origem das suas recordações. Podem, por exemplo, lembrar-se de alguém a contar-lhes um evento, quando na realidade, leram esse facto num jornal.

No entanto, recentemente, alguns psicólogos do desenvolvimento têm vindo a estudar este fenómeno nas crianças. Nestes estudos, as crianças experienciam um evento e depois mais tarde são informadas de pormenores que não ocorreram. Quando são questionados posteriormente acerca dos detalhes do acontecimento original, os sujeitos não conseguem monitorizar a fonte da informação; ou seja, eles recordam detalhes que não ocorreram e que lhes foram fornecidos após a ocorrência (Courtois, Knapp & VandeCreek, 1997 cit. in Ney, 1995).

Este efeito ocorre em todas as idades, mas parece que as crianças mais pequenas cometem mais estes erros. Alguns estudos recentes sugerem que mesmo

quando os sujeitos são avisados antes da recordação final para não acreditarem em nada do que lhes foi dito após a ocorrência do evento, eles continuam a cometer erros de fonte. Este padrão é mais proeminente em crianças com idade pré-escolar (Lindsay, Gonzales, & Eso, 1995 cit. in Bruck & Ceci, 1996).

Ceci, Crotteau, Smith e Loftus (1994 cit. in Bruck & Ceci, 1996), conceberam um estudo para examinar se crianças no pré-escolar exibiam atribuições erradas de fonte quando eram repetidamente encorajadas a pensar em eventos que nunca ocorreram. Estes autores referiram que as crianças não faziam meros relatos simples, mas consideraram que muitos eram coerentes internamente, não só contendo detalhes e sequências de eventos que nunca tinham ocorrido, mas também contendo descrições do efeito na criança durante esses não-eventos. Os resultados deste estudo levaram os autores a concluir que as crianças poderiam relatar efeitos pessoais de eventos que nunca ocorreram.

Finalmente, alguns estudos (Bruck & Ceci, 1996) referem que as questões repetidas, a repetição de informação enviesada e a criação de uma atmosfera acusatória poderá perturbar a acuidade da criança. Além disso, consideram que os relatos das crianças podem ser enviesados por indução de estereótipos ou por um entrevistador intimidador, como um agente da polícia.

Assim, com a difusão dos resultados destes estudos, compreende-se que alguns técnicos e juristas se mostrem bastante cépticos quanto ao testemunho infantil e à possibilidade de aferir a credibilidade dos relatos das crianças. A questão que se levanta é, pois, a de saber se é possível diferenciar um relato verdadeiro e um falso.

Apesar dos resultados apresentados, existem autores que consideram possível essa diferenciação, e que apresentaram indicadores que ajudam os técnicos

a avaliar a veracidade das alegações de abuso (Faller, 1988, cit. in Machado, 2002; Salter, 1988). Além destes indicadores, têm também vindo a ser incrementados alguns modelos de análise de testemunho e a investigação, apesar de algo limitada, tem demonstrado a sua utilidade na diferenciação entre verdadeiras e falsas alegações (Steller & Koenken, 1989 cit. in Machado, 2002).

Na utilização destes parâmetros, é preciso compreender que, apesar das eventuais contradições no discurso da criança, estas devem ser enquadradas no seu quadro psicológico característico e na sua fase desenvolvimental, não devendo aplicar-se a esta os mesmos critérios de avaliação da coerência/credibilidade que são usados com os adultos.

Finalmente, sabe-se que a retratação, ou seja, o facto da criança desdizer a revelação do abuso, é igualmente um fenómeno frequente nas vítimas de abuso (Wolfe, McMahon & Peters, 1997) e decorre de factores tais como novas ameaças do abusador, o medo de represálias, a culpa, a separação da família, o sofrimento dos pais ou a prisão do ofensor, que fazem a criança ficar confusa ou arrependida de ter revelado o abuso. Muitas vezes, para isso, tentará ocultar, corrigir, deturpar ou minimizar a realidade narrada.

Sabe-se ainda, através de alguns estudos, que as falsas alegações de abuso por parte das crianças são raras (Berliner & Barbieri, 1984; MacFarlane & Waterman, 1986; Faller, 1988 cit. in Fávero, 2003) e que as crianças raramente mentem sobre a sua experiência de abuso sexual (Eldrige, 1993 cit. in Fávero, 2003).

Assim, parece-nos que, apesar da atenção que deve ser dada à investigação sobre a memória infantil e a sugestionabilidade, o discurso social sobre este tema tem sido responsável pelo desacreditar da criança vítima de abuso e tem enfatizado

os raros casos de falsas alegações como sendo frequentes. A questão subjacente continua a ser o silenciar da voz da criança abusada, devido à sua idade e à sua imaturidade desenvolvimental. Este silenciamento tem, no entanto, sido responsável pelo legitimar das experiências abusivas.

c) Tipo específico de ofensor

Um outro mito que tem vindo a dificultar a real compreensão social acerca do fenómeno de abuso sexual de crianças refere-se às características do ofensor. Ou seja, a ideia de que o agressor é um desconhecido com um aspecto suspeito, sofrendo de uma patologia. De facto, um abusador não é assinalável pela sua aparência física, nem pelo seu comportamento social. O mito da psicopatologia do ofensor, na maioria dos estudos com agressores (Briggs & Hawkings, 1996), não tem sido verificado. Na maioria das situações estas não são pessoas psiquiatricamente perturbadas, mas sim alguém lúcido e consciente dos seus actos, pelo que não devem ser isentadas de responsabilidade.

Alguns autores consideram a questão do perfil do abusador uma questão irrelevante (Bernard, 1985; Conte, 1995 cit. in Howitt, 1995), pois a investigação sugere que existe uma tão grande variação nas características dos abusadores, que torna impossível discriminar os ofensores. Mais ainda, ao traçar um perfil do abusador, corre-se o risco de que os tribunais tomem as suas decisões segundo a opinião de que “este homem não pode ter cometido este acto, porque não se encaixa no perfil” (Conte, 1985 cit. in Howitt, 1995, p.39).

Os resultados obtidos junto da população de abusadores sexuais de crianças não revelaram qualquer causalidade no que diz respeito às características de

personalidade, pois os seus resultados não diferem especificamente da população em geral (Wilson & Cox, 1983).

Existem também estudos que revelam que, ao contrário da visão do senso comum acerca dos abusadores, estes se avaliam como estando acima da média em termos de características físicas, intelectuais, de educação, de capacidade de trabalho e em termos de relacionamentos sociais e maritais (Peters, 1976).

Existe assim um grau de inconsistência nos dados psicológicos sobre os abusadores. Na revisão de Levin e Satva (1987 cit. in Howitt, 1995) estes autores não encontraram diferenças psicométricas entre abusadores e outros homens. Parece assim difícil encontrar um simples perfil de personalidade que diferencie os abusadores de outros homens (Howitt, 1995). As noções simplistas como a de que é a inadequação social que conduz ao abuso sexual de crianças parecem inviáveis na medida em que se encontram abusadores com grandes competências sociais (ibidem). Deste modo, não existem evidências de que os abusadores demonstrem níveis desviantes, no que diz respeito a qualquer uma das medidas clínicas que a investigação tem usado (Howitt, 1995).

Um outro mito social relevante tem a ver com a homossexualidade associada ao abuso. No entanto “não existe nenhuma razão a priori para suspeitar que o facto de se saber se alguém é homossexual ou heterossexual vai predizer melhor a atracção em relação a crianças, mais do que saber se é dextro ou esquerdino ou tem os olhos azuis ou castanhos, ou qualquer outra característica específica” (Newton, 1978 cit. in Howitt, 1995, p.45). Segundo outros autores os adultos homossexuais não abusam mais de crianças do que os heterossexuais (Westwood, 1960 cit. in ibidem).

Concluindo, sabendo apenas a natureza do envolvimento sexual adulto com crianças, pouco ou nada tal diz acerca da sua orientação relativamente a adultos do sexo masculino ou feminino. Existem mesmo estudos que referem que um adulto heterossexual do sexo masculino constitui um risco maior para os menores do que um adulto homossexual do sexo masculino (Groth & Birnbaum, 1978 cit. in Howitt, 1995).

Um outro aspecto importante associado à caracterização dos abusadores é o facto de existirem factores de risco, tais como a perturbação psicológica ou o abuso de substâncias, mas não se lhes poder ser atribuída a causa do abuso sexual de crianças (Saradjian, 1996 cit. in Hetherton, 1999). Ou seja, as implicações são as de que o abuso sexual perpetrado por homens e mulheres “normais”, ainda que seja o mais comum, é ainda considerado inconcebível para o discurso social (ibidem).

Esta questão é ainda complexificada quando o abuso é perpetrado por pessoas que ocupam lugares associados à protecção espiritual, como é o facto dos membros da Igreja em sociedades em que a religião católica está muito enraizada.

A este propósito têm-se investigado alguns abusadores pertencentes ao clero e o seu impacto na fé daqueles que foram abusados e nas suas famílias (Rossetti, 1995), tendo-se verificado uma perda na fé religiosa (Rossetti, 1995), o que pode levar a um grande esforço de encobrimento destes crimes, sob pena de uma descrença religiosa generalizada.

O discurso social acerca da psicopatologia do agressor, bem como do perfil específico atribuído a este, é responsável pela criação de estereótipos acerca dos potenciais abusadores, o que vai contribuir para que aqueles que não obedçam ao dito perfil sejam considerados inocentes. Esta criação de estereótipos é um mecanismo de defesa social, que procura localizar, ainda que erroneamente, os

potenciais abusadores, evitando o mal-estar e a insegurança decorrentes de se perceber que um abusador não tem características específicas e que pode ser qualquer indivíduo, ainda que bem enquadrado, quer pessoal, quer profissionalmente.

d) Género do ofensor

Um mito frequente é o de que o ofensor é sempre do sexo masculino, e de facto, a investigação tem sido muito escassa no que diz respeito às mulheres que abusam sexualmente de crianças.

Apesar de a maioria dos casos denunciados ser perpetrado por homens e as vítimas serem do sexo feminino (Snyder, 2000 cit. in Denov, 2003), as mulheres que abusam sexualmente de crianças, bem como as suas vítimas, têm sido amplamente ignoradas ou negligenciadas nos estudos.

Alguns estudos (Broussard, Wagner, & Kazelskis, 1991; Finkelhor, Williams, & Burns, 1988 cit. in Denov, 2003) referem que o público em geral percebe o abuso sexual perpetrado por mulheres como sendo menos danoso e menos grave do que o abuso sexual perpetrado por homens. O facto de as respostas sociais às ofensas perpetradas por mulheres reflectirem uma grande ambivalência, poderá ainda advir da crença comum de que as mulheres são incapazes de cometer ofensas sexuais (Saradjian, 1996 cit. in Denov, 2003). Assim, a mulher abusadora não se encaixa na construção social da feminilidade. O “feminino” está associado ao “protector”, “não-agressivo” e “não-sexual”.

Deste modo, o abuso sexual de crianças perpetrado por mulheres não se enquadra no conjunto de comportamentos previstos pelos esquemas sociais. Isto provoca desconforto psicológico ou “dissonância cognitiva” (Festinger, 1957) e

motiva o indivíduo a “reenquadrar” o comportamento, se possível. Isto é corroborado através de interpretações, citadas na literatura, em que o abuso sexual de crianças por mulheres é referido como sendo “demonstrações de amor mal interpretadas” ou “afectos inapropriados” (Saradjian, 1996 cit. in Hetherton, 1999). A implicação é que o fenómeno do abuso é, desta forma, minimizado ou, em alternativa, a sua existência pode mesmo ser negada.

Larson e Maison (1987 cit. in Denov, 2003), consideram que: “socialmente, a nossa cultura, considera particularmente difícil pensar que as mulheres podem abusar sexualmente de crianças. A nossa herança judaico-cristã coloca grande ênfase nas mães cuidadoras... Lutamos até com a ideia das mulheres, particularmente as mães, terem alguma sexualidade.” (p.48). Deste modo, aceitar que as mulheres abusam sexualmente de crianças implica desafiar estereótipos poderosos acerca da maternidade e das relações mulher-criança (Denov, 2003).

Estas atitudes sociais divergentes quanto às ofensas sexuais perpetradas por mulheres são também acompanhadas de respostas profissionais que reflectem estas mesmas crenças ambivalentes. Estas crenças dos profissionais e o seu impacto nas vítimas serão abordadas adiante no ponto 2.2.2.

e) Género da vítima

A crença de que apenas as meninas são vítimas de abuso sexual tem também sido difundida nos discursos sociais. Apesar desta crença, a investigação tem revelado a existência de um número substancial de rapazes abusados. Existem mesmo autores que consideram a probabilidade igual, apenas dependendo das preferências dos agressores ou da facilidade destes em chegar a um menino ou menina, tendo em atenção a forma de socialização de uns e outros: já que as

meninas são socializadas para serem mais dóceis e os meninos para serem mais agressivos, aquelas poderiam ser mais acessíveis (Wellman, 1993).

No entanto, Mian, Wehrspann, Kalner-Diamond, Lebaron e Winder (1986 cit. in ibidem) indicaram que, em idades pré-escolares, apenas 25% das vítimas de abuso sexual de crianças eram meninos. Por sua vez, Finkelhor (1994) refere que um terço das vítimas de abuso sexual de crianças é do sexo masculino.

Na verdade, a dificuldade em se contabilizar a realidade é agravada no caso dos meninos, porque socialmente associada ao abuso, surge a ideia da homossexualidade que, ao ser condenada socialmente e culturalmente, dificulta a revelação.

f) Abuso enquanto fenómeno de meios desfavorecidos

Uma outra crença que parece enraizada nos discursos sociais é a de que o abuso apenas ocorre nos meios desfavorecidos. Apesar deste mito, a realidade tem mostrado que a violência sexual atravessa todos os níveis socio-económicos, muito embora exista uma maior taxa de denúncia junto das classes mais desfavorecidas, em parte devido à maior visibilidade das situações disruptivas nelas ocorridas, que levam a uma maior intervenção das instituições de controlo social (Wolfe & Birt, 1997 cit. in Machado, 2002).

g) Denúncia imediata

Este mito pressupõe a ideia errónea de que uma criança, quando vitimada, denuncia imediatamente o que aconteceu. Sabemos, contudo, que aquilo a que Furniss (1993) chamou o “Síndrome do Segredo” vem tornar compreensível as fragilidades inerentes à experiência do abuso. Este é, assim, uma experiência

silenciada e muitas vezes denegada, por um lado devido à falta de evidências médicas, às tentativas de revelar mal sucedidas, às ameaças, à violência, aos castigos e ao medo das consequências da revelação, promovidos pelo ofensor, e, por outro lado, à existência de factores internos à dinâmica abusiva. Entre estes, são de referir o contexto do abuso, a transformação do abusador “noutra pessoa” e os rituais de entrada e saída da situação abusiva que se traduzem em ordens ritualizadas, estereotipadas, em que o abusador se torna “outro” e em que o abuso é em si mesmo anulado. Assim, a criança pode mesmo nunca vir a revelar o abuso.

Da mesma forma, a ideia de que os pais ou familiares denunciam sempre a situação é errónea, pois o que muitas vezes acontece é a negação da vitimação, devido à vergonha ou a sentimentos de culpa que impedem ou retardam a denúncia. Outros têm medo de sofrer represálias por parte do abusador. Outros ainda são negligentes, coniventes ou mesmo os próprios abusadores (Wolfe & Birt, 1997 cit. in Machado, 2002).

h) Tipo específico da criança

Este mito refere-se à crença de que existe um tipo de aspecto físico específico de crianças que os abusadores procuram (Lamour, 1997 cit. in Gabel, 1997). Ou seja, a crença de que “a vítima é uma criança bonita, com ar feminino, cabelos longos e angelical” (Magalhães, 2002, p.28). De facto, alguns abusadores frequentemente mencionam a inocência da criança como sendo a sua qualidade mais atractiva (Howitt, 1995). Por outro lado, outros autores consideram que as crianças “arrojadas, exibicionistas e descaradas” (Bender & Blau, 1937 cit. in Rossetti, 1995 p.1469), serão aquelas que estarão mais envolvidas no abuso sexual.

Esta ideia está associada ao mito da “criança sedutora” como será referido adiante no ponto 1.4.2.a), deste capítulo.

Existe um outro mito associado, de que as crianças pequenas nunca são alvos (), mas a realidade mostra que os bebés e outras crianças mais pequenas são igualmente vítimas de abuso sexual (Wolfe, Wolfe & Best, 1988; Lutzker et al., 1999 cit. in Machado & Gonçalves, 2002).

Na verdade, as crianças abusadas podem ter as mais variadas características, pois tal dependerá do que o abusador procurar nas crianças que aborda, bem como da sua acessibilidade (Gabel, 1997; Magalhães, 2002).

i) Tipo específico de abuso

O mito de que o abuso sexual de crianças consiste apenas na penetração vaginal ou anal tem conduzido à conclusão errónea de que aquele não ocorreu quando não há evidências médicas e físicas de tal penetração. Contudo, os abusadores recorrem a um vasto conjunto de práticas, podendo chegar a nunca penetrar vaginal ou analmente a criança. Podem praticar sexo oral, carícias sexuais, masturbação, exibicionismo, fazer fotografias ou filmes da criança ou dos actos que praticam com esta. Desta forma, a inexistência de provas médicas de coito não deverá ser interpretada como sinal da não ocorrência de abuso.

Alguns estudos (Boat & Everson, 1988 cit. in Davey & Hill, 1999) referem ainda que os profissionais envolvidos na investigação acerca do abuso sexual de crianças percebem os sinais físicos como indicadores mais fortes de abuso do que os sinais não físicos. Apesar de tal poder reflectir o mito a que acabámos de nos referir não podemos deixar de salientar que, de facto, no que diz respeito aos sinais

psicológicos e comportamentais, existe alguma incerteza quanto aos que podem ser considerados como constituindo indicadores fiáveis⁷.

Na verdade, estudos com crianças abusadas sexualmente sugerem que o único sinal específico de abuso sexual é o aumento do comportamento sexualizado e do interesse sexual demonstrado pela criança (Einbender & Friedrich, 1989; Gale, Thompson, Moran, & Sack, 1988; Goldston, Turquist, & Knutson, 1989; Livingston, 1987 cit. in Davey & Hill, 1999). No entanto, mesmo em relação a este indicador, seria necessário observar a natureza e a extensão do comportamento sexual na população geral das crianças, antes de o considerar como sinal de abuso sexual, e não enquanto parte da sexualidade infantil (Fávero, 2003).

⁷ A este propósito ver a alínea d) do ponto 1.4.2. que explora o mito da *sintomatologia específica*.

1.4.2. Mitos que promovem atitudes desfavoráveis à recuperação da vítima

a) Precipitação pela vítima (a criança sedutora)

A teoria da precipitação pela vítima presume ou insinua que a criança abusada cooperou com o ofensor ou procurou o envolvimento que se desenvolveu entre si e aquele, sobretudo quando existe uma ausência de força, e quando o abusador não é visto pela criança como ameaçador.

Nesta leitura, as características de sedução são frequentemente atribuídas à criança-vítima. Devido a este alegado comportamento sedutor, existe uma tendência para culpar a criança de instigar a interacção sexual. Rosenfeld (1997 cit. in Gabel, 1997), por exemplo, acredita que uma criança desenvolve estes comportamentos sedutores como esforço para obter a atenção e afecto que não lhe são dados de outra maneira. Este comportamento “sedutor” seria um sintoma da “personalidade anormal” da criança, bem como das suas lacunas psico-desenvolvimentais (ibidem, p.198).

Grande parte dos escritos realizados em torno da precipitação pela vítima tiveram origem nas correntes psicanalíticas, que abordam a questão do abuso segundo um plano de explicação intraindividual do crime. Neste sentido, as causas do abuso sexual de menores são procuradas nos factores da sua personalidade (Abraham, 1907 cit. in Salter, 1988). Esta atribuição de responsabilidade à criança ainda se mantém em alguns autores (ibidem), considerando-se que a criança é responsável pela sua vitimação, devido à desadequação do seu comportamento

Apesar da disseminação destas teorias em torno da sedução infantil, elas têm vindo a ser criticadas a diferentes níveis, por diversos autores (Furniss, 1993). Entre estas críticas podemos salientar as seguintes:

a) Parece estar implícita nestas teorias uma confusão entre os efeitos do abuso e as suas causas. Isto é, uma criança cujas interacções com os adultos são sexualizadas devido ao abuso, pode agir com os outros adultos de uma forma sedutora. As suas relações interpessoais podem estar perturbadas, bem como a sua capacidade de expressar afecto de uma forma não sexual (ibidem);

b) A ideia de que a criança poderia evitar o abuso mostra o desconhecimento das estratégias de coerção do abusador que impossibilitam a criança de se proteger. Este abuso nem sempre implica agressão física, pois o abusador tem outras estratégias de seduzir a criança, nomeadamente através da coerção psicológica. Quanto a esta, há que ressaltar que as crianças obedecem geralmente aos mais velhos, especialmente quando estes ocupam posições de poder sobre elas. Muito embora as crianças intuam que algo de errado se passa, por exemplo, com a forma de tocar do ofensor, é rara a criança que sabe o que fazer. Os adultos utilizam as suas “superiores cognições” para convencer as crianças de que elas, não os ofensores, são as culpadas e várias ameaças e subornos são empregues de forma a comprar o silêncio das crianças;

c) Para além das objecções anteriores, há ainda que considerar que, no discurso social, o mito da sedução infantil foi apropriado de forma isolada do restante enquadramento teórico analítico. Assim, a sexualidade infantil é confundida com a sexualidade adulta, com a consequente culpabilização e atribuição de comportamentos sedutores à criança. Cria-se assim, no discurso

social, uma clivagem entre a imagem da criança-anjo (pura, inocente) e da criança-demónio (Ariés, 1988).

b) Culpabilidade maternal

Como acabámos de verificar, com a teoria da sedução infantil, uma revisão acerca da história do abuso sexual sugere que a responsabilidade por este foi primeiramente atribuída às vítimas, não obstante a sua imaturidade ou o grau de coerção psicológica ou física utilizada contra elas. Muito embora ainda exista alguma literatura que reflecte este viés, tem-se vindo a assistir a um deslocar da culpa das vítimas para as suas mães ou para outros membros da família não participantes do abuso.

As mães, principalmente as de crianças vítimas de incesto, têm sido apontadas como sendo indirectamente responsáveis pelo abuso das suas crianças (Cormier, Kennedy, & Sangowitz, 1992; Sarles, 1975; Sgroi & Dana, 1982 cit. in Deblinger & Heflin, 1996). Existem autores que vão mais longe e afirmam que as mães são ainda mais responsáveis do que os próprios abusadores (Lustig et al., 1966 cit. in Salter, 1988).

Diversos autores diferenciam a natureza da culpabilidade materna segundo categorias:

a) as mães que, estando ausentes, permitem o abuso (Kaufman et al., 1954 cit. in Salter, 1988);

b) mães que são indirectamente responsáveis, porque “negam” as relações sexuais aos seus maridos, frustrando-os sexualmente (Lustig, 1966; Henderson, 1975 in ibidem). Também a inversão de papéis é apontada por alguns autores como um “alívio para a mãe, que vê a sua filha substituí-la” (Salter, 1988,

p.37). A mãe da criança abusada é caracterizada como sendo insegura, uma mulher carente, imatura, incapaz de controlo e procurando futilmente aprovação (ibidem). A criança vítima de abuso tomaria o lugar da mãe na lida de casa e nos cuidados às crianças. A mãe apoiaria abertamente o assumir dos papéis sociais pela filha, e poderia incentivar o papel sexual assumido por aquela.

A este propósito é, contudo, importante referir que Groth (1982 cit. in Hollin & Howells, 1994), num trabalho com ofensores, mostrou que o abuso coexistia com contactos sexuais adultos, sendo que nenhum destes ofensores carecia de oportunidades de gratificação sexual, o que contraria a ideia da culpabilização materna pela disfunção sexual marital;

c) as mães que, não iniciando o abuso, nem tendo comportamentos indirectamente responsáveis por aquele, falham na criação de limites apropriados à prevenção do abuso, sendo incapazes de proteger a criança (Tormes, 1968 cit. in Salter, 1988);

d) finalmente, as mães que, embora conhecendo a sua existência, negam o abuso. Alguns autores concluíram que as mães de vítimas de incesto têm conhecimento do abuso, consciente ou inconscientemente (Henderson, 1975; Meiselman, 1978 cit. in Salter, 1988), e consideram que, com a negação ou a utilização de outras defesas, a mãe permite a continuação do incesto, aparentemente porque não quer perturbar a função inibidora de tensão familiar que o abuso representa⁸.

Muito embora exista alguma evidência empírica que indica que nem todas as mães correspondem a estes estereótipos (Conte & Berliner, 1988; Sirles &

⁸ Esta função inibidora da tensão familiar através do abuso sexual, vai ser aprofundada mais adiante no ponto 2.1.3, quando nos referirmos às teorias sistémicas.

Franke, 1989 cit. in Deblinger & Hefkin, 1996), esta representação social das mães tem conduzido a que estas encontrem por vezes reacções muito agressivas, mesmo por parte dos profissionais, o que dificulta a ajuda de que necessitariam, incapazes, por vezes, elas próprias, de fornecer adequado apoio à criança, devido à perturbação emocional decorrente da revelação, bem como das dificuldades apresentadas pela criança.

De qualquer forma, do nosso ponto de vista, o conhecimento ou não que a mãe possa ter acerca do comportamento do marido, a sua capacidade ou incapacidade de controlo, a quantidade ou qualidade da relação sexual entre eles, são todas questões periféricas, e não diminuem de forma alguma a responsabilidade do ofensor pelo seu próprio comportamento.

c) O mito da criança “danificada”

Um outro mito que tem promovido algumas atitudes desfavoráveis à recuperação da vítima, é a ideia de que a criança vítima de abuso fica “danificada” para sempre (“damaged goods syndrome”).

No entanto, apesar de a violência sexual ser uma experiência devastadora para as crianças e suas famílias, este não é um problema com um efeito linearmente determinado nas suas vidas. A vida da criança pode conhecer um futuro saudável e tranquilo, dependendo de vários factores específicos de cada caso, nomeadamente da intensidade e duração da vitimação; da relação anterior, de amizade ou parentesco tida com o agressor; do tipo de actos sofridos; do segredo mantido; do apoio familiar e profissional que teve; da punição que o agressor recebeu, bem como de outros factores que a criança poderá vir a encontrar no seu futuro de adulto, tais como o enamoramento ou amor de alguém significativo, casamento e

filhos ou o seu grau de sucesso profissional (Magalhães, 2002). Se estes factores forem positivos, a criança pode seguir o seu normal desenvolvimento em adulto, sem impedimentos da sua futura adaptação e bem-estar físico e emocional (Magalhães, 2002).

Estas questões relacionadas com a resiliência em crianças abusadas sexualmente têm sido objecto de alguns estudos, nomeadamente relativamente aos critérios e factores associados à resiliência (Spaccarelli & Kim, 1995). Entre estes factores encontra-se o de uma relação de apoio do progenitor não abusador como sendo o factor com maior correlação com a resiliência, ou seja, com a capacidade de manter um funcionamento adaptativo apesar do dano causado (Rutter, 1987 cit. in Spaccarelli & Kim, 1995). Desta forma, uma criança resiliente não possuirá níveis clínicos de sintomatologia, e manterá níveis adequados à sua faixa etária quanto às competências sociais.

No entanto, é de notar que esta classificação depende do critério e do tipo de fonte utilizados. A investigação tem verificado, por exemplo, baixas correlações entre os auto-relatos das crianças e os relatos dos pais quanto à sintomatologia (Achenbach, McConaughy, & Howell, 1987 cit. in Spaccarelli & Kim, 1995). Alguns estudos referem que as crianças vítimas de abuso podem manter uma adequada competência social, podendo, ao mesmo tempo, apresentar altos níveis de depressão, ansiedade ou sintomatologia agressiva. Por este motivo, a ausência de sintomas clínicos, ao invés das competências sociais, parecem ser uma medida de resiliência no contexto do abuso sexual (Kaufman et. al, 1994; Luthar, 1991; Parker, Cowen, Work, & Wyman, 1990 cit. in Spaccarelli & Kim, 1995).

Alguns autores, alertam, contudo, para o facto de, muito embora algumas vítimas sejam aparentemente resilientes, existirem processos desenvolvimentais na

adolescência e na idade adulta que podem desencadear o aparecimento tardio de sintomas (Briere, 1992).

d) O mito da existência de uma sintomatologia específica

A questão da sintomatologia específica das crianças vítimas de abuso tem também um grande impacto ao nível dos discursos sociais, pois a inexistência de sintomatologia⁹ é muitas vezes encarada como sinal da inexistência de abuso. Isto é, a sociedade considera saber qual “deve” ser a reacção a uma experiência de abuso (tal como vimos atrás que considera saber qual deve ser o “aspecto físico e caracteriológico” de uma criança vítima de abuso), criando uma série de discursos descritivos e prescritivos do que deverá ser a reacção do abuso. Como consequência, tudo o que não se encaixe nesta visão é encarado como suspeita, como acontece no caso de crianças assintomáticas, que não reúnem os critérios para que sejam consideradas socialmente credíveis.

Na verdade, quando o abuso sexual implica o uso de violência poderão existir algumas sequelas físicas visíveis, mas existem outros danos não visíveis, são psico-afectivos, que são muito mais difíceis de avaliar: a culpa, a angústia, a depressão, as dificuldades de relacionamento na idade adulta, etc. Estes efeitos psicológicos presentes na criança e a sintomatologia decorrente das dinâmicas traumáticas são múltiplos e inespecíficos, assim como condicionados por factores tais como a vulnerabilidade, a idade, a repetição dos actos abusivos, o tipo de abuso

⁹ A inexistência de sintomatologia pode ser aparente, uma vez que poderão existir consequências a longo-prazo, mas cuja avaliação exigiria estudos longitudinais, que na prática são difíceis de conduzir (Spaccarelli & Kim, 1995).

e o apoio social que a vítima recebe, que influenciam a gravidade do impacto na criança.

e) De vítima a ofensor...

Uma outra assunção que tem sido questionada é a noção de que o abuso sexual ocorre nas famílias geração após geração, e que aqueles que foram abusados irão, mais tarde, abusar os seus próprios filhos. A investigação tem mostrado que algumas crianças abusadas fisicamente crescem para serem abusadores, vitimizando as suas crianças, tal como os seus pais os vitimizaram (Goldstein, 1986 cit. in Donnelly & Oates, 2000). O conceito também tem sido aplicado ao abuso sexual. Alguns estudos (Salter, 1988) constataram que mães que pareciam permitir ou não protestavam quanto ao abuso sexual dos seus filhos pelos seus maridos tinham sido também elas abusadas sexualmente enquanto crianças, ou pelo menos observaram actividade sexual “anormal” nas suas próprias famílias.

No entanto, é difícil estabelecer uma relação directa causa-efeito entre o experienciar do abuso sexual enquanto criança e a desviância posterior, doença mental, ou tolerância ao abuso sexual dos próprios filhos. Estudos sobre delinquentes, alcoólicos, ou pessoas doentes mentais revelam que o abuso sexual pode ter tido lugar na experiência de vida de alguma destas pessoas, mas não foi experienciado pela maioria (Garbarino, 1980 cit. in Donnelly & Oates, 2000).

Assim, relativamente à hipótese geracional, parece que a maioria dos abusadores de crianças não foram abusados e, muito embora a correlação entre ser abusado em criança e mais tarde tornar-se um abusador tenha sido documentada, também existem evidências de que a maioria das crianças abusadas não crescem para se tornar abusadores (Bottoms & Goodman, 1996).

Por exemplo, Finkelhor (1994) refere que a investigação mostra frequências relativamente baixas de abuso na infância dos abusadores, e Hanson (1998) vai mais longe, dizendo que os abusadores frequentemente forjam as histórias de abuso para que a teoria do ciclo de abuso lhes seja favorável (Freund, Watson & Dickey, 1990; Hindman's, 1988 cit. in Howitt, 1995), até porque a maioria dos estudos com abusadores é feita em contexto prisional, o que cria assim, um viés metodológico (Wilson & Cox, 1983).

Por outro lado, mesmo nos casos em que parece ocorrer uma repetição da experiência abusiva, a dificuldade reside em determinar até que ponto o comportamento desviante em adulto pode ser atribuído a experiências sexuais em criança, ou pode ser explicado por outras formas de desviância e desorganização presente na família de origem ou no percurso posterior daquele que foi vitimizado. Se uma pessoa que foi física e sexualmente abusada em criança cresce e se torna desviante, qual a percentagem do problema que pode ser atribuído ao abuso sexual?

Em síntese, estes mitos estão disseminados no discurso social, na medida em que os estereótipos facilitam a nossa vida social, existindo um sentimento de ameaça quando a informação não se conforma às expectativas. A esta ameaça poderá, frequentemente, responder-se com a negação ou minimização do abuso, dificultando a recuperação das vítimas.

A questão que se coloca de seguida será a de saber até que ponto a psicologia partilha estas crenças sociais mais vastas e de que forma estas têm influenciado as construções teóricas sobre o abuso sexual.

2. Discursos e atitudes do psicólogo perante o abuso sexual de crianças e suas vítimas

2.1. As teorias actuais da vitimação infantil

Uma vez analisados os discursos sociais mais problemáticos sobre o abuso, de seguida vamos questionar os discursos científicos, nomeadamente da psicologia, e perceber de que modo estes podem afectar o apoio dado às vítimas.

Apesar de, na análise dos mitos, já termos feito referência a algumas teorias psicológicas, o que agora pretendemos é caracterizar e discutir de forma detalhada os diferentes discursos sobre o abuso sexual de crianças que a Psicologia tem construído.

2.1.1. As teorias psicodinâmicas

A formulação psicodinâmica que provocou mais impacto na compreensão do abuso foi a teoria da sedução, elaborada por Freud, a partir do seu trabalho clínico com pacientes adultos. Esta atribuía à lembrança de cenas reais de sedução entre uma criança e um adulto um papel determinante na etiologia das psiconeuroses, ou seja, das patologias nas quais os sintomas do adulto são a expressão simbólica de conflitos infantis.

As cenas de sedução são definidas como “cenas reais ou fantasmáticas onde o sujeito (geralmente uma criança) sofre passivamente por parte de outro (em geral um adulto) assédios ou manobras sexuais”(Laplanche & Pontalis, 1984, in Gabel, 1997, p.436).

Esquemáticamente, esta teoria supõe que o trauma se produz em dois períodos distintos, separados pela puberdade. O primeiro período é considerado o da sedução propriamente dita, em que ocorre o acontecimento sexual. Este é interpretado como um facto sexual do ponto de vista do adulto, mas permanece entendido a nível “pré-sexual” para a criança. Tal ocorre porque a sua sexualidade é ainda pré-genital, sendo diferenciada da sexualidade adulta, já que se apoia numa função fisiológica essencial à vida, que consiste numa satisfação auto-erótica pois não tem ainda objecto sexual, e que o seu fim é determinado pela excitação de uma zona erógena (Malpique, 1986). Não há, nesse momento, repressão no inconsciente para a criança.

O segundo período, após a puberdade, é desencadeado por um novo acontecimento, nem sempre de natureza sexual, que faz ressurgir, por associação, a lembrança da cena de sedução anterior. A lembrança provoca um fluxo de excitação e por isso é reprimida. É esse recalçamento que, para Freud, está na origem das psiconeuroses.

Contudo, em 1897, Freud abandona a teoria da sedução. Com esta teoria, um facto externo (cena de sedução) dava origem a um facto psíquico (neurose no adulto). Com a mudança da teoria, Freud diz que os sintomas neuróticos não se relacionam só com a realidade externa, mas sim com o que o sujeito faz com estes acontecimentos. Passa então a considerar que é a associação entre uma fantasia inconsciente e um acontecimento externo que produz um efeito patogénico e perturbador e que é esta associação que gera sentimentos de culpa. Estas fantasias de sedução são consideradas “fundamentais no desenvolvimento humano e constituem um património transmitido filogeneticamente”(Golse, 1998, p.196).

Esta atitude é considerada como um passo decisivo para a importância que viriam a alcançar as noções de fantasma inconsciente, de realidade psíquica e de sexualidade infantil na teoria psicanalítica. Freud escreve em *Contribution a l'histoire du mouvement psychanalytique*, em 1914: “Se é verdade que as histéricas relacionam os seus sintomas a traumas fictícios, o facto novo é que elas fantasiam tais cenas; é portanto necessário levar em consideração, ao lado da realidade prática, a realidade psíquica. Logo descobrimos que esses fantasmas inconscientes serviam para dissimular a actividade autoerótica nos primeiros anos da infância, para enfeitá-los e elevá-los a um patamar superior. Ora, por trás desses fantasmas aparecia, em toda a sua grandeza, a vida sexual da criança” (Freud, 1914, cit. in Gabel, 1997, p.438).

A teoria da sedução deu, assim, lugar à teoria do desenvolvimento da sexualidade/complexo de Édipo. Freud considerou que o Conflito Edipiano ocorre pela primeira vez na fase fálica (3-5 anos), em que a fonte de prazer passa a ser a zona genital. A criança deixa o objecto materno, passando para o objecto mãe-pai, deixando a relação dual e procurando a triangulação. O Complexo de Édipo é o ponto nodal que estrutura o grupo familiar e a toda a sociedade humana (proibição do incesto). É considerada a ocasião criadora da vida psíquica, assegurando o primado da zona genital, a superação do auto-erotismo primitivo e a orientação em direcção a objectos exteriores (Gabel, 1997). Até esta fase, Freud considera que a criança considera o incesto como algo permitido, mas a partir desta fase, com a resolução do Complexo de Édipo, a criança vai ter de abandonar a fantasia incestuosa e da resolução deste conflito emerge o superego, com a interiorização das normas, dos valores, e da moral.

Freud concebe, assim, a criança como um ser “às voltas” com as suas pulsões, um verdadeiro “perverso polimorfo” (Freud, 1924, p.111) que se irá estruturar e unificar progressivamente por meio da neurose infantil (ibidem). Faz surgir uma visão da infância que se situa entre a visão clássica do pequeno demónio a domesticar e a visão angélica, romântica e rousseauniana de infância (Gabel, 1997).

Toda a teoria freudiana se liga à noção de “a posteriori”, isto é, à noção de uma retomada fantasmática secundária dos eventos passados. Pouco importa se um evento traumático é real ou fictício, o que importa é o impacto e a ressonância imaginárias que esse evento irá adquirir posteriormente.

Para além de Freud, os autores psicanalíticos em geral não abordam o abuso sexual de crianças explicitamente, mas referem-se à sexualidade infantil e a algumas práticas que consideram fazer parte do desenvolvimento da criança. Spitz (1949 cit. in Malpique, 1986) põe a hipótese de que nos primeiros 18 meses de vida, o jogo genital (mais tarde substituído pela masturbação) seja um indicador válido de que as relações de objecto se estão a processar de modo adequado. Também Kris (1951 cit. in Malpique, 1986), refere que, na idade dos 3-4 anos, as fantasias masturbatórias da criança seriam sustentadas pelo desejo de ser tocada e manipulada pela mãe, fazendo-a regressar à passividade (cit. in Malpique, 1986). Por outro lado, Melanie Klein (1932 cit. in ibidem) salienta os “impulsos sádicos das fantasias masturbatórias, que inicialmente seriam dirigidos à figura compósita dos pais na sua relação íntima”(p.30). Melanie Klein admite ainda um complexo de Édipo muito precoce, com a organização de um Superego ameaçador, que cedo reprime e faz despertar a culpabilidade face a tais pulsões sádicas dirigidas a pessoas amadas como são os pais.

No entanto, para estes autores, o mais grave do conflito Edipiano é quando os próprios pais se deixam envolver nele e, satisfazendo através da criança uma problemática sua não ultrapassada, erotizam demasiado a relação com esta e, portanto fixam o complexo de Édipo, ou levam a criança a regressões face às angústias (culpabilidade, medo de castração) não superadas no Édipo. Este complexo pode ser superado por mecanismos psicológicos estruturantes se os pais souberem estar como adultos amadurecidos na situação (Malpique, 1986).

Apesar destas precauções e preocupações quanto à erotização da relação com a criança e de ser dito que cabe aos pais gerir tal dimensão, parece-nos ser claro que a assimilação (simplista) das formulações psicanalíticas pelo senso comum conduziu a diversos riscos. Assim, parece-nos ser de salientar que o facto de a psicanálise dar um papel de destaque aos desejos sexuais precoces, bem como o facto de postular a existência de fantasias incestuosas da criança, alimenta potencialmente o discurso de que são as crianças que seduzem o abusador, ou então que os relatos de abuso são fruto da fantasia ou de mentiras. Como afirma Mélanie Klein (1967, cit. in Malpique, 1986, p.30), nesta óptica as “crianças (...) criam lendas, para não se confrontarem com as tendências agressivas em relação ao casal parental, dentro de uma concepção sadomasoquista da sexualidade”. A difusão desta leitura no tecido social poderá ter contribuído para o descrédito da criança por parte dos adultos, que, como vimos, ainda consideram muitas vezes os seus relatos como fantasias.

A teoria do complexo de Édipo poderá, assim, contribuir para o não aprofundamento da origem exterior do trauma, com o perigo de, perante relatos de abuso ou indicadores que apontam nesse sentido, se recorrer a explicações que

evocam a predisposição e a constituição, esquecendo ou minimizando a possibilidade de ter efectivamente ocorrido um facto exterior traumogénico.

Contudo, vale a pena referir que nem todos os autores e contributos da psicanálise incorrem nos problemas acima apontados e que há obras que claramente separam a fantasia infantil edipiana do facto de esta legitimar ou justificar as condutas abusivas do adulto. Assim, apesar de a noção de sedução infantil poder legitimar o discurso dos agressores de que as crianças é que “os provocam”, Ferenczi (1933, cit. in Gabel, 1992), por exemplo, nega claramente esta justificação. Segundo este, “as seduções incestuosas produzem-se habitualmente desta maneira: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasmas lúdicos, como o de desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. Esse jogo pode ganhar um contorno erótico, mas não obstante, permanece sempre ao nível da ternura. O mesmo não acontece com os adultos que têm predisposições psicopatológicas. Confundem a brincadeira da criança com os desejos de uma pessoa sexualmente madura e deixam-se envolver em actos sexuais sem pensar nas consequências” (1933, cit. in Gabel, 1992, p.130).

Desta forma é claramente separada a dimensão da fantasia, que se considera normativa e desenvolvimentalmente adequada, da sua concretização, que possui características traumáticas para a criança. Ao mesmo tempo, salienta-se que facilmente esta fantasia poderá contribuir para a culpabilidade infantil, culpabilidade essa que o ofensor pode reforçar através das suas verbalizações ou condutas. Assim, “a riqueza da vida fantasmática da criança e a importância da sua realidade psíquica leva-nos a afirmar que a criança facilmente encontrará razões para se sentir culpada e o adulto não terá nenhuma dificuldade em reactivar a culpa da criança” (ibidem, p.130). Summit (1983 cit. in Gabel, 1992), por exemplo,

compara este processo ao mecanismo de identificação ao agressor. Este mecanismo é descrito da seguinte forma: “por identificação, por introjecção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico. Mas a mudança significativa, provocada no espírito da criança pela identificação ansiosa com o parceiro adulto, é a introjecção do sentimento de culpa do adulto: o jogo até então anódino aparece agora como um acto que merece punição.” (p.50)

Nestas formulações vemos claramente reconhecida a realidade do abuso e a impossibilidade da sua justificação através do mito da sedução infantil. Por outro lado, parece-nos inegável que alguns conceitos da psicanálise, eventualmente muitas vezes mal compreendidos e distorcidos, têm contribuído para alimentar dúvidas quanto à credibilidade dos relatos infantis, para a desculpabilização dos ofensores e para a minimização da real prevalência das ocorrências de abuso.

Por outro lado, a teoria psicanalítica não foca só as fantasias incestuosas, a sedução infantil, mas também a psicopatologia do agressor, atribuindo as situações reais de abusos identificados à presença desta condição (Gabel, 1992).

Contudo, ao considerar o adulto agressor como tendo uma psicopatologia, corre-se o risco de contribuir para a negação da ocorrência de abuso quando o agressor não se enquadra neste perfil, bem como para minimizar a sua prevalência. É ainda de referir que uma explicação focada em factores exclusivamente individuais, tais como a psicopatologia, nega o papel da dimensão social e cultural na explicação do fenómeno, desprezando importantes contribuições, por exemplo das correntes feministas, para a clarificação das dinâmicas abusivas e da sua relação com as questões do poder e do género (Wolfe & Birt, 1997; Freer, 1999 cit. in Machado & Gonçalves, 2002).

2.1.2. As teorias cognitivo-comportamentais

Quando analisamos a questão do abuso sexual de crianças e a forma como as teorias cognitivo-comportamentais concebem a vitimação sexual infantil, temos que abordar inevitavelmente a questão do trauma psíquico, a partir do qual estas teorias desenvolvem os seus modelos e técnicas de intervenção. Segundo Eth e Pynoos (1985 in Schaefer, 1995) o trauma psíquico resulta da exposição de um indivíduo a um evento avassalador, ficando este temporariamente impotente e incapaz de utilizar estratégias de *coping* e de defesa. Quando os eventos são percebidos pelas pessoas como incontrolláveis e/ou imprevisíveis, estes podem constituir uma fonte de trauma psíquico (ibidem).

As teorias cognitivo-comportamentais centram-se no trauma decorrente da experiência de abuso e baseiam-se em dois pressupostos básicos: a) as experiências abusivas têm efeitos psicossociais negativos específicos, e b) a eficácia do tratamento é aumentada quando os resultados relacionados com o abuso são explicitamente relacionados com a experiência de abuso durante o processo terapêutico.

Existem vários argumentos teóricos e empíricos que apoiam esta abordagem. A primeira é de que a experiência abusiva causa *per se* problemas emocionais e comportamentais. Embora seja claro que as crianças são diferentemente afectadas e que nenhum sintoma ou síndrome específico ocorre na maioria das crianças abusadas, quase todos os estudos referem que estas crianças, enquanto grupo, exibem uma maior prevalência, de pelo menos alguns problemas, tais como do comportamento sexual, do que outras amostras clínicas e não-clínicas (Friedrich, 1993 cit. in Wolfe, McMahon & Peters, 1997).

A Desordem de Stress Pós-Traumático (PTSD), um diagnóstico que requer a presença de um stressor específico que produza os sintomas é, nomeadamente, encontrado numa substancial proporção de crianças vítimas de abuso sexual (Mc Leer, Deblinger, Henry, & Orvaschel, 1992 in Wolfe, McMahon & Peters, 1997). Segundo alguns autores, estas diferenças emergem mesmo quando os níveis de disfunção familiar estão controlados (Hotte & Rafman, 1992, in Wolfe, McMahon & Peters, 1997).

Um segundo argumento em favor desta noção de “trauma” é o de que as atribuições feitas ao evento e as respostas de adaptação podem levar a consequências mais sérias e negativas a longo prazo. Janoff-Bulman (1989 in Wolfe, McMahon & Peters, 1997) avança com uma teoria do trauma, considerando que eventos significantes e perturbadores que ameaçam a integridade corporal têm o potencial de alterar assunções básicas acerca do *self*, dos outros, e do mundo. A adaptação psicológica a esquemas cognitivos negativos para a segurança, confiança, poder, estima e intimidade, que são adquiridos como resultado de experiências traumáticas, pode levar a desordens psiquiátricas e interferir com o funcionamento normal (McCann, Sakheim & Abrahamson, 1988 in ibidem). Deste modo, os efeitos *stressores* do abuso sexual e os eventos relacionados com o abuso são mediados pela formação de avaliações cognitivas negativas e pela utilização de estratégias problemáticas de adaptação que são as causas imediatas de um aumento da sintomatologia (Spaccareli, 1994).

Outros autores (Mannarino, Cohen, & Berman cit. in Hollin & Howells, 1994) referem que as atribuições relacionadas com o abuso tendem a predizer a sintomatologia psicológica (na diferença percebida face aos pares, na confiança interpessoal, e nas atribuições pessoais para eventos negativos). As atribuições

podem resultar de aspectos do próprio evento ou podem estar relacionadas com o significado que lhe é atribuído. Por exemplo, certas atribuições podem resultar de esforços para explicar o porquê da ocorrência do abuso.

Para além dos mecanismos de adaptação cognitiva, outras formas de adaptação, tal como o evitamento, têm também impacto negativo a longo prazo, embora possam ser inicialmente adaptativas. Briere (1992, cit. in Hollin & Howells, 1994) refere que as estratégias de evitamento são comumente utilizadas para reduzir o efeito negativo associado à recordação do evento ou ao processamento do seu significado. O evitamento comportamental e cognitivo, ambos incluídos no critério de diagnóstico de PTSD, podem estar presentes. A dissociação, geralmente considerada como um processo de evitamento menos consciente, também está presente em grande escala nas crianças vítimas de abuso sexual (Hollin & Howells, 1994).

Quanto ao tratamento, há a ressaltar como características gerais destas abordagens, o modelo educativo e de exposição gradual (Deblinger & Heflin, 1996), em que a exposição específica e as intervenções orientadas para uma adaptação activa são utilizadas para combater a ansiedade relacionada com o abuso e as distorções cognitivas. Usualmente, os pais também recebem informação e apoio e são-lhes ensinadas estratégias de controlo do comportamento para lidarem com as consequências comportamentais típicas do abuso, como por exemplo, problemas no comportamento sexual, dificuldades no sono, etc.

O processamento do trauma é o enfoque central do tratamento e consiste essencialmente na expressão e processamento dos sentimentos associados à experiência abusiva, bem como na disputa de cognições desadaptativas com vista a

promover com sucesso um processamento emocional e cognitivo dos eventos considerados traumáticos (Machado & Gonçalves, 1999).

É ainda fornecida educação acerca da natureza do abuso sexual e das consequências esperadas e as crianças são acompanhadas e apoiadas na expressão apropriada de emoções e respostas comportamentais (Machado & Gonçalves, 1999).

As intervenções estão, assim, directamente relacionadas com a mudança dos pensamentos, sentimentos e comportamentos desadaptativos associados ao evento traumático. O objectivo é reduzir o impacto relacionado com o abuso, restaurar e manter a progressão do desenvolvimento normal e reduzir o risco de um “deficitário” ajustamento subsequente.

As críticas a esta abordagem consistem, em primeiro lugar, no ênfase dado à natureza inevitavelmente traumática do abuso sexual e na concepção da criança como um “bem estragado” (Porter, Blick & Sgroi, 1982 cit. in Machado & Gonçalves, 1999). Alguns autores referem que o simples facto de se reforçar a natureza abusiva do abuso sexual é ele próprio uma fonte de impacto traumático e sugerem que o rotular esta experiência de “abusiva” está associado ao aumento de sofrimento, por considerar a criança abusada como inevitavelmente “traumatizada” e, portanto, de certa forma, “danificada”, reforçando os seus sentimentos de dano e de estigmatização (ibidem). Este modelo do défice, em que a criança é concebida como estando “danificada”, patologiza a criança, assumindo que as vítimas de abuso possuem défices internos (Gergen, 1991b cit. in Machado & Gonçalves, 1999).

Em segundo lugar, a noção de que a criança não tem competências e precisa de ser “ensinada” e “treinada” a expressar os seus sentimentos ou a modificar as suas cognições, reforça a ideia de que a criança não possui controlo sobre a sua vida e desta forma reforça a diferença de poder entre si e os adultos (Adams- Westcott & Dobbins, 1997 cit. in Machado & Gonçalves, 1999).

Em terceiro lugar, a ênfase dada à exposição pode constituir uma re-vitimação da criança, considerando alguns autores que o facto de se submeter as crianças ao processo de recordar e contar de forma prolongada os pormenores da sua experiência abusiva, pode conduzir ao re-experienciar dos sentimentos de impotência e de falta de poder, característicos daquela (e.g. Adams- Westcott & Dobbins, 1997; O’Hanlon, 1992; Combs & Freedman, 1994; Adams-Westcott, Dafforn & Sterne, 1993 cit. in Machado & Gonçalves, 1999).

Em quarto lugar, a inflexibilidade do modelo cognitivo comportamental, com um processo terapêutico que é, em muitas propostas (Deblinger & Heflin, 1996), previamente estruturado e inegociável, tem efeitos importantes quanto à desigualdade das relações de poder entre terapeuta e a criança. Esta desigualdade de poder é de alguma forma semelhante à que ocorre na relação de abuso, em que a “voz” da criança, é mais uma vez silenciada e em que os seus desejos - por exemplo, de não contar os detalhes da experiência - não são respeitados (Machado & Gonçalves, 1999).

Finalmente, o modelo aborda o abuso como uma experiência meramente individual, descontextualizando-a e des-politizando-a, no que diz respeito às condições sociais que permitiram a sua ocorrência. Desta forma, ignoram-se, quer as políticas, quer os discursos sociais, que reforçam os problemas das vítimas, nomeadamente a sua culpabilização (Machado & Gonçalves, 1999).

2.1.3. Teorias sistêmicas

Nas abordagens sistêmicas o foco é menos centrado no funcionamento psicológico dos indivíduos do que nos papéis e dinâmicas existentes entre membros de um grupo, particularmente dos grupos familiares (Bott 1990; Hoffman, 1981 in Furniss, 1993). No campo do abuso sexual de crianças, as influências sistêmicas reflectiram de uma forma muito proeminente acerca dos modelos familiares disfuncionais que consideraram estar presentes nos casos de abuso (Bentovim, 1988; Dale & Davies, 1985; Gelinas, 1983; Giarreto, 1982; Sgroi, 1982 in Gabel, 1997). Existiu um interesse nos efeitos combinados das motivações individuais e dos processos relacionais nas famílias que contribuíam para a ocorrência e manutenção do abuso sexual de crianças. Analisou-se, nomeadamente, o envolvimento mútuo, a interacção e os diversos papéis de ambos os pais na génese, manutenção e repetição das relações familiares em que o abuso ocorre.

Deste modo, considera-se que nas famílias em que ocorre abuso sexual de crianças, as fronteiras intergeracionais foram rompidas em certas áreas do funcionamento familiar. Muitas vezes, a inversão na hierarquia familiar entre pais e filhos em algumas áreas conduz a incongruências entre os diferentes níveis de funcionamento familiar, o que se torna desorientador e perturbador para a criança.

Segundo este modelo, as diferenças nos padrões de funcionamento das famílias com abuso sexual no seu seio residem, não ao nível dos cuidados prestados à criança a um nível prático, mas sim ao nível sexual, o que pode dificultar a visibilidade do fenómeno. Neste nível sexual, a dependência do filho ou filha, enquanto criança, opõe-se ao seu papel de parceiro desempenhado no relacionamento sexual intergeracional com a pessoa que a abusa. Consideram ainda

que, em termos de dependência emocional, o progenitor abusivo (geralmente referido como sendo o pai) está num nível de imaturidade semelhante ao da criança (Furniss, 1993).

Os sistémicos consideram ainda que o processo subjacente central ao relacionamento (que cria um padrão familiar capaz de manter o abuso sexual da criança durante um longo período de tempo) reside nos conflitos emocionais e sexuais entre os pais, que se encontram “presos” numa parceria desigual, em que existe uma confusão entre os níveis emocionais e sexuais (Glaser, Furniss & Bingley, 1984 in Furniss, 1993). Ou seja, quando uma criança procura o cuidado emocional, ela recebe uma resposta sexual. Assim, devido a esta confusão entre cuidado emocional e experiência sexual, mais tarde as crianças vítimas de abuso sexual podem apresentar um comportamento sexualizado, quando na realidade pretendem cuidado emocional¹⁰.

A incapacidade da família em lidar com a confusão entre os seus problemas sexuais e emocionais e a introdução de um tabu contra o reconhecimento dessas tensões e conflitos na família estabelece o cenário que pode manter o abuso sexual durante muito tempo. Num processo de manutenção do abuso, a criança fica aprisionada numa situação incestuosa através das ameaças paternas, que recorrem à culpa e/ou ao medo da punição, de forma a impedir a revelação.

¹⁰ A literatura adverte que, mesmo com os terapeutas, esta confusão pode acontecer. Ou seja, um terapeuta, enquanto ouve uma descrição de abuso, pode sentir-se sexualmente excitado, sendo essa por vezes a resposta a um apelo de carinho do paciente, confuso na sua distinção. É então preciso que, o terapeuta, sempre que seja accionada a mensagem “sexo”, procure deixar sair a mensagem “carinho”. Este carinho, no abuso sexual de crianças, significa carinho manifesto com palavras e comportamento e não carinho físico, que pode ser experienciado pela criança como um renovado abuso sexual (Furniss, 1993).

Por outro lado, o desenvolvimento da confiança e proximidade emocional entre mãe e filha fica bloqueado por sentimentos de rejeição e/ou culpa, apesar de existir uma pseudo-proximidade entre ambas. Isso impede o reconhecimento do abuso e faz com que a criança não receba ajuda da mãe enquanto progenitor não abusador. Alguns autores (Meiselman, 1978) dão ainda uma ênfase particular, nas situações de abuso sexual, à rivalidade entre mães e filhas, que pode tornar-se numa dinâmica significativa que interfere em todo o sistema familiar.

O segredo une-se então a toda a confusão já descrita de hierarquias nos diferentes níveis de cuidado prático, cuidado emocional e parceria sexual entre os pais, bem como entre cada progenitor e a criança. Esta confusão de hierarquias nos diferentes níveis funcionais de um sistema caracterizado pelo segredo une os membros da família numa relação conivente, em que o abuso pode ser mantido durante muitos anos.

Para além desta caracterização geral, as teorias sistémicas consideram que existem diferentes padrões de relacionamento nas famílias com abuso, que originam diferentes respostas à revelação e subsequentemente tratamento. Assim, o abuso sexual da criança poderá funcionar quer como mecanismo evitador, quer como dispositivo regulador dessas famílias (Furniss, 1993). Ou seja, nas famílias em que o abuso sexual serve para regular o conflito conjugal, a culpa é depositada na criança, pois isso evita ao casal ter de lidar activamente com conflitos conjugais insuportáveis e ameaçadores, bloqueando a mudança nos relacionamentos. Por outro lado, quando o abuso tem uma função de evitamento, isto serve como forma de negar qualquer tensão e desequilíbrio emocional e sexual entre os parceiros conjugais. O evitamento do problema, delegando o relacionamento sexual à criança, coloca-a num papel secreto de pseudo-parceira, ao mesmo tempo que lhe dá uma

posição central na família, sobre a qual esta, com a sua imensa e rígida moralidade, jamais comunica (Furniss, 1993).

No entanto, e como referido anteriormente, os autores sistémicos também consideram que existem muitas vezes factores de personalidade e diferentes experiências de vida dos pais, bem como uma grande variedade de circunstâncias em que as unidades familiares se estabelecem, que agem como factores etiológicos e precipitantes na formação do padrão de relacionamento abusivo na família. Deste modo, as razões individuais para os pais se tornarem abusadores, ou para as mães serem incapazes de protecção, podem ser muito variadas. Deste modo, a experiência individual da vida de cada um dos pais faz com que muitas vezes seja compreensível a forma como eles reagem, o modo como fazem e por que se escolheram como parceiros, frequentemente recriando o padrão familiar das suas próprias famílias de origem (Lustig, Dresser, Spellman & Murray, 1966 cit. in Furniss, 1993). Para estes autores, contudo, a pergunta não é porquê e devido a que razão individual surgiu o presente padrão de relacionamento, mas sim, como ele funciona. Consequentemente não é tanto o padrão etiológico que os preocupa, mas antes o padrão de manutenção do abuso sexual na família.

A intervenção terapêutica neste modelo é baseada na avaliação cuidada da dinâmica familiar com o objectivo de reestruturar o sistema (estreitando a relação conjugal e determinando fronteiras apropriadas entre os pais e a criança), de forma a evitar que as necessidades individuais dos adultos se traduzam directa ou indirectamente no abuso e exploração das crianças. O trabalho com os pais concentra-se nas fronteiras intergeracionais e nas funções paternas e não no relacionamento conjugal. Neste sentido, é necessário que as mães aprendam a

identificar e avaliar as necessidades emocionais e de protecção da criança, em geral e em relação ao abuso.

Um dos outros pressupostos básicos desta intervenção é o de que a criança necessita de cuidadores eficazes, considerando-se que a rede social mais vasta, nos momentos de crise, pode oferecer uma parte importante da protecção contra o dano psicológico secundário, incluindo nesta rede os colegas e os professores da criança (Furniss, 1993).

Que dúvidas ou objecções têm vindo a ser levantadas a esta proposta teórica? Uma das críticas ao modelo sistémico é o potencial perigo de subestimar a significância dos factores intrapsíquicos/psicológicos na predisposição individual para o abuso, resultando numa minimização do papel e da auto-determinação do abusador (Furniss, 1993).

Por outro lado, a teoria sistémica tem vindo a ser acusada de produzir uma responsabilização desproporcional de outros membros da família (especialmente crianças e mães), cuja alteração de comportamento é vista como passível de evitar que o abusador abuse novamente; um efeito que foi caracterizado pelas feministas como a culpabilização da vítima e culpabilização da mãe (Hooper, 1992; MacLeod & Saraga, 1988 cit. in Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L., & Cohen, J., 2000). Ou seja, em muitos dos seus autores (Machotka, Pittiman & Flomenhaft, 1987), procura-se compreender o abuso (quer físico quer sexual) pressupondo que este ocorre durante um longo período de tempo com o conhecimento de um progenitor “não abusador”, que não obstante não tomou qualquer acção efectiva no sentido de proteger a criança. Contudo, alguns autores (Furniss, 1993) desmentem esta noção, afirmando que, na generalidade das situações abusivas incestuosas as mães

efectivamente desconhecem o abuso das suas crianças e quando tomam conhecimento deste tendem usualmente a ser protectoras dos seus filhos.

Um outro aspecto que tem sido criticado nesta teoria é o facto de na maioria destas abordagens, não se valorizar a protecção directa da criança. Ou seja, intervenções terapeuticas familiares que não procurem simultaneamente agir na dimensão legal correm o risco de se unir ao sistema familiar de segredo, tratando apenas dos elementos interacionais da disfunção familiar no abuso sexual de crianças (Furniss, 1993).

De facto, esta abordagem é particularmente útil quando os membros da família tomam conhecimento e reconhecem que eventos inapropriados ocorrem e quando desejam permanecer unidos enquanto família (Furniss, 1993). Caso contrário, a intervenção será arriscada, já que não é possível assegurar a protecção da criança no seio da sua família.

2.1.4. *As teorias humanistas*

Um princípio partilhado pelas várias escolas da terapia humanista é a visão optimista acerca do potencial de crescimento e de auto-cura do organismo humano. Há uma explícita rejeição dos modelos médicos de “doença-cura” e, em vez disso, existe uma filosofia do desenvolvimento e mudança humanos, que considera que a terapia cria condições para facilitar o crescimento do cliente no sentido da auto-realização.

A terapia centrada no cliente (mais recentemente conhecida como centrada na pessoa) foi desenvolvida por Carl Rogers nos anos 50 e tem sido uma influência central no desenvolvimento da tradição humanista. Uma atmosfera envolvendo a empatia, a autenticidade, a aceitação incondicional positiva e a congruência

constituem as condições centrais para a relação terapêutica e para o desenvolvimento do auto-conceito positivo (Rogers, 1957 cit. in Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000).

O foco e o decurso da terapia nesta abordagem tende a ser não estandardizado, com o real envolvimento do terapeuta enquanto pessoa, possuindo poucas expectativas teóricas ou objectivos pré-concebidos, sendo adaptável, criativo e, de alguma forma, imprevisível.

Não existe, contudo, uma grande contribuição da literatura humanista no que diz respeito ao abuso sexual de crianças. Isto poderá ser compreensível visto toda a sua estrutura se apoiar no facto de considerar cada indivíduo um ser único e de possuir um tradicional desinteresse pelos sistemas de diagnóstico e de classificação. Alguns autores acreditam, contudo, que as abordagens humanistas poderão, de alguma forma, desorientar crianças privadas emocionalmente (ibidem). Tal dever-se-ia ao facto de os princípios da aceitação incondicional e da escuta sem juízos de valor (no contexto de desprezo pela avaliação psicológica) poderem resultar em fracassos quando se tenta ajudar clientes a aprender a testar a realidade de algumas das suas crenças. Isto pode ser desvantajoso e potencialmente perigoso para aqueles que têm uma tendência para percepcionar o seu ambiente com alguns viés, como tende a ocorrer nas crianças sujeitas a experiências traumáticas (Machado & Gonçalves, 2002).

Da mesma forma, a sobreaceitação do princípio da auto-determinação do cliente pode ter consequências negativas, quer pessoais, quer familiares e sociais (Dale, 1999), pois os autores humanistas podem não ter em conta todo o enquadramento social e familiar onde a criança se insere, enquadramento este que

pode constituir um factor protector da criança, bem como, noutras circunstâncias, um grave factor de risco.

2.1.5. As teorias feministas

Como referido no capítulo 1a, estes modelos tornaram-se muito proeminentes nos anos 80 e 90, a partir da constatação de altas taxas de abuso sexual de crianças do sexo feminino por adultos do sexo masculino. Esta constatação reforçou a teoria feminista de que a primeira causa do abuso sexual é o poder diferencial entre adultos e crianças e entre homens e mulheres. Este poder diferencial é visto como decorrendo dos interesses da família e do sistema social patriarcais, que fornecem aos homens (tidos como potenciais abusadores) a oportunidade de uma dominância social institucionalizada e da exploração das mulheres e crianças (Herman, 1981).

Esta visão da etiologia do abuso sexual de crianças tem sustentado as abordagens de tratamento baseadas em princípios de auto-ajuda, inspiradas parcialmente nos programas de recuperação como o dos “12 passos”, dos Alcoólicos Anónimos. Os clientes são vistos como “vítimas”, cujo caminho para a recuperação envolve a transformação em *sobreviventes*. Os princípios terapêuticos e a prática derivadas desta perspectiva conceptualizam o processo de recuperação como seguindo um caminho pré-determinado. Os estádios e acções específicas, que foram retirados de proeminentes publicações de *sobreviventes* (Bass & Davis, 1988; Dinsmore, 1991; Forward, 1990; Frederickson, 1992; Parkes, 1990 cit. in Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000), incluem:

- Acreditar e aceitar que se foi vítima de abuso;
- Adoptar uma nova identidade enquanto *sobrevivente*;

- Associar-se a um grupo de sobreviventes (como uma família substituta);
- “Reclamar” ou “recuperar” memórias reprimidas do abuso;
- Receber “validação”, da parte do terapeuta, da autenticidade dessas memórias;
- Ventilação da raiva catártica em terapia;
- Confronto com o abusador;
- Contacto com a família de origem;
- “Reparentalização” da “criança dentro do sobrevivente”.¹¹

Um dos pontos fortes destes modelos é a solidariedade e apoio gerado pelos grupos de pares associados de *sobreviventes*. Isto é ilustrado pelos testemunhos de pessoas em publicações de *sobreviventes* que referem que estas parcerias tiveram um profundo impacto nas suas vidas (Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000).

Contudo, a teoria e a prática de certos aspectos desta abordagem estiveram sujeitas a um escrutínio e crítica proveniente de várias direcções. A teoria feminista, que foi determinante no combate à negação social do abuso sexual de crianças nos anos 70 e 80 e na criação de serviços de tratamento não-sexistas para mulheres, foi ela própria, nos anos mais recentes, apontada como estando necessitada de rever algumas assunções básicas. Em particular, ela encara um desafio conceptual no que diz respeito ao abuso sexual perpetrado por mulheres, cujas denúncias têm vindo a aumentar significativamente.

¹¹ No original, “reparenting of the inner child” (Dale, 1999, p.18)

Assim, terá de alguma forma, que rever a crença de que virtualmente todo o abuso sexual de crianças é perpetrado por homens (Elliot, 1993; Mendel, 1995 cit. in Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000) e que reconsiderar a crença de que todo o abuso é explicável pela desigualdade de poder de tipo patriarcal.

Por outro lado, alguns autores (Davies & Frawley, 1994; Haaken & Schlaps, 1991 cit. in Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000) criticam a tendência do movimento feminista para subestimar outros eventos não directamente relacionados com o abuso, e por possuir uma visão simplista das complexidades terapêuticas.

Outros autores (Fergusson & Mullen, 1999) salientam ainda outras limitações da teoria feminista: os modelos dos *sobreviventes* são pouco congruentes para pessoas abusadas em criança no contexto de relações afectuosas; para aqueles que experienciaram algum grau de resposta sexual de prazer; ou para aqueles que sentem perda em relação ao abusador. Estes clientes podem sentir-se “desviantes” ou inadequados em resposta às expectativas explícitas nestes modelos sobre a forma como as “vítimas” estereotipadas deverão pensar, sentir e comportar-se (ibidem).

Finalmente, do ponto de vista do seu impacto social e científico, a proeminência dos modelos de *sobreviventes* nos anos 80 e inícios dos anos 90 levou mais recentemente a uma contra-reacção crítica. Esta reacção foi conduzida por pais que se consideravam falsamente acusados de abuso (quer pelos seus filhos adultos, quer por assistentes sociais) e por académicos preocupados, que sentiram que se começou a fazer uma “caça às bruxas” no que diz respeito ao abuso sexual de crianças (Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000).

2.1.6. *As teorias construtivistas/narrativas*

A abordagem construtivista enfatiza que a experiência não existe sem ser mediada pelas perspectivas e crenças do indivíduo (Mendel, 1995 cit. in Crossley, 2000). A realidade é, desta forma, um processo subjectivo, experienciado de uma forma única e individual e construído por cada indivíduo. O construtivismo social sugere que a fonte das nossas crenças são construções sociais cujos significados são criados e estabelecidos através das estruturas linguísticas e do discurso dominante (Berger & Luckman, 1966 cit. in White & Epston, 1990 cit. in Machado & Gonçalves, 1999).

Os modelos construtivistas acerca do impacto do trauma consideram, pois, que as significações pessoais atribuídas a, ou derivadas de, circunstâncias traumáticas, são cruciais como variáveis intervenientes no que diz respeito ao impacto do trauma (Janoff-Bullman, 1985, 1989; McCann & Pearlman, 1990; Silver et al., 1983 in Dale, 1999). Pessoas diferentes experienciam e interpretam os mesmos eventos de uma forma diferenciada.

O modelo narrativo de intervenção no abuso parte do pressuposto de que as experiências adquirem significado quando são enquadradas em narrativas (e.g. Epston, White & Murray, 1992; White, 1993 in Machado, & Gonçalves, 1999), mas que estas narrativas são muitas vezes constrangidas pelos discursos e práticas sociais. Tal acontece mais ainda quando a experiência é a de abuso, já que nesta o único referencial interpretativo que a criança possui é o dos adultos que a rodeiam. No entanto, devido ao secretismo que envolve o abuso sexual de crianças, e de que já anteriormente falámos, o único discurso ouvido pela criança nestes casos é, na maioria das vezes, apenas o discurso do abusador. Este silêncio a que a criança é votada, pela violência física e/ou psicológica, favorece a construção de “narrativas

auto-depreciativas, em que o seu sofrimento é ignorado, minimizado ou desprezado” (Machado & Gonçalves, 1999, p.352)

Para os modelos construtivistas/narrativos, o abuso sexual de crianças possui uma dupla e implícita mensagem, alimentada pelos discursos sociais: de que o “objecto” do abuso é mau e de que falar acerca do abuso é proibido e que tornará a vida ainda pior para a criança. Desta forma, as histórias de abuso estão cheias de vergonha e culpa, tais como “Porque é que eu não fui capaz de parar ou evitar o abuso? Porque é que ele/ela me escolheu? Eu devo ser suja/o.”

A prescrição do silêncio e a rotulagem sociais tornam o falar sobre o abuso numa tarefa muito difícil. Contudo, a criança e o terapeuta construtivista/narrativo procuram encontrar novas palavras e uma nova linguagem para articular aquela experiência e o seu impacto na vida da criança. O abuso sexual de crianças ocorre numa altura em a percepção da criança acerca dos eventos é por vezes ainda concreta e mágica e em que a “voz” necessária para expressar emoções complexas geradas pelo abuso parece estar ausente (Penn, 1999 cit. in Crossley, 2000).

Sendo assim, o papel do terapeuta é o de escutar a voz de uma criança e de uma história que nunca foi contada. Desta forma, alguns autores (Herman, 1992; Pennebaker, 1993; Meichenbaum, 1994 cit. in Crossley, 2000) têm enfatizado a importância da verbalização sobre o trauma no trabalho terapêutico, ainda que esta não passe pela narrativa exaustiva das experiências abusivas, à semelhança do que é exigido pelos modelos cognitivo-comportamentais. Mais do que rever os detalhes destas experiências, pretende-se que elas sejam globalmente re-significadas, isto é, enquadradas numa história que não acarrete sentimentos de vergonha ou culpa para a vítima.

As abordagens narrativas, nomeadamente a terapia da re-autoria, desenvolvida por White e Epston (1990 cit. in Machado & Gonçalves, 2002), vêm também propor um enquadramento da experiência de abuso num contexto social mais abrangente, desconstruindo “os discursos sociais que favorecem narrativas culpabilizadoras e auto-depreciativas das vítimas” (ibidem, p.80). Estas narrativas são, ao longo do processo terapêutico, progressivamente externalizadas e situadas na sua real origem: no discurso imposto pelo abusador à criança e nas crenças e mitos sociais que muitas vezes a criança vai encontrar, por exemplo, na altura da revelação, por parte do meio social.

Um outro aspecto muito importante referido pelas terapia narrativas é a noção de que os clientes possuem uma diversidade de potencialidades que a história problemática não abarca. Assim, o ponto de partida da terapia é o descobrir de exceções à colonização produzida pelo abuso, ou seja, “resultados únicos” (White & Epston, 1990 cit. in Machado & Gonçalves, 2002, p.355) para que a criança reconstrua uma nova versão de si e do mundo, percebendo o abuso como um evento na sua vida, mas não como aquilo que ela “é”.

Neste processo, a responsabilidade pelo abuso tem de ser vivamente externalizada pela criança, ao mesmo tempo que se trabalha com os progenitores (não-abusadores) nesse sentido. A preocupação parental deverá também ser externalizada para que eles se possam libertar da visão da criança “danificada” e possam compreender as evoluções terapêuticas (ibidem).

As abordagens narrativas são, no nosso entender, as únicas que, explicitamente, percebem os sintomas como algo que emerge como fruto também dos discursos sociais e não como algo individualizado e internalizado. Contudo, é de salientar que as intervenções narrativas podem ser dificultadas se:

a) O terapeuta se deixar colonizar pelo discurso da impotência e do desânimo, alimentado pela inoperância do sistema de apoio às vítimas. Ou seja, poderão existir constrangimentos reais, externos, que alimentam o sentimento de impotência, de impossibilidade, como sejam as limitações existentes quer na protecção da criança quer no sistema de justiça, que podem levar o próprio terapeuta a reproduzir o discurso da vitimação e do desânimo (Machado & Gonçalves, 1999). Esta atitude do terapeuta terá, contudo, óbvias consequências negativas na vítima, alimentando os discursos que se encontram na génese dos problemas;

b) Se na rede de suporte não há fontes de discursos positivos, ou se a rede de suporte apenas veicula o tipo de mensagens e mitos que anteriormente analisamos. Esta falta de uma rede de suporte interpessoal que valide as aquisições da criança e que a ajude a perceber as suas competências dificulta muito as intervenções narrativas, na medida em que o terapeuta se pode encontrar sozinho na tentativa de construir uma versão da realidade alternativa à veiculada pelo abusador e reforçada pelos mitos sociais.

Revistas as concepções teóricas sobre o abuso e a forma como estas podem influenciar o modo como os terapeutas lidam com as crianças abusadas, iremos agora considerar o que a investigação nos tem ensinado sobre a forma como as variáveis individuais condicionam a percepção e reacção às vítimas de abuso sexual de crianças. Daremos uma especial ênfase, neste capítulo, ao modo como este processo opera nas percepções dos terapeutas, podendo condicionar o seu atendimento às vítimas de abuso.

2.2. Revisão da investigação acerca das percepções sobre o abuso sexual de crianças

2.1.1. Variáveis que interferem na percepção social do abuso sexual de crianças

Estudos acerca das percepções sobre o abuso sexual de crianças mostram como a idade da criança, bem como o seu sexo e o do adulto abusador, influenciam as percepções quanto às interações sexuais abusivas entre adulto e criança, bem como as atribuições de culpa e responsabilidade ao adulto nesses incidentes (Maynard & Wiederman, 1997). Vejamos, então, cada uma destas variáveis.

▪ Idade e género da criança

Globalmente, quanto à idade e sexo da criança parece que os estereótipos dominantes do abuso dizem respeito a crianças pequenas do sexo feminino. As crianças mais velhas e/ou do sexo masculino terão menor possibilidade de ser acreditadas e serão mais culpabilizadas. Estas variações na percepção social do acto abusivo são muito importantes porque podem afectar as denúncias de abuso, a condenação dos abusadores, e o providenciar de serviços clínicos. Alguns estudos têm demonstrado que os sujeitos com crenças estereotipadas lembrar-se-ão e interpretarão os eventos de forma ir de encontro a essas crenças.

Williams e Farrel (1990 cit. in Maynard & Wiederman, 1997) examinaram este fenómeno no que respeita à forma como as alegações de abuso sexual de crianças são geridas no sistema legal. Examinando casos deste tipo, constataram que existe

um esteriótipo de abuso que consiste em homens adultos a acariciar meninas pré-pubescentes, e que este esteriótipo parece elicitar uma resposta formal do sistema judicial. No entanto, quando o cenário varia, o sistema judicial requer condições adicionais agravantes para que possam ser tomadas quaisquer acções formais. Estas conclusões sugerem que as alegações de abuso sexual provenientes, por exemplo, de uma criança do sexo masculino ou alegações envolvendo uma mulher adulta são menos provavelmente objecto de acção legal (Maynard & Wiederman, 1997).

Finkelhor e Redfield (1984) e Waterman e Foss-Goodman (1984) examinaram os efeitos da idade e do sexo da criança nas atribuições de culpa em cenários hipotéticos de abuso sexual de crianças e constataram que a idade da criança possuía um efeito central, de tal forma que, quando era um adolescente que estava em causa, a interacção era considerada como menos abusiva, os adolescentes eram mais culpabilizados do que as crianças mais novas e menos responsabilidade era atribuída ao adulto abusador.

▪ **Género do adulto abusador**

Apesar de se considerar que o género do adulto abusador é uma variável importante nas decisões e atribuições acerca do abuso sexual de crianças (Finkelhor & Redfield, 1984), não existem muitos estudos que investiguem esta dimensão.

Os investigadores que examinaram as atitudes consoante o género do adulto constataram resultados variáveis no que diz respeito ao impacto desta variável nas percepções das pessoas quanto ao abuso sexual de crianças. Por exemplo, alguns investigadores constataram que o grau de responsabilidade atribuída à criança ou ao adulto não era significativamente afectado pelo género do adulto (Broussard & Wagner, 1988 cit. in Broussard, Wagner & Kazelkis, 1991). Outros investigadores

verificaram que o género do adulto influencia as percepções acerca do abuso sexual, através de uma interacção com o género da criança, ou seja, as interacções entre sexos opostos são consideradas menos abusivas do que cenários descrevendo interacções entre o mesmo sexo (Waterman & Foss- Goodman, 1984).

De uma maneira geral, contudo, os resultados destes estudos tendem a corresponder a estereótipos culturais, nomeadamente à desvalorização do abuso perpetrado por mulheres. De facto, alguns autores constaram que as pessoas tendem a ver a interacção entre uma criança do sexo masculino com uma mulher adulta como sendo menos representativa de abuso sexual de crianças, acreditando que os adultos do sexo masculino sobreviventes ao abuso feminino seriam pouco afectados por aquela experiência (Broussard, Wagner & Kazelkis, 1991). O facto de se atribuir menos culpa ao adulto do sexo feminino na interacção sexual com um jovem pode estar relacionado com uma maior aceitação da iniciação sexual dos rapazes por mulheres adultas. (Wagner, Aucoin & Johnson, 1993). Broussard e colaboradores (1991), no seu estudo, similarmente referiram que os participantes consideravam mais como exemplo de abuso sexual de crianças a interacção entre um adulto do sexo masculino com uma jovem de 15 anos, do que uma interacção entre um adulto do sexo feminino com um jovem do sexo masculino. Eles consideraram a hipótese da ausência de resistência como uma indicação de que a interacção sexual com uma mulher mais velha era um meio aceitável de se providenciar a educação sexual ou a iniciação aos rapazes. Este aspecto da nossa cultura está muito relacionado com a legislação que, como foi analisado atrás, considerou, durante muito tempo, que apenas as meninas eram vítimas de abuso sexual.

▪ **Género dos observadores**

O género dos sujeitos do estudo foi também examinado em relação aos julgamentos pessoais acerca do abuso sexual. De uma maneira geral, os observadores do sexo feminino tendem a ver as interações criança-adulto como representativas de abuso sexual e a culpabilizar menos a criança, enquanto os observadores do sexo masculino tendem a classificar as interações sexuais adulto-criança como menos abusivas e atribuem mais culpa às crianças (Broussard, Wagner & Kazelkis, 1991; Finkelhor & Redfield, 1984; Waterman & Foss-Goodman, 1984).

Um estudo conduzido em Portugal (Machado, Gonçalves & Matos, 2000) replica estes resultados, tendo verificado que os sujeitos do sexo masculino tendem a subscrever mais crenças legitimadoras do abuso, nomeadamente a atribuição deste à sedução infantil, a desvalorização do abuso quando este não envolve violência e a noção de que este apenas é perpetrado por indivíduos perturbados ou desajustados. Saliente-se, contudo, que estamos a falar de diferenças de género e não da predominância destas crenças na população masculina. Isto é, os homens subscrevem mais estes mitos do que as mulheres mas, globalmente, o seu nível de apoio a estes estereótipos é também reduzido (ibidem).

Por outro lado, Broussard, Wagner e Kazelkis (1991) referiram que, muito embora não houvesse um efeito central, o género da criança interagia com o género dos sujeitos da investigação. Os sujeitos masculinos atribuíam significativamente menos responsabilidade ao adulto quando a criança era do sexo masculino do que quando a criança era do sexo feminino. Por outro lado, os sujeitos femininos viam os adultos como igualmente responsáveis independentemente do género da criança.

Embora estas diferenças de género sejam importantes, Deaux (1984) sugeriu que, mais importante que a utilização nos estudos do género biológico, seria preferível utilizar as atitudes de género. Estas dizem respeito a características culturais de papel social mais atribuídas a um género do que a outro, independentemente do sexo do sujeito. Ou seja, sujeitos do sexo masculino poderão ter atitudes de género femininas e vice-versa.

No estudo de Broussard, Wagner e Kazelkis (1991), partindo da hipótese de que os indivíduos que apresentavam atitudes de género mais tradicionais viam os cenários de uma mulher adulta com um adolescente do sexo masculino como relativamente menos abusivos, considerou-se que provavelmente atribuiriam menos culpa e responsabilidade ao adulto. Também se esperava que os cenários de um adolescente com um adulto do sexo oposto fossem vistos como menos abusivos e com menos responsabilidade e culpa atribuída ao adulto, do que cenários que referiam um adolescente com um adulto do mesmo sexo ou uma criança mais pequena com um adulto de qualquer um dos sexos.

A confirmação destes resultados foi de encontro aos estudos de Finkelhor e Redfield (1984), que verificaram que, numa amostra da comunidade, se consideravam menos abusivos incidentes que envolviam adolescentes, quando comparados com crianças pré-púberes.

Para explicar estes resultados, poder-se-á considerar que, sendo os 16 anos a idade média, nos EUA, para o início da actividade sexual (Laumann, Gagnon, Michael & Michaels, 1994 cit. in Maynard & Wiederman, 1997) - um pouco à semelhança do que se passa também em Portugal - um adolescente de 15 anos já é visto como sendo mais capaz de providenciar consentimento para uma actividade sexual com um adulto, sem tal comportamento ser qualificado de abuso.

Assim, talvez os observadores do estudo supracitado acreditem que um jovem de 15 anos é capaz de resistir, quer verbalmente, quer fisicamente, a avanços sexuais não desejados de um adulto. Se os adolescentes aparentemente não oferecem resistência, os participantes tendem a considerar o adulto como menos responsável. Em contraste, os participantes podem considerar uma criança de 7 anos como sendo muito pequena para dar consentimento ao envolvimento sexual com um adulto, apesar da sua falta de resistência (Finkelhor & Redfield, 1984).

▪ **Natureza hetero ou homossexual da interacção abusiva**

Não obstante a idade da criança, os participantes de alguns estudos (Broussard, Wagner & Kazelkis, 1991) consideraram as interacções entre sexos opostos como sendo menos abusivas relativamente a interacções entre o mesmo sexo. Esta evidência pode querer indicar que o grau de abuso pode ser influenciado pela natureza da interacção, heterossexual vs homossexual. É possível que os participantes vejam o adulto envolvido numa interacção do mesmo sexo como possuindo orientação homossexual, sendo que a investigação prévia demonstrou que os indivíduos heterossexuais possuem geralmente atitudes negativas contra o comportamento homossexual (Kite & Whitley, 1996 cit. in Maynard & Wiederman, 1997). Tal pode explicar o porquê de os participantes do estudo de Broussard, Wagner e Kazelkis (1991) considerarem as interacções do mesmo sexo mais negativamente do que as interacções entre sexos opostos. De uma maneira geral, as interacções vistas como mais negativas pareceram também ser consideradas mais abusivas.

2.2.2. Variáveis do psicólogo que interferem na percepção e atendimento às vítimas de abuso

Tal como referido no tópico anterior, os psicólogos também partilham de algumas das crenças sociais que influenciam as suas percepções acerca do abuso sexual de crianças. Estas percepções são influenciadas por algumas variáveis. Analisemos, pois, estas variáveis.

Características da criança abusada e do abusador

Características da criança:

- **Nível socio-económico e etnicidade**

Os psicólogos podem ser influenciados pelas condições que envolvem o abuso sexual de crianças como sejam a etnicidade ou o nível socio-económico da família. Ou seja, alguns autores (Charles, 1983; Turbe & O'Toole, 1980 cit. in Hetherington & Beardsall, 1988) consideram que os psicólogos tendem a perceber com mais facilidade, como sendo vítimas de abuso, as crianças que pertencem a minorias ou que provêm de um nível socio-económico baixo. Possivelmente, estas crenças estão associadas ao mito de que a disfuncionalidade familiar é “património” apenas dos meios desfavorecidos, assim como a maior visibilidade das situações de inadaptação das classes sociais mais vigiadas pela Segurança Social.

- **Idade e género da criança**

A idade da criança pode afectar o julgamento dos profissionais, na medida em que crianças mais pequenas tendem a ser consideradas mais rapidamente vítimas de abuso (Finkelhor, 1984; Groeneveld & Giovannoni, 1982; Hampton & Newberger, 1985 in Herzberger & Tennen, 1985). Por sua vez, quanto à influência do género da criança nos julgamentos clínicos, Finkelhor (1984) constatou que o abuso sexual de crianças era julgado mais seriamente pelos profissionais quando envolviam vítimas do sexo feminino do que quando envolvia vítimas do sexo masculino. Como vimos anteriormente, estes resultados são análogos aos verificados para a população em geral (Herzberger & Tennen, 1985).

Características do abusador:

- **Nível socio-económico e etnicidade**

Existem alguns estudos que referem o baixo estatuto socioeconómico do abusador como afectando os julgamentos clínicos acerca do abuso sexual de crianças, sendo que os níveis socio-económicos mais desfavorecidos, bem como as minorias étnicas são tidas como propensas a actos desviantes (Hampton & Newberger, 1985; Nolepka et al, 1981 cit. in Howitt, 1995).

- **Género do abusador**

No que diz respeito às variáveis da vítima e do agressor, os estudos referem que também os psicólogos tendem a considerar o abuso perpetrado por uma mulher

como menos grave do que o cometido por um homem (Hetherington & Beardsall, 1988).

Existem estudos que constataram que os profissionais consideram o abuso sexual perpetrado pelas mães como sendo menos severo e menos frequente do que o abuso perpetrado pelos pais (Finkelhor, 1984; Hampton & Newberger, 1985; Herzberger & Tennen, 1985a cit. in Howe, Herzberger & Tennen, 1988). E tal como os leigos, os profissionais tendem a considerar o maltrato físico e emocional menos sério quando estão as mães envolvidas (Herzberger & Tennen, 1985).

Neste sentido, alguns estudos sublinham a importância da intervenção profissional relativamente à revelação de abuso sexual perpetrado por mulheres. As respostas profissionais às revelações, quer positivas quer negativas, parecem ter um impacto crucial no bem-estar das vítimas. As respostas profissionais de apoio parecem mitigar os efeitos negativos do abuso. Ao contrário, as respostas que não são suficientemente apoiantes, em que os profissionais minimizam ou não acreditam nas alegações de abuso das vítimas, parecem exacerbar os efeitos negativos do abuso e incitam em última análise, à vitimação secundária (Denov, 2003).

Esta noção reforça a ideia e a necessidade de desenvolver e implementar iniciativas de treino profissional para sensibilizar os profissionais acerca das ofensas perpetradas por mulheres e acerca das necessidades de intervenção nas vítimas.

De facto, as vozes e perspectivas dos que foram vitimizados sexualmente por mulheres têm sido raramente ouvidas. Existe uma limitada compreensão acerca de como as vítimas percebem as respostas profissionais às suas revelações e mais importante ainda, de quais são as consequências dessas respostas dos profissionais.

Desta forma, as mulheres abusadoras, em virtude do seu género, não são, frequentemente, responsabilizadas pelas suas ofensas e as denúncias de ofensores masculinos são consideradas mais importantes pelos profissionais (Hetherton & Beardsall, 1998).

No mesmo sentido, Ramsay-Klawnsnik (1990 cit. in Denov, 2003) verificou que as condenações são raras quanto o ofensor sexual é uma mulher, não obstante o abuso ter sido confirmado através de avaliação. Denov (2003) constatou que na attitude dos polícias e psiquiatras perante as ofensas sexuais femininas, existia uma negação das mulheres enquanto potenciais agressoras.

Assim, perante um desafio às crenças tradicionais acerca do comportamento feminino “adequado”, os grupos profissionais (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, polícias, etc.), são, tal como a população em geral, levados a transformar, consciente ou inconscientemente, as suas representações acerca das mulheres ofensoras e dos seus actos, aproximando-as de noções culturalmente mais aceitáveis sobre o comportamento feminino. E isto, em última análise, levou a uma negação do problema (Denov, 2003).

Características do psicólogo

- **Formação Académica**

Os estudos que pretenderam avaliar o efeito da formação académica num correcto reconhecimento do abuso sexual de crianças constataram que a percentagem de reconhecimentos adequados de casos de abuso era tanto maior quanto maior fosse a formação académica (comparando a licenciatura com o

mestrado e o doutoramento)(Claiborn, 1982; Davey & Hill, 1995; Gordon & Jaudes, 1996; Harnann, 1994 in Rosenblum, 1998; Wood & Wright, 1995).

Outros estudos (Giovannoni & Becerra, 1979), pelo contrário, verificaram que os psicólogos vêem os actos abusivos como menos graves do que indivíduos sem formação académica.

Outros estudos, ainda, referem que os profissionais que trabalham com casos de abuso diferem da população em geral (neste caso, de estudantes) em áreas de competência específicas mas não na formação de julgamentos globais (Wood & Wright, 1995).

- **Anos de experiência**

Uma outra variável importante, estudada por Shumaker (1999) foi o número de anos de experiência desde a obtenção da licenciatura, que também se encontra correlacionada positivamente com o adequado reconhecimento de casos de abuso.

Existem, contudo, estudos que consideram que o nível de experiência com casos de abuso sexual de crianças não tem relação com os julgamentos dos profissionais acerca deste tema (Wood & Wright, 1995). Esta falta de relação entre a experiência e a eficácia de julgamentos é consistente com outras investigações que não encontraram qualquer relação entre a experiência dos psicólogos e a exactidão dos seus julgamentos clínicos (Garb, 1989 cit. in Wood & Wright, 1995).

O número de casos atendidos tem também sido analisado por alguns autores, que verificaram a correlação positiva entre o número de casos e as atitudes menos tolerantes ao abuso (Davey & Hill, 1999)

- **Formação específica**

Alguns estudos sugerem que, de entre as diferentes variáveis que influenciam as crenças acerca do abuso, o tipo específico de formação profissional é o que possuía o efeito mais forte, seguido das qualificações e da experiência em casos de abuso. Sendo que, quanto à profissão, existem estudos (Giovannoni & Becerra, 1979) que referem que os psicólogos, os assistentes sociais e os agentes da polícia, tendem a considerar um caso de abuso sexual como sendo mais sério do que médicos e advogados.

Por outro lado, no estudo de Davey e Hill (1999) verificou-se a forma como a formação específica (tal como workshops, acções de formação) influenciava as atitudes dos psicólogos, verificando-se que esta não teve qualquer efeito significativo nas crenças dos profissionais (Davey & Hill, 1999).

Existem, no entanto, estudos que encontraram diferenças quanto à formação específica sobre abuso sexual (Hibbard, Sewint, & Connelly, 1987; Sullivan & Clancy, 1990 cit in Davey & Hill, 1999), mas que não compara a eficácia de diferentes tipos de formação. Isto torna-se relevante porque, eventualmente, a formação específica em abuso sexual, ou a falta dela, pode ser compensada pela experiência diária com casos de abuso, o que significa que um fraco treino pode ser compensado por uma significativa experiência profissional, que cria ao técnico uma sensibilidade diferente a esta problemática, podendo igualmente acontecer o inverso (Davey & Hill, 1995). No entanto existem autores que consideram que na psicologia clínica, e provavelmente noutros campos, o treino formal parece ser um melhor preditor do julgamento profissional, do que a sua experiência (Wood & Wright, 1995).

Um outro aspecto referido no estudo de Davey e Hill (1995) é que a formação em abuso sexual é mais provavelmente procurada por aqueles profissionais com maior experiência, pois podem possuir um maior interesse e um maior acesso a formações futuras. Os autores referem que esta situação paradoxal poderá perpetuar a disparidade no treino de abuso sexual de crianças (Davey & Hill, 1995).

- **Orientação teórica**

Existe uma escassa literatura no que diz respeito à influência da orientação teórica dos psicólogos nas atitudes relativamente ao abuso sexual de crianças (Rosenblum, 1998).

No entanto, existem referências ao facto da teoria psicodinâmica, mais especificamente a literatura psicanalítica, ter sido apontada como podendo ser mais permissiva ao abuso, na medida em que, tal como discutimos anteriormente, poder considerar as alegações de abuso como sendo fantasias edipianas (Block, 1989 cit. in Rosenblum, 1998; López, 1992 cit. in Fávero, 2003).

- **Género dos psicólogos**

Logan (1980 cit. in Wellman, 1993) fez uma investigação acerca das atitudes dos psicólogos e outros profissionais (pediatras, professores e assistentes sociais) relativamente ao abuso sexual de crianças e constatou que as mulheres consideravam os comportamentos abusivos mais perturbadores do que os homens.

Por outro lado, existem outros estudos (Howe, Herzberger & Tennen, 1988; Giovannoni e Becerra, 1979) que não encontram nenhuma variação significativa baseada no género do profissional.

Num estudo acerca das atitudes dos psicólogos escolares do sexo feminino e do sexo masculino no que diz respeito ao abuso sexual de crianças, Fingleton (1989) constatou que os psicólogos escolares do sexo masculino tendem mais a culpabilizar a mãe da criança abusada e também acreditam que muitas das meninas vítimas fantasiam o abuso sexual. Por outro lado, 51% dos psicólogos escolares do sexo feminino sentiam que a sociedade patriarcal e o poder masculino eram responsáveis pelo abuso sexual de crianças. No mesmo sentido, outros estudos verificaram que os psicólogos do sexo feminino consideravam muito mais severos os efeitos do abuso sexual do que os psicólogos do sexo masculino, constatando que as mulheres referem sentir-se muito mais perturbadas pelo abuso do que os homens, (Garret & Rossi, 1978; Herzberger & Tennen, 1985a; Shrum & Halgin, 1984; Snyder & Newberger, 1986, cit. in Howe, Herzberger & Tennen, 1988; Finkelhor & Redfield, 1984).

Se se considerar esta diferença de género no que diz respeito às atitudes acerca do abuso, devemos igualmente ter em atenção quais as causas de uma maior reacção emocional das mulheres a este fenómeno. Uma possível razão para esta diferença poderá ser que as participantes do estudo do sexo feminino se identificaram e empatizaram mais com as vítimas de abuso sexual. Existe a ideia difundida e socialmente aceite de que, particularmente no caso do abuso sexual de crianças, as mulheres são mais vítimas do que os homens e alguns investigadores

acreditam, com base em registros clínicos, que cerca de 80% a 90% das crianças abusadas são do sexo feminino (Pierce & Pierce, 1985)¹².

Por outro lado, é possível que o sexo masculino se sinta tão perturbado quanto o sexo feminino, mas que o negue ou racionalize devido à aprendizagem social. Este conflito interno pode também ser o responsável pela subrepresentação das denúncias de abuso sexual feitas pelos rapazes. Na verdade, embora em estudos longitudinais e anônimos, mesmo estes rapazes que mais tarde referiam o abuso têm dificuldade em reconhecer o trauma emocional que lhe está associado (Finkelhor, 1994).

Por outro lado, em geral, as mulheres demonstram, quando comparadas com os homens, sentimentos de maior compaixão e fornecem mais apoio a pessoas percebidas como fracas e em necessidade. Esta constatação pode ser atribuída ao grande envolvimento interpessoal das mulheres, referido com frequência na literatura da psicologia social (Eagly, 1990 cit. in Wellman, 1993).

Parece que podemos concluir então que, nos países ocidentais, ao socializarem-se as mulheres diferentemente dos homens, através de processos de condicionamento e de aprendizagem social, estes aprenderam a ser competentes, auto-suficientes e reservados, enquanto aquelas são treinadas para ser ternas, cuidadoras e expressivas (Rice, 1990 cit. in Wellman, 1993). Os psicólogos parecem reflectir essas mesmas tendências nas suas atitudes em relação às vítimas de abuso.

¹² No entanto, existem autores que consideram que um terço das crianças vítimas de abuso sexual são do sexo masculino, com base em registros retrospectivos e clínicos (Finkelhor, 1980; Cameron, Proctor, Coburn, Forde, Larson & Cameron, 1986 in Wellman, 1993).

- **História pessoal de abuso dos psicólogos**

Existem alguns estudos que analisam a influência da história pessoal de abuso dos profissionais, incluindo psicólogos, nos julgamentos clínicos acerca do abuso sexual de crianças (Howe, Herzberger & Tennen, 1988).

Neste estudo, quando comparados com profissionais sem história pessoal de abuso, aqueles que passaram por essa experiência julgavam as atitudes parentais abusivas como sendo mais severas e com um maior impacto adverso no desenvolvimento da criança.

Estes resultados vão na direcção oposta ao padrão verificado na população geral abusada (não-profissionais) (Herzberger & Tennen, 1985b cit. in Howe, Herzberger & Tennen, 1988), que consideram o abuso como sendo menos grave do que aqueles que não foram abusados. Este facto pode ser compreendido pela evidência de que as crianças abusadas reagem com raiva, ameaças e medo ao relato de experiências análogas pelos seus pares, enquanto que crianças não abusadas tendem a reagir com carinho e interesse (Main & George, 1985 cit. in Howe, Herzberger & Tennen, 1988). Assim, o distanciamento e a minimização da experiência abusiva podem constituir dispositivos mentais de protecção face ao seu impacto emocional negativo.

De facto, existem evidências de que um mecanismo de defesa muito utilizado para lidar com um stressor extremo é a redefinição do stressor de uma forma positiva. (Affleck, 1987 cit. in Howe, Herzberger & Tennen, 1988). Além disso, quando algo acontece regularmente a uma criança, ela tende a considerá-la como algo normativo. Mais ainda, o sentido da lei do talião e do “mundo justo” entre as crianças (Piaget, 1932) e o seu desejo de considerar os seus pais como cuidadores pode levar a que as crianças abusadas experienciem um sentimento de

que mereceram, diminuindo a sua experiência de crueldade parental, arbitrariedade e severidade. Qualquer um destes processos pode levar os sujeitos abusados a tolerar o abuso e a não o considerarem enquanto tal.

No estudo de Howe, Herzberger e Tennen (1988), ao contrário, os profissionais abusados consideraram os actos parentais como mais severos e como mais causadores de dano, do que aqueles profissionais sem história de abuso. Os autores especulam acerca de diversos processos que podem ter influenciado este julgamento, nomeadamente o seu reconhecimento de que o abuso sofrido era inapropriado. Tal reconhecimento pode ter surgido da parte do progenitor não abusador ou de uma terceira parte que interveio. Colocam a hipótese de os profissionais abusados terem sido tratados por clínicos que enfatizaram a natureza não-normativa da sua experiência e a genuína severidade do comportamento parental. Desta forma, na sua amostra de profissionais, aqueles que foram abusados e provavelmente ajudados por outrém, poderiam agora fazer uma carreira a ajudar outras crianças abusadas. Esta explicação constitui uma mera hipótese, pelo facto de não se ter investigado o processo pelo qual os sujeitos do estudo alcançaram a sua forma de pensar actual (Howe, Herzberger & Tennen, 1988).

De facto, a história de abuso do terapeuta tem recebido escassa atenção na literatura do abuso e mereceria uma análise conceptual e empírica mais cuidada. O facto de os profissionais terem sido abusados e escolherem uma carreira que envolve o trabalho com crianças vítimas de abuso, parece mostrar que estes profissionais não minimizam o impacto do abuso sexual. Contudo, tornar-se-ia importante compreender melhor este processo, assim como as suas consequências no nível de cuidados profissionais prestados aos clientes destes clínicos.

Com esta revisão pretendemos identificar as características específicas dos psicólogos que contribuem para a sua maior ou menor tolerância face a eventuais situações de abuso. Os dados apresentados reflectem as tendências gerais encontradas, muito embora alguns estudos não tenham identificado nenhuma característica pessoal – nem nos psicólogos, nem nos outros profissionais de saúde – que contribuisse para variações nas atitudes relativamente ao abuso (Ajdukovic, Petak & Mrsic, 1993).

Por outro lado, quando comparados com outros grupos, alguns autores (Rosenblum, 1998) afirmam que os psicólogos reconhecem um maior número de casos de abuso do que outros profissionais de saúde mental. Outros estudos, pelo contrário, sugerem que os profissionais de ajuda (psicólogos incluídos) têm atitudes mais tolerantes em relação ao abuso do que os não profissionais, traduzindo-se esta maior tolerância no menor apoio a medidas repressivas para os abusadores. Esta maior tolerância ao abuso é interpretada pelos autores de acordo com a teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957 cit. in Ajdukovic, Petak & Mrsic, 1993). Ou seja, por um lado, os psicólogos podem estar conscientes do seu compromisso profissional e humano para ajudar as crianças, mas por outro são confrontados com recursos limitados disponíveis para ajudar as vítimas de abuso. Segundo os autores, isto pode levar os psicólogos a reduzir a dissonância, desenvolvendo uma atitude mais tolerante ao abuso e considerando a punição da justiça criminal pouco eficaz na prevenção do crime (Farrington, Ohlin, & Wilson, 1986; Greenberg & Ruback, 1982 cit. in Ajdukovic, Petak & Mrsic, 1993).

Em suma, podemos de alguma forma concluir que parece existir alguma polémica quanto à forma como os psicólogos reagem a situações de abuso, quando comparados com outros grupos.

Existe assim a necessidade dos profissionais que trabalham com o abuso sexual de crianças, permanecerem vigilantes aos viés subjectivos que influenciam o seu trabalho.

Existe alguma investigação (Shumaker, 1999) que considera que a formação de base dos psicólogos possui grandes falhas de informação quanto à problemática do abuso sexual de crianças. Os resultados mostram que um precoce treino acerca do abuso sexual de crianças está significativamente relacionado com a formação contínua posterior, com as crenças do técnico acerca do abuso sexual, com a noção de competência pessoal e com os recursos informativos disponíveis (Rosenblum, 1998).

Desta forma, existem alguns autores que referem que os técnicos devem possuir um treino universal naquilo que outros consideram uma especialização: as prevalências de abuso na população clínica e na população em geral, as dificuldades no reconhecimento do abuso, a predisposição para alguns problemas clínicos e o potencial de recuperação. Quem defende esta formação geral e universal considera que a problemática do abuso sexual de crianças é muitas vezes camuflada e que apenas se o terapeuta for sensível e tiver conhecimento técnico nesta área pode descobrir, por detrás da problemática que trouxe um cliente à consulta, uma história de abuso (Rosenblum, 1998).

3. SÍNTESE CRÍTICA

A análise que realizámos até ao momento permitiu-nos perceber que os discursos e as atitudes quanto ao abuso sexual de crianças têm vindo a ser alterados ao longo dos tempos. Evoluímos de posições mais culpabilizantes da vítima, para outras mais conscientes da dimensão e da severidade do fenómeno.

A evolução destes discursos e dos mitos sociais associados ao abuso sexual de crianças teve um papel determinante na evolução do enquadramento jurídico deste fenómeno e na procura de uma definição técnica coerente do abuso sexual de crianças. Subsistem, contudo, no discurso social, diferentes mitos e crenças que dificultam o reconhecimento do abuso, assim como promovem atitudes desfavoráveis em relação às suas vítimas.

Também a psicologia, através das suas diferentes correntes teóricas, elaborou os seus próprios discursos, ao longo dos anos, acerca do fenómeno do abuso sexual infantil. No entanto, parece igualmente existir alguma permeabilidade do discurso científico, nomeadamente dos psicólogos, aos mitos anteriormente referidos, nomeadamente a crença na fantasia infantil, na culpabilização ou responsabilização da criança vítima e da sua mãe e na concepção da criança abusada como inevitavelmente “danificada”.

Estas crenças são, em maior ou menor grau, alimentadas por cada um dos discursos teóricos produzidos sobre o abuso e, como tal, o grau de adesão dos psicólogos aos diferentes paradigmas interpretativos do abuso poderá condicionar as suas atitudes face às vítimas.

Por outro lado, verificámos que outras variáveis específicas, ligadas quer ao treino e experiência, quer a características pessoais do psicólogo, podem interferir nestas percepções e atitudes.

Desta forma, procuraremos, nos nossos estudos empíricos, compreender que tipo de variáveis é que interferem nas percepções do psicólogo acerca do abuso sexual de crianças.

4. ESTUDOS EMPÍRICOS

Na continuidade com o percurso teórico efectuado, o objectivo geral da componente empírica desta dissertação é o de analisar as variáveis do psicólogo que poderiam interferir no seu grau de tolerância face ao abuso e, consequentemente, nas suas atitudes face às vítimas. Para tal, foram elaborados dois estudos:

a) Um 1º estudo, com psicólogos, que pretendeu analisar o efeito de um conjunto de variáveis (e.g., sexo, orientação teórica, anos de prática) nas suas atitudes face ao abuso sexual de crianças.

b) Um 2º estudo, conduzido junto de estudantes dos cursos de Psicologia e de Educação, que pretendeu verificar o efeito da formação universitária quanto às crenças em torno do abuso sexual de crianças, bem como o efeito nestas atitudes da formação específica sobre temáticas relacionadas com a vitimação e o abuso.

4.1. Primeiro Estudo

▪ **Objectivos e variáveis**

O objectivo do primeiro estudo era examinar empiricamente as variáveis que poderão influenciar a atitude dos psicólogos acerca do abuso sexual de crianças.

Para tal, considerámos as seguintes variáveis:

- Sexo
- Experiência com menores vítimas de abuso sexual
- Número de casos de abuso atendidos em psicoterapia
- Formação específica na área de abuso sexual de crianças
- Anos de experiência profissional
- Orientação teórica

Através da recolha destes dados biográficos e do seu cruzamento com uma escala de atitudes, pretendíamos:

- a) Constatar se existiam diferenças significativas quanto ao género dos psicólogos que afectassem as suas crenças relativamente ao abuso sexual de crianças;
- b) Determinar até que ponto a experiência profissional com casos de abuso sexual de crianças influencia as atitudes acerca do mesmo;
- c) Perceber se o número de casos de abuso atendidos se correlaciona com atitudes mais ou menos legitimadoras do abuso sexual de crianças;
- d) Compreender até que ponto a formação específica nesta área afecta as atitudes dos psicólogos;

- e) Identificar se a orientação teórica dos psicólogos está relacionada com as atitudes quanto ao abuso sexual de crianças.

▪ **Instrumento**

O instrumento utilizado no estudo (ver anexos), foi a Escala de crenças em relação ao abuso sexual (ECAS), de Machado, Gonçalves e Matos (2000).

A escala é constituída por 17 itens, construídos a partir da observação clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e da literatura sobre mitos e crenças culturais em relação ao abuso. Foram utilizadas ainda, como referências na sua construção, os relatos fruto da observação clínica de abusadores, bem como a literatura acerca das suas estratégias cognitivas de legitimação do comportamento sexualmente abusivo. As opções de resposta na escala encontram-se formuladas numa escala de Likert de 5 pontos, desde 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo totalmente”). Foi elaborada a reflexão falada destes itens, junto de amostras da população normativa, bem como junto de técnicos que trabalham com vítimas de crimes sexuais. Posteriormente, o estudo normativo conduzido com 372 sujeitos, identificou 3 factores nas respostas à ECAS: a legitimação do abuso pela sedução infantil, a sua legitimação pela ausência de violência e a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido. Os quadros 1,2 e 3 apresentam os itens que compõem cada um destes factores.

Item 4 - A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias de criança/adolescente.
Item 6 - As crianças podem provocar o abuso, pelo seu comportamento sedutor.
Item 8 - A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente
Item 9 - Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela.
Item 11 - Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu.
Item 12 - As adolescentes levam os homens mais velhos a abusar delas.
Item 13 - Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.
Item 16 - A maioria das queixas de abuso sexual são falsas.

Quadro 1 - Factor 1: Legitimação do abuso pela sedução infantil

Item 7 - Só se pode falar de abuso quando há violência.
Item 9 - Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela.
Item 10 - Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente, é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os).
Item 11 - Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente nunca existiu.
Item 13 - Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.
Item 14 - Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave
Item 15 - Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente
Item 17 - Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave.

Quadro 2 - Factor 2 : Legitimação do abuso pela ausência de violência

Item 1 - É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente
Item 2 - Só as raparigas é que são vítimas de abuso sexual.
Item 3 - As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidos.
Item 4 - A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias de criança/adolescente.
Item 5 - Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais

Quadro 3 - Factor 3: Legitimação do abuso pela normalidade do ofensor

Assim, a nota total do questionário constitui uma medida genérica de tolerância/legitimação do abuso sexual, enquanto as notas específicas obtidas pelos factores nos permitem avaliar as crenças centrais subjacentes a tal legitimação.

▪ **Amostra**

A amostra dos psicólogos foi composta por 195 indivíduos, 157 do sexo feminino (80,5%) e 38 do sexo masculino (19,5%), com idades compreendidas entre os 22 e os 59 anos.

Relativamente à **experiência profissional com vítimas de abuso sexual**, 41% referiu ter experiência, enquanto 59% não tinha tido qualquer experiência profissional com estes casos. Quanto ao **número de casos acompanhados em psicoterapia** (Quadro 4), podemos verificar que a maioria (66%) nunca atendeu vítimas de abuso sexual neste contexto.

Número de casos acompanhados em psicoterapia	Número de Psicólogos	Percent.
0 casos	128	66%
1 caso	22	11,3%
2 casos	17	8,8%
3 casos	11	5,7%
4 casos	4	2,1%
5 casos	2	1,0%
6 casos	2	1,0%
8 casos	3	1,5%
10 casos	1	0,5%
12 casos	1	0,5%
25 casos	1	0,5%
30 casos	1	0,5%
100 casos	1	0,5%

Quadro 4 - Número de casos de abuso sexual acompanhados em Psicoterapia pelo total dos psicólogos

Quanto aos **anos de prática profissional** a média situa-se em 5,5 anos, sendo que o mínimo são 6 meses e o máximo são 24 anos.

Em relação à **formação específica** nesta área, 19,8% possui formação, tal como a participação em acções de formação e *workshops* sobre o tema abuso sexual de crianças, enquanto 80,2% não possuem qualquer formação específica sobre abuso sexual de crianças.

Quanto à **orientação teórica** predominante na prática terapêutica dos psicólogos, 32,5% situaram-se na orientação cognitivo-comportamental; na corrente humanista 12,9%; na psicodinâmica, 14,9%; na construtivista/narrativa 8,8%; na

abordagem sistémica 9,3% e 21,6% declararam possuir uma orientação mista/eclética.

▪ **Resultados**

Análise Univariada

A média obtida pelo total dos psicólogos na ECAS foi de 1,52, com um desvio-padrão de 0,43. Já que a pontuação total no questionário pode variar entre 1 e 5, esta nota indica uma tendência de resposta no sentido da discordância com as crenças legitimadoras do abuso apresentadas no questionário. O mesmo sucede no que diz respeito aos factores específicos por este avaliados, já que no factor 1 (“legitimação do abuso pela sedução infantil”), a média verificada é de 1,6 com um desvio-padrão de 0,43, no factor 2 (“legitimação do abuso pela ausência de violência”) a média é de 1,43 com um desvio-padrão de 0,49 e no factor 3 (“legitimação do abuso pela normalidade do ofensor”) a média é de 1,64 com um desvio-padrão de 0,46.

Análise Bivariada

Quanto ao **sexo**, as diferenças encontradas foram altamente significativas, sendo o sexo feminino menos tolerante ao abuso do que o sexo masculino.

Estas diferenças verificaram-se quer quanto aos valores totais da ECAS ($t=3,62$; $gl=40,17$; $p=0,001$), quer no que diz respeito ao Factor 1-Legitimação do abuso pela sedução infantil ($t=4,16$; $gl=44,69$; $p=0,000$), Factor 2- Legitimação do abuso pela ausência de violência ($t=3,02$; $gl=39,90$; $p=0,004$) e Factor 3- Legitimação do abuso pela normalidade do ofensor ($t=3,65$; $gl=41,60$; $p=0,001$).

As diferenças encontradas quanto ao género não se repetiram, contudo, quando analisámos as diferentes variáveis referentes à experiência profissional dos psicólogos.

Assim, quanto à **experiência com vítimas de abuso**, não se verificaram diferenças, nem quanto à nota total ($t=-0,53$; $gl=193$; $p=0,60$), nem quanto aos factores: factor 1 ($t=-1,09$; $gl=193$; $p=0,28$); factor 2 ($t=-0,27$; $gl=193$; $p=0,79$); factor 3 ($t=-0,31$; $gl=193$; $p=0,76$).

Quanto ao **número total de casos de abuso atendidos em psicoterapia**, foram criadas 3 categorias de análise (1= 0 casos; 2 = 1 caso; 3 = mais do que 1 caso), não tendo sido também verificado qualquer impacto do número de casos na legitimação do abuso, nem na nota total ($F=0,47$; $gl=2$; $p=0,63$), nem nos diferentes factores do questionário.

Finalmente, correlacionaram-se os **anos de prática profissional** com a nota total do ECAS e com os seus diferentes factores, não tendo sido encontrada qualquer relação entre estas variáveis: total ($r=0,015$; $p=0,83$); factor 1 ($r=0,029$; $p=0,69$); factor 2 ($r=0,07$, $p=0,34$) e factor 3 ($r=-0,06$; $p=0,42$).

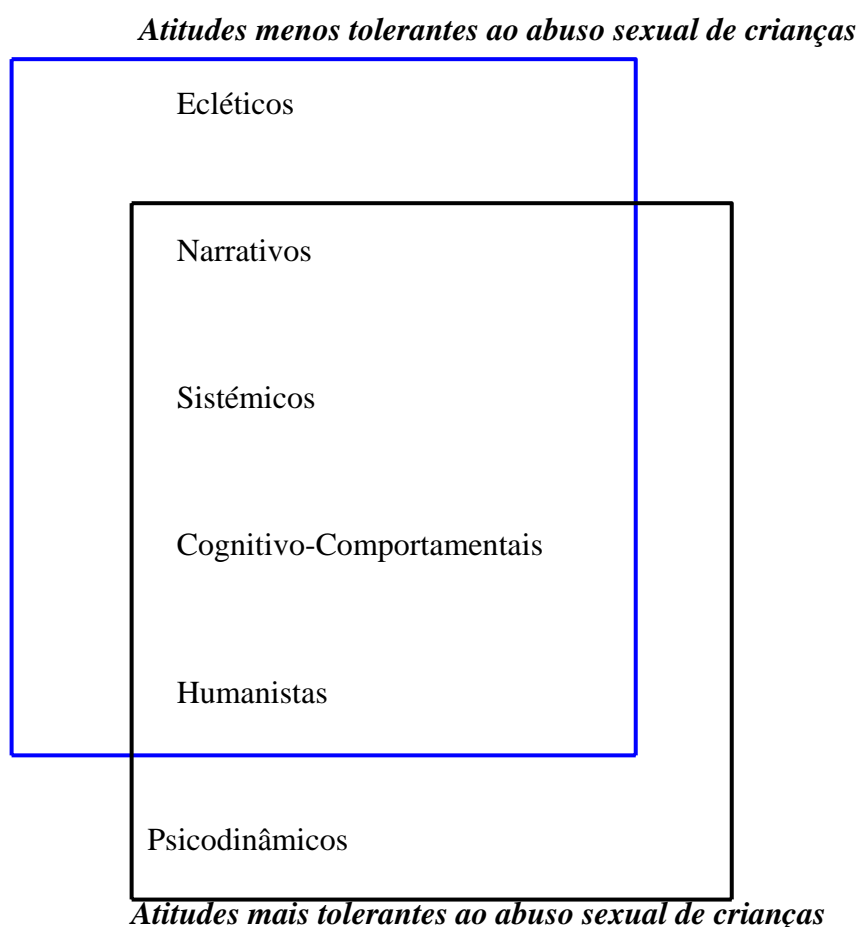
Se as dimensões referentes à prática parecem, assim, não ter impacto nas atitudes referentes ao abuso, já o mesmo não sucede com as questões referentes à formação e orientação teórica dos psicólogos.

Assim, quanto à **formação**, verificou-se que quanto maior fosse esta, menor a tolerância ao abuso. Esta influência verificou-se quanto ao score total ($t=-3,01$; $gl=190$; $p=0,003$) e também nos factores 1 ($t=-3,14$; $gl=190$; $p=0,002$), 2 ($t=-2,16$; $gl=190$; $p=0,032$) e 3 ($t=-3,18$, $gl=190$; $p=0,002$) da escala.

Quanto às **orientações teóricas**, verificamos que houve diferenças significativas entre grupos ($F=2,7$; $gl=5$; $p=0,022$) quanto à nota total, assim como

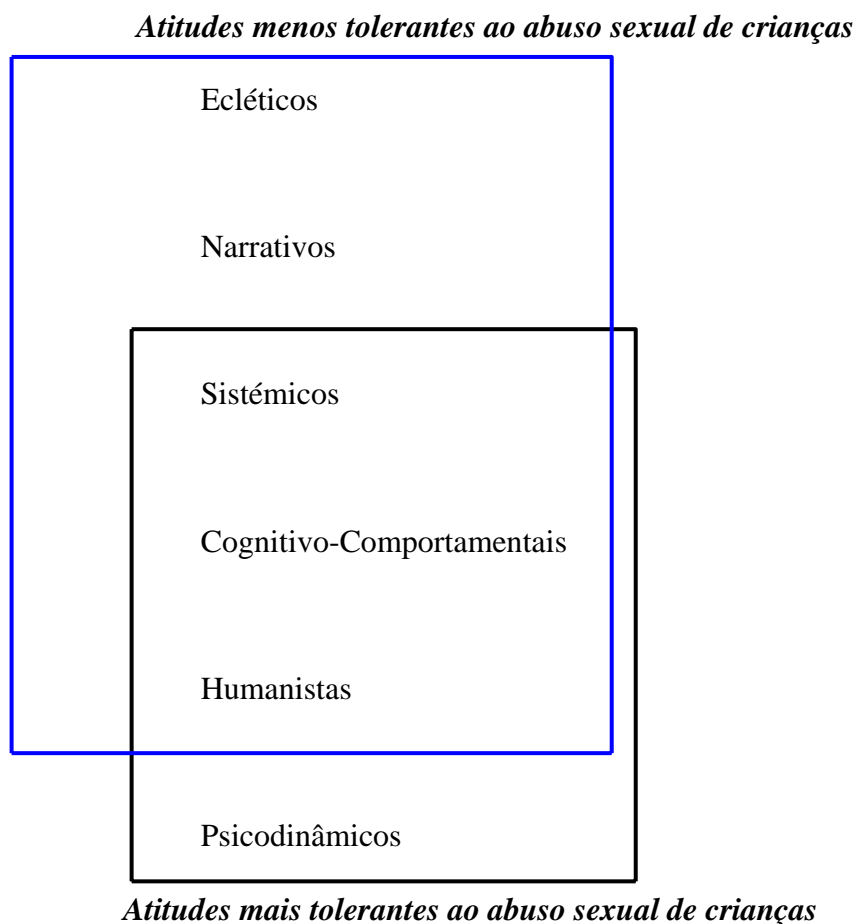
quanto ao factor 1 da escala ($F=3,76$; $gl= 5$; $p=0,003$). Já quanto ao factor 2 ($F=1,71$; $gl=5$; $p=0,134$) e ao factor 3 ($F=1,60$; $gl=5$; $p=0,162$) não se verificaram diferenças significativas entre os psicólogos de diferentes orientações teóricas.

De forma a melhor percebermos estes resultados, podemos atender ao quadro 5, que nos indica que a pontuação total da escala destaca dois *clusters*, agrupando num conjunto os psicólogos de orientação eclética, narrativa, sistémica, cognitivo-comportamental e humanista e, num outro cluster, os psicólogos de orientação narrativa, sistémica, cognitivo-comportamental, humanista e psicodinâmica. Assim sendo, verifica-se um destaque dos psicólogos ecléticos como os menos tolerantes ao abuso e dos psicólogos de orientação psicodinâmica como os que mais legitimam (ou, melhor dito, menos fortemente rejeitam) o abuso.



Quadro 5 – Pontuação total ECAS (Clusters)

Quando se fez esta análise para os factores, apenas o factor 1 (Legitimação do abuso pela sedução infantil), identifica diferenças quanto às orientações teóricas do psicólogo. Destacam-se novamente dois *clusters*: um, que inclui os humanistas, cognitivo-comportamentais, sistémicos, narrativos e ecléticos e outro que inclui os sistémicos, cognitivo-comportamentais, humanistas e psicodinâmicos. (Quadro 6). Neste factor destacam-se, pois, os psicólogos de orientação eclética e narrativa como os que menos apoiam a noção de sedução infantil, por oposição aos psicólogos de orientação psicodinâmica, que serão os que mais sustentam esta crença potencialmente culpabilizadora da criança vítima.



Quadro 6 – Pontuação ECAS - Factor 1- Legitimação do abuso pela sedução infantil (Clusters).

▪ **Discussão de resultados**

Os resultados deste primeiro estudo indicou-nos que o sexo/género, a formação teórica e a orientação paradigmática dos psicólogos produzem diferenças significativas quanto ao seu grau de legitimação do abuso.

Quanto ao género, verificamos diferenças altamente significativas, quer no score total, quer nos três factores da escala, sendo que o sexo feminino apresenta atitudes menos tolerantes ao abuso sexual de crianças do que os psicólogos do sexo masculino. Estes resultados vão no sentido da maioria dos estudos, que consideram que os psicólogos do sexo feminino têm atitudes emocionais mais negativas relativamente ao abuso sexual de crianças, do que os do sexo masculino (Hazzard & Rupp, 1986; Eisenberg, Ows & Dewey, 1987). Não só as mulheres, de uma forma geral, apresentam uma maior orientação para o cuidado/apoio interpessoal como, pelo facto de existir a ideia de que as crianças do sexo feminino são mais vítimas, tal pode levar a que as mulheres, por identificação à vítima, tendam a ser menos tolerantes.

Quanto à formação específica acerca do abuso sexual de crianças, o facto de termos encontrado, tal como outros autores (Davey & Hill, 1999), atitudes menos tolerantes ao abuso nos profissionais com maior formação, poderá apoiar a utilidade deste treino para um melhor atendimento às vítimas.

Por outro lado, quanto à orientação teórica, constatámos que existem determinadas correntes que se destacam como sendo mais tolerantes ao abuso, como é o caso das orientações psicodinâmicas. Tal vai de encontro a alguns estudos (Block, 1989 cit. in Rosenblum, 1998) que consideraram a teoria psicodinâmica como sendo mais permissiva ao abuso, o que pode ser de alguma forma explicado

pelas noções relacionadas com a fantasia infantil, como foi anteriormente explorado.

De facto, o maior suporte dado pelos sujeitos de orientação psicodinâmica ao factor 1 da escala, que se refere precisamente à noção de sedução infantil, parece corroborar esta interpretação.

É, contudo, de referir que os resultados encontrados quanto à orientação teórica poderão reflectir, pelo menos parcialmente, um efeito de género, uma vez que testes suplementares efectuados nos revelaram que nos psicólogos psicodinâmicos os homens estão sobrerrepresentados, enquanto nos ecléticos existe uma menor proporção relativa de homens. Contudo, esta desproporção não ocorre nos terapeutas narrativos, não podendo, por isso, a sua menor tolerância ao abuso ser explicada por um efeito de género.

Existindo, nas análises realizadas, um efeito determinante do género, tivemos também o cuidado de efectuar estes testes adicionais para verificar se as diferenças anteriormente registadas quanto à formação não poderiam afinal reflectir apenas o impacto da variável género. A análise efectuada concluiu, contudo, que não há diferenças de género significativas entre os técnicos com diferentes níveis de formação.

Ao contrário do sucedido com as variáveis até aqui referidas, o nosso estudo não encontrou qualquer influência da experiência com vítimas, número de casos atendidos ou anos de prática profissional nas atitudes em relação ao abuso.

Assim, apesar de estudos (Shumaker, 1999) considerarem que os anos de prática profissional estão correlacionados com um melhor reconhecimento do abuso sexual de crianças, no nosso estudo não foi encontrada qualquer relação significativa entre aquela variável e os resultados na ECAS, nem no score total, nem

nos diferentes factores. Eventualmente, este resultado pode ser explicado pelo reduzido número de casos de abuso atendidos pela generalidade dos nossos sujeitos. Assim, podemos supor que, mais do que anos de prática é importante a experiência com casos de abuso sexual, o que não acontece na nossa amostra, em que a maioria dos psicólogos não possui experiência deste tipo de clientes.

4.2. Segundo Estudo

▪ **Objectivos e variáveis**

O segundo estudo foi realizado com estudantes e pretendeu-se verificar o efeito da formação universitária na evolução das crenças quanto ao abuso sexual de crianças. Especificamente, procurámos analisar o impacto das variáveis curso (Psicologia e Educação) e ano de formação (1º e 5º ano). Pretendíamos também analisar o efeito da formação específica sobre vitimologia nas crenças acerca do abuso sexual de crianças. Desta forma, pretendíamos verificar:

- a) Se os alunos de Psicologia se diferenciavam dos alunos de Educação no que diz respeito ao grau de legitimação do abuso;
- b) Se existiria uma evolução ao longo da formação académica quanto ao grau de legitimação do abuso sexual de crianças;
- c) Se os alunos com formação específica na área da vitimação e abuso, apresentavam diferenças significativas daqueles que a não receberam.

- **Instrumento**

Utilizou-se também o ECAS, cujas características foram já anteriormente descritas (ver anexos).

- **Amostra**

A amostra do segundo estudo foi constituída por alunos de dois cursos (Psicologia e Educação). Uma vez que se pretendia analisar os efeitos da formação universitária nas atitudes face ao abuso, foram incluídos, em cada curso, alunos do primeiro e do quinto ano.

Assim, quanto aos estudantes de Psicologia, 51,9% são do 1º ano e 48,1% são do 5º ano. Dos 104 indivíduos de ambos os anos, 11,5% são do sexo masculino, e 88,5% são do sexo feminino, com uma média de idades de 21,33 (idade mínima de 17 anos e máxima de 40 anos). Dos alunos do 5º ano de Psicologia, 19 indivíduos tinham frequentado a cadeira de Vitimologia no 4º ano da licenciatura e 31 não o tinham feito.

Por sua vez, a amostra dos alunos de Educação era constituída por 55 indivíduos, 10,9% do sexo masculino e 89,1% do sexo feminino. A média de idades era de 22,84, com uma idade mínima de 18 anos e uma idade máxima de 41 anos. Os alunos do 1º ano constituía 70,9% da amostra e os outros restantes 29,1% são alunos do 5º ano.

▪ **Resultados**

Análise Univariada

A média do total dos alunos de Psicologia do 1º ano na ECAS foi de 1,58, com um desvio-padrão de 0,32. Quanto aos alunos do 5º ano de Psicologia, estes obtiveram uma média de 1,40 com um desvio-padrão de 0,26.

Nos alunos do 1º ano de Educação a média obtida foi de 1,73 com um desvio-padrão de 0,36, enquanto os alunos do 5º ano de Educação obtiveram uma média de 1,49 com um desvio-padrão de 0,36.

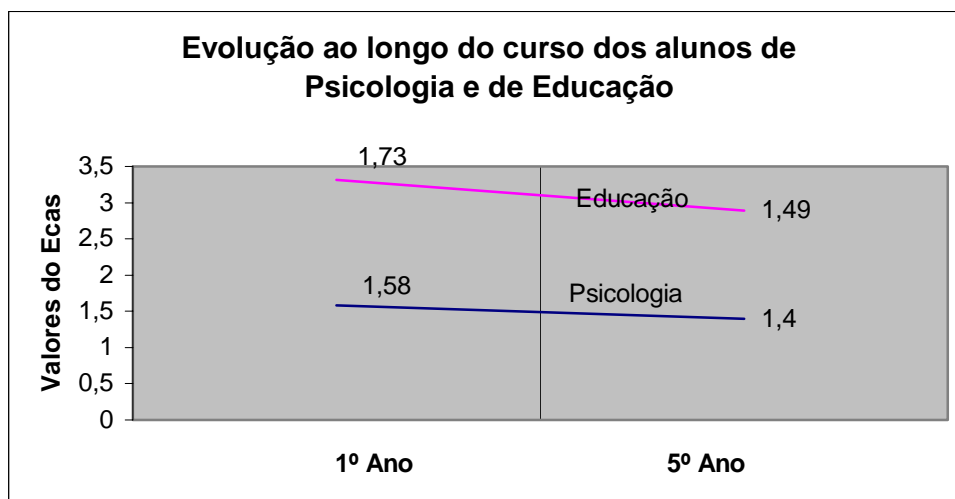
Globalmente estes resultados indicam um reduzido nível de legitimação do abuso nos alunos de ambos os cursos e dos dois níveis de formação analisados.

Análise Bivariada

A comparação do 1º ano do curso de Psicologia com o 1º ano do curso de Educação indica que existem diferenças significativas ($t=-2,12$; $gl=91$; $p=0,037$) entre os cursos, no sentido de uma menor legitimação/tolerância ao abuso por parte dos alunos que entram para o curso de Psicologia. Contudo, comparando o 5º ano de Psicologia e Educação, verificamos que tais diferenças já não ocorrem ($t= -1,17$; $gl=64$; $p= 0,25$). Assim, os resultados parecem sugerir que as diferenças iniciais se esbatem ao longo da formação universitária, verificando-se uma evolução no sentido da diminuição da legitimação/tolerância ao abuso em ambos os cursos.

Na verdade, comparando os estudantes do 1º ano com os do 5º ano de Psicologia, verificaram-se diferenças altamente significativas, no sentido da diminuição da tolerância ao abuso sexual de crianças ($t=3,10$; $gl=102$; $p= 0,002$). O

mesmo ocorre se compararmos o 1º ano e o 5º ano do curso de Educação, verificando-se diferenças significativas, também no sentido da diminuição da legitimação do abuso ($t=2,33$; $gl=53$; $p=0,025$). Podemos observar esta evolução no quadro 7:



Quadro 7 – Evolução das atitudes em relação ao abuso dos alunos de Psicologia e Educação (1º e 5º anos)

Por último, procuramos perceber o impacto da formação em vitimologia nas atitudes em relação ao abuso sexual de crianças. Assim, comparamos os alunos de Psicologia que frequentaram esta cadeira ($n=19$) com os que não a tinham frequentado ($n=31$), verificando-se que os resultados não indicam diferenças significativas entre estes dois grupos ($t=0,34$; $gl=48$; $p=0,74$).

▪ **Discussão de resultados**

No que diz respeito à diferenciação entre os alunos de Psicologia e Educação, existem, como vimos, diferenças significativas quando comparamos o 1º ano de cada curso, que se esbatem ao longo da licenciatura. O esbatimento destas diferenças iniciais ao longo da formação universitária poderá ser explicado, quer

pela maturação, quer pela socialização dos estudantes (Bastos, 1998). É de notar que a diminuição da tolerância ao abuso sexual de crianças entre o 1º e o 5º ano é mais acentuado nos alunos do curso de Educação, podendo tal ser devido ao facto de a tolerância ao abuso no caso dos alunos de Psicologia já ser tão reduzida que pouco decresce ao longo do curso. Por outro lado, estes resultados sugerem a inexistência de um impacto específico da formação em psicologia, pelo menos quando comparada com um curso em que as problemáticas do cuidado e educação infantis são também relevantes.

Finalmente, quando analisamos o impacto da formação em Vitimologia em alguns alunos do curso de Psicologia, não verificamos diferenças significativas destes em relação aos que não tiveram esse treino. Muito embora estes resultados pareçam questionar a relevância da formação específica nestas matérias, quer a literatura (Bastos, 1998), quer o nosso estudo anterior nos levam antes a considerar que, provavelmente, tal ausência de impacto se prende precisamente com o facto da tolerância ao abuso dos alunos de Psicologia ser já reduzida, impedindo a verificação de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com ou sem treino em vitimologia.

Globalmente, a frequência universitária e a obtenção de um diploma superior parecem contribuir para melhorar a qualidade do raciocínio face a problemas mal-estruturados, tal como o que estamos a analisar (Bastos, 1998). No entanto, como existem diferenças substanciais entre o tempo da licenciatura e o tempo dedicado à pós-graduação, ao mestrado e ao doutoramento, seria interessante investigar no futuro as crenças dos pós-graduados, dos mestrados e doutorandos. Além disso a literatura diz-nos que a utilização de um nível de pensamento mais poderoso ou complexo parece estar associado ao tipo de problemas com os quais se

lida habitualmente (Sinnott & Johnson, 1997 cit. in Bastos, 1998). Desta forma, a crescente especialização teórica e prática na área do abuso sexual infantil poderá ser sinónimo de uma maior e mais eficaz complexificação do pensamento e, de preferência, de uma maior eficácia da intervenção.

Estes serão domínios de investigação que nos parecem merecer uma atenção mais cuidada no futuro.

Conclusões

Quando falamos em abuso sexual de crianças estamos a considerar um fenómeno susceptível de provocar nas pessoas atitudes apaixonadas, que muitas vezes estão longe de se aproximar da realidade. Os mitos associados a este fenómeno são disso exemplos.

Por este motivo, os discursos sociais são influenciados por conhecimentos muitas vezes deturpados, quer acerca das características deste acontecimento, quer do seu impacto nas vítimas e na sociedade.

Os profissionais que se ocupam das crianças são frequentemente solicitados a intervir nestas situações e é urgente que se transformem as suas práticas, reconhecendo o silêncio a que estão votadas as crianças vítimas de abuso sexual. Isto porque se trata de um fenómeno caracterizado pela vergonha individual (a da criança), pela ausência de vergonha mentalizada (a do abusador) e pela vergonha social (a da comunidade), numa verdadeira cumplicidade de silêncios (Gabel, 1997).

Podemos, contudo constatar que, apesar de existir ainda grande dificuldade em reconhecer situações de abuso sexual de crianças, os profissionais de saúde, nomeadamente os psicólogos, estão hoje mais atentos a este fenómeno. Entretanto, subsiste um interesse relativamente limitado por esta questão ao nível da formação académica, ilustrado pela falta de treino dos psicólogos nesta área. Se aliarmos a este aspecto, a dificuldade em detectar e caracterizar as consequências psicológicas do abuso, pela sua diversidade, a intervenção com estas vítimas torna-se uma tarefa bastante difícil para os profissionais.

Sabemos que a criança vítima de abusos sexuais tem uma necessidade fundamental de ser acreditada e por isso é fundamental o papel dos psicólogos e da sociedade em conhecer e compreender o fenómeno em toda a sua complexidade. Por isso a criança não deve ser deixada sozinha, da mesma maneira que os próprios técnicos também o não deverão fazer, pois é pela possibilidade de falar do sucedido e de reflectir com outros, no seio da sua equipa ou de um grupo de discussão, que eventualmente serão encontradas algumas respostas às questões levantadas.

Parece-nos que se têm operado algumas modificações nas práticas, responsáveis por uma cada vez menor legitimação do abuso sexual de crianças, quer pela sociedade em geral, quer pelos profissionais em particular. Para isto, muito têm contribuído alguns programas de formação e sensibilização nesta área, que são em parte responsáveis pelo aumento das denúncias e da maior visibilidade social deste crime.

Esta progressiva sensibilização da sociedade para o problema do abuso sexual de crianças é também o resultado de algumas mudanças operadas nas relações entre os interesses do Estado, da família e da criança, em particular ao papel atribuído à criança numa sociedade determinada.

Este crescente interesse pelo abuso sexual de crianças é, assim, sem dúvida, o resultado de crianças com maior liberdade de expressão e também de adultos mais dispostos a ouvi-las. No entanto, esse aumento sobrecarregou os gabinetes dos magistrados e colocou em difícil situação o conjunto de profissionais encarregues de proteger as crianças. O próprio termo “pedofilia”, de uso genérico e indiferenciado, tem provocado, nos dias que correm, um verdadeiro tumulto social. Ou seja, a passagem da negação para a emoção generalizada demonstra com clareza os riscos, difíceis de controlar, que atravessam as instituições e o seu funcionamento

e que, se não forem controlados, poderão, em reacção, devolver a criança ao silêncio. Era esta negação social que, até há bem pouco tempo, procurava ocultar a todo o custo quer a sexualidade, quer o abuso de poder relativamente aos mais fracos, e que ainda procura escamotear muitas vezes uma realidade não mais passível de ser negada.

Tendo este pano de fundo, este estudo procurou perspectivar culturalmente o abuso sexual das crianças, fornecendo uma abordagem histórica do conceito de criança e sexualidade infantil, assim como tentou enquadrar o fenómeno a um nível legal, procurando perceber a sua evolução e dos valores tutelados. Preocupamo-nos, também, com a evolução do conceito a um nível mais científico, caracterizando-o segundo as diversas correntes teóricas da Psicologia, ao mesmo tempo que procuramos perceber os discursos sociais mais vastos contruídos relativamente ao abuso sexual de crianças. Estes discursos foram analisados, no sentido de se identificarem os mitos mais frequentes e que são responsáveis pela dificuldade, quer em reconhecer o fenómeno, quer em fornecer o apoio adequado às crianças vítimas de abuso.

Nesta sequência, pretendemos, com os nossos estudos empíricos, verificar se as atitudes dos psicólogos traduziriam estes mitos existentes na sociedade em geral.

Tendo constatado, felizmente, que os psicólogos possuem uma baixa tolerância ao abuso, tal não significa, no entanto, que estes estejam aptos a reconhecer e a intervir em crianças vítimas deste crime. Isto porque, paralelamente, nos apercebemos da escassez de formação específica e do reduzido número de casos acompanhados pelos profissionais. Ora tal não nos tranquiliza, pois sabemos que se eles não chegam aos consultórios dos psicólogos, não é concerteza por não

existirem, mas provavelmente pelo medo, pela vergonha, pela humilhação, pelo silêncio, em suma, pelas dinâmicas traumáticas próprias às crianças vítimas de abuso sexual (Finkelhor & Browne, 1986 cit. in Machado & Gonçalves, 1999).

Por outro lado, identificamos algumas dimensões que deverão ser alvo de uma atenção específica ao nível da formação destes profissionais: quer um efeito de género (sugerindo a necessidade de uma sensibilização particularmente atenta dos técnicos do sexo masculino), quer os riscos de orientações teóricas que veiculam crenças e estereótipos relacionados com os mitos em torno da fantasia e sedução infantil.

O facto de a formação universitária parecer ter um impacto positivo na diminuição deste tipo de estereótipos é, a nosso ver, um sinal positivo. Contudo, será provavelmente de dedicar mais esforços para que o treino dos psicólogos produza alterações mais significativas nas suas práticas, tanto mais que os resultados do nosso primeiro estudo parecem sustentar os efeitos benéficos da formação específica nestas temáticas.

Assim, é assaz importante que os psicólogos não sejam porta-voz destes discursos sociais deturpados e assustados, que dificultam a procura de ajuda e que podem estar na origem da pouca visibilidade do fenómeno em contexto terapêutico, tal como o presente estudo evidenciou.

Bibliografia

- Adams, E., & Betz, N. (1993). Gender differences in counselors' attitudes toward and attributions about incest. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 210-216.
- Ajdukovic, M., Petak, O., & Masic, S. (1993). Assessment of professionals' and nonprofessionals' attitudes toward child abuse in Croatia. *Child Abuse & Neglect*, 17, 549-556.
- Alves, S.M.R (1995) *Crimes sexuais: "Notas e comentários aos artigos 163º a 179.º do Código Penal"*. Coimbra: Almedina.
- Apav (2002). Manual Core. *Para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Ariés, P. & Béjin, A (1983). *Sexualidades ocidentais*. Lisboa: Contexto Editora, Lda.
- Ariés, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Back, S. & Lips, H.M. (1998). Child sexual abuse: Victim age, victim gender, and observer gender as factors contributing to attributions of responsibility. *Child Abuse & Neglect*, 22, 12, 1339-1252.
- Bastos, M.A.M.S.(1998). *Desenvolvimento pessoal e mudança em estudantes do ensino superior. Contributos da teoria, investigação e intervenção*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.

- Bottoms, B., & Goodman, G.S. (1996). *International perspectives on child abuse and children's testimony*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Briere, J. (1992). Methodological issues in the study of sexual abuse effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60, 196-203.
- Briggs, F. & Hawkins, R. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to nonoffenders. *Child Abuse and Neglect*, 20, 3, 221-233.
- Broussard, S., Wagner, W.G., & Kazelskis, R. (1991). Undergraduate students' perceptions of child sexual abuse: The impact of victim sex, perpetrator sex, respondent sex, and victim response. *Journal of Family Violence*, 6, 267-278.
- Bruck, M., & Ceci, S.J. (1996). Commentary: Issues in the scientific validation of interviews with young children. In M. S. Steward, L. Farquhar, J.E.B. Myers, M. Reinhart, J. Welker, N. Joyle, J. Driskill, & J. Morgan (Eds.), *Interviewing young children about body touch and handling. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 66, 193-208.
- Carmo, R. (2000). O menor vítima de abuso sexual: A protecção penal. Comunicação proferida no debate sobre "Abuso sexual" da *Conferência Europeia sobre "Violência e promoção da saúde mental da criança e do jovem"*. PUERI/Programa Europeu Connect.
- Código Penal* (1998). Lisboa: Vislis Editores.
- Cohen, J.A. & Mannarino, A.P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24, 7, 983-994.

- Conran, T. & Love J. (1993). The talkative chair: A child's experience of sexual abuse intervention. *Journal of Systemic Therapies*, 12, 68-85.
- Constituição da República Portuguesa* (1997). Texto Editora.
- Cross, T.P., De Vos, E. & Whitcomb, D. (1994). Prosecution of child sexual abuse: which cases are accepted. *Child Abuse & Neglect*, 18, 8, 663-677.
- Crossley, M. (2000). Narrative Psychology, trauma and the study of self/identity. *Theory & Psychology*, 10, 4, 527-546. Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J., 2000
- Davey, R. & Hill, J. (1995). A study of the variability of training and beliefs among professionals who interview children to investigate suspected sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19, 8, 933-942.
- Davey, R. & Hill, J. (1999). The variability of practice in interviews used by professionals to investigate child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 23, 6, 571-578.
- Davis, R., Lurigio, A. & Skogan, W. (1997) *Victims of crime*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Deaux, K. (1984). From individual differences to social categories: Analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist*, 39, 105-116.
- Deblinger, E. & Heflin, A. (1996). *Treating sexually abused children and their nonoffending parents. A cognitive behavioral approach*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denov, M.S. (2003). To a safer place? Victims of sexual abuse by females and their disclosures to professionals. *Child Abuse & Neglect*, 27, 47-61.
- Donnelly, A.C. & Oates, K. (2000). *Classic papers in child abuse*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- Eisenberg, N., Owens, R., & Dewey, M. (1987). Attitudes of health professionals to child sexual abuse and incest. *Child Abuse & Neglect*, 11, 109-116.
- Fattah, E. (1997) *Criminology: Past, present and future. A critical overview*. New York: St. Martin' s Press.
- Fávero, M.F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fergusson, D. & Mullen, P. (1999) *Childhood sexual abuse: An evidence based perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fingleton, K. (1989). The attitudes and approaches of school psychologists and child guidance services to sexually abused children. *Educational and Child Psychology*, 6, 15-21.
- Finkelhor, D., & Redfield (1984). How the public defines sexual abuse. In D. Finkelhor (Ed.), *Child sexual abuse: New theory and research* (pp.107-133). New York: Free Press.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18,5,409-417.
- Freud, S. (1924). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Lisboa: Livros do Brasil.
- Furniss, T. (1993) *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1993). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.

- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1994). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1995). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1996). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1997). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1998). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1999). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (2000). *Estatísticas Criminais*. Lisboa: GEPMJ.
- Gersão, E. (1997). A reforma da organização tutelar de menores e a convenção sobre os direitos da criança. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 7, 4, 577-620.
- Giovannoni & Becerra (1979). *Defining child abuse*. New York: Free Press.
- Golse, B. (1998). *O desenvolvimento afectivo e intelectual da criança*. Porto Alegre: ArtMed.
- Gonçalves, M. M.(1994). *Rorschach na avaliação psicológica. Aspectos teóricos e análise de casos*. Braga: S.H.O.
- Green, A.H. (1993). Child sexual abuse: Immediate and long term effects and intervention. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32, 890-902.

- Hanson, K.(1998). Sex offenders not as likely to relapse as thought, according to study of 23,393 sex offender cases. *APA News Release*.
- Hazzard, A., & Rupp, G.(1986). A note on the knowledge and attitude of professional groups toward child abuse. *Journal of Community Psychology*, 14, 219-223.
- Héritier, F, Cyrulnik, B., Naouri, A., Vrignaud, D. & Xanthakou, M. (1994) *O incesto*. Cascais: Pergaminho.
- Herman, J.L. (1981). *Father-daughter incest*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hetherton, J. & Beardsall, L. (1988). Decisions and attitudes concerning child sexual abuse: Does the gender of the perpetrator make a difference to child protection professionals? *Child Abuse & Neglect*, 22, 12, 1265-1283.
- Hetherton, J. (1999). The idealization of women: Its role in the minimization of child sexual abuse by females. *Child Abuse & Neglect*, 23,2, 161-174.
- Hollin, C.R. & Howells, K. (1994). *Clinical approaches to sex offenders and their victims*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Howe, A.C., Herzberger, S. & Tennen, H. (1988). The influence of personal history of abuse and gender on clinicians' judgments of child abuse. *Journal of Family Violence*, 3, 2, 105-119.
- Howitt, D. (1995). *Paedophiles and sexual offences against children*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Jackson, T. & Fergusson, D.,(1983). Attribution of blame in incest. *American Journal of Community Psychology*, 11, 313-322.

- Kempe, C.H., Silverman, F.N., Steele, B.F., Droegemuller, W., & Silver, H.K. (1962). The battered child syndrome. *Journal of the American Medical Association*, 181, 17-24.
- Kendall-Tackett, K.A., Williams, L.M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113, 1, 164-180.
- Lancaster, E. (1996). Working with men who sexually abuse children: The experience of the probation service. In B. Fawcett, B. Featherstone, J. Hern & C. Toft (Eds), *Violence and gender relations – Theories and interventions* (pp. 130-146). London: Sage Publications.
- Lei Tutelar Educativa* (Lei nº 166/99 de 14 de Setembro).
- Machado, C. & Gonçalves, M. (1999). Psicoterapia com crianças abusadas sexualmente: da exposição à re-autoria. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 347-364.
- Machado, C., Gonçalves, R. A. & Matos, M. (2000). *Escalas para avaliação do enquadramento cultural da violência contra mulheres e crianças*. Braga: Departamento de Psicologia, Universidade do Minho.
- Machado, C. & Gonçalves, R. A. (2002). *Violência e vítimas de crimes. Vol.2: Crianças*. Coimbra: Quarteto.
- Machotka, P., Pittiman, F.S. & Flomenhaft, K. (1987). Incest as a family affair. *Family Process*, 6, 98-116.
- Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em crianças e jovens*. Lisboa: Quarteto.
- Malpique, C. (1986). A sexualidade infantil. *Psicologia*, 5, 1, 27-31.
- Mason, M.A.(). *Adult perceptions of children's memory for the traumatic event of sexual abuse: A clinical and legal dilemma*. **Referência incompleta.**

- Maynard, C. & Wiederman, M. (1997). Undergraduate student's perceptions of child sexual abuse: Effects of age, sex, and gender-role attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 21, 9, 833-844.
- McKay, M., Chapman, J. & Long, N.(1996). Causal attributions for criminal offending and sexual arousal: Comparison of child sex offenders with other offenders. *British Journal of Clinical Psychology*, 35,1,63-75.
- Meiselman, K.C. (1978). *Incest: A Psychological study of causes and effects with treatment recommendations*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Morgan, M. (1995). *How to interview sexual abuse victims. Including the use of anatomical dolls*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Muller, R.T., Caldwell, R., & Hunter, J.E. (1993). Child provocativeness and gender as factors contributing to the blaming of victims of physical child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 17, 249-260.
- Muncie, J. & McLaughlin (1996). *The problem of crime*. London: Sage Publications.
- Ney, T. (1995). *True and false allegations of child sexual abuse. Assessment and case management*. New York: Brunner/Mazel Publishers.
- Oliveira, O.M.(1994), “*Problemática da vítima de crimes*”, *Reflexos no Sistema Jurídico Português*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Peters, J.J. (1976). Children who are victims of sexual assault and the psychology of offenders. *American Journal of Psychotherapy*, 30,3,398-421.
- Piaget (1932). *The moral judgment of the child*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Pierce, R., & Pierce L. H. (1985). The sexually abused child: A comparison of male and female victims. *Child Abuse & Neglect*, 9, 191-199.

- Romano, E. & De Luca, R. (1997). Exploring the relationship between childhood sexual abuse and adult sexual perpetration. *Journal of Family Violence*, 12, 1, 85-98.
- Rosenblum, R.E. (1998). *Assessing the knowledge and training of mental health practitioners about issues related to child sexual abuse*. The State University of New Jersey.
- Rossetti, S. (1995). The impact of child sexual abuse on attitudes toward god and the catholic church. *Child Abuse & Neglect*, 19, 12, 1469-1481.
- Rudin, M.M., Zalewski, C. & Bodmer-Turner, J. (1995). Characteristics of child sexual abuse victims according to perpetrator gender. *Child Abuse & Neglect*, 19,8, 963-973.
- Ruffiot, A. (1991) Le souhait de mort collective familiale. Violence et originaire en psychanalyse familiale. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 10,11-18.
- Rush, F. (1980). *The best kept secret: Sexual abuse of children*. New York: McGraw Hill.
- Salter, A.C. (1988). *Treating child sex offenders and victims. A practical guide*. Newbury Park, California : Sage Publications.
- Sas, L., Wolfe, D.A., & Gowdey, K.(1993) Children and the courts in Canada. *Criminal Justice and Behavior: An International Journal*, 23,338-357.
- Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L. & Cohen, J. (2000). Treatment for sexually abused children and adolescents. *American Psychologist*,55,9,1040-1049.
- Scott, D. (1995) The social construction of child sexual abuse: Debates about definitions and the politics of prevalence. *Psychiatry, Psychology and Law*, 2, 117- 126.

- Schaefer, C. (1995). Play therapy for psychic trauma in children. In K. Connor & C. Schaefer (Eds.), *Handbook of play therapy. Volume Two: Advances and innovations* (pp. 297-318). New York: John Wiley & Sons.
- Shaver, K.G. (1970). Defensive attribution: Effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14, 101-113.
- Shumaker, K.R. (1999). *Measured professional competence between and among different mental health disciplines when evaluating and making recommendations in cases of suspected child sexual abuse*. United States International University.
- Spaccarelli, S. (1994). Stress, appraisal, and coping in child sexual abuse: Theoretical and empirical review. *Psychological Bulletin*, 116, 2, 340-362.
- Spaccarelli, S. & Kim, S. (1995). Resilience criteria and factors associated with resilience in sexually abused girls. *Child Abuse & Neglect*, 19, 9, 1171-1182.
- Stahl, P.M.(1994). *Conducting child custody evaluations. A comprehensive guide*. London: Sage.
- Strassberg, D. (1999). Research may help identify sex offenders most likely to be successfully treated. *APA Monitor*.
- Strecht, P. (1997) *Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Wagner, W.G., Aucoin, R. & Johnson, J.T. (1993). Psychologists' attitudes concerning child sexual abuse: The impact of sex of perpetrator, sex of victim, age of victim, and victim response. *Journal of Child Sexual Abuse*, 2, 61-74.

- Warren, A. R. & McGough L.C. (1996) Research on children's suggestibility. In B.L. Bottoms & G.S. Goodman (Eds.), *Implications for the investigative interview. International perspectives on child abuse and children's testimony: Psychological research and law.* (p.12-44). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Waterman, C., & Foss-Goodman, D. (1984). Child molesting: Variables relating to attribution of fault to victims, offenders, and nonparticipating parents. *The Journal of Sex Research*, 20, 329-349.
- Wellman, M.M. (1993). Child sexual abuse and gender differences: Attitudes and prevalence. *Child Abuse & Neglect*, 17, 539-547.
- Wieland, S. (1998). *Techniques and issues in abuse-focused therapy with children & adolescents. Addressing the internal trauma.* Thousand Oaks: Sage Publications.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends.* New York: W.W.Norton & Company.
- Wilson, G.D. & Cox, D.N. (1983). Personality of paedophile club members. *Personality and Individual Differences*, 4,3, 323-329.
- Wolfe, D.A., McMahon, R.J. & Peters, R. DeV. (1997). *Child abuse. New directions in prevention and treatment across the lifespan.* Thousand Oaks: Sage Publications.
- Wood, J.M. & Wright, L. (1995). Evaluation of children's sexual behaviors and incorporation of base rates in judgements of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19,10, 1263-1273.
- Underwager, R.C. & Wakefield, H. (1996). Treatment for perpetrators. *Seminar on child sexual abuse.* Hungria

Verduyn, C. & Calam, R. (1999). Cognitive behavioral interventions with maltreated children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 23, 2, 197-207.

ANEXOS